

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

PPGH- Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação de Mestrado

Militares de Carreira: Prosopografia do oficialato do Exército brasileiro (1900-1954)

Fabíola Peres de Souza

Pelotas, 2018

Fabíola Peres de Souza

**Militares de Carreira: Prosopografia do oficialato do Exército brasileiro
(1900-1954)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientador: Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas, 2018

Fabíola Peres de Souza

Título: Militares de Carreira: Prosopografia do oficialato do Exército brasileiro (1900-1954)

Banca examinadora

.....

Prof. Dr. **Jorge Eremites de Oliveira**

Doutor em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL
(PUCRS)

Prof. Dr. **Renato da Silva Della Vecchia**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. **Lúcio Menezes Ferreira (orientador)**

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Agradecimentos

Agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (*CAPES*) é uma questão de reconhecimento e constatação de que meritocracia é uma ilusão, origem social, infelizmente, ainda impõe ou impossibilita a permanência de pessoas oriundas das classes menos abastadas no ensino superior. Assim sendo, ser bolsista oportunizou a minha formação acadêmica como um todo.

Ao longo da minha graduação em História Bacharelado, realizada na Universidade Federal de Pelotas, tive a sorte de encontrar o meu segundo orientador e aquele que teve a sensibilidade de acreditar no meu trabalho, professor e amigo, Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr. Meu querido gênio da desconstrução, quase intragável em suas demonstrações de inteligência e humor, fomos uma dupla defensora da prosopografia e de uma história militar vista a partir da instituição, além do golpe civil militar de 64, percorremos trajetos e fizemos história, encontramos Getúlio Vargas em 37. Por todos os cálices de vinho, copos de cerveja e ouvidos atentos sou e serei grata até o fim da minha formação profissional e humana, espero encontrá-lo em todos os caminhos e, principalmente, nas curvas.

Embora, devesse deixar fora do registro em nome de uma modéstia desnecessária, meu querido resmungão, professor Dr. Paulo Ricardo Pezat obrigada pelos textos emprestados, conversas de corredor e emails respondidos.

No ínterim, dos dois anos de jornada no mestrado encontrei pessoas que de fato fizeram a diferença, para o bem ou para o mal, Mariana Mariano Boujadi fostes a melhor colega e, posteriormente, amiga para guardar no meu pequeno e desconstruído coração. Além de nos livrarmos de uma dupla de embustes, conseguimos elencar dignidade e ética nesta trajetória de, alguns, egos frágeis e ébrios por auto afirmação. Um dia dividiremos nossas histórias entre futuros alunos e poderemos encará-los com a plena certeza de que não sucumbimos ao carreirismo desleal e arbitrariedade, nosso trajeto será mais longo, mas sem favores.

Daltro na amizade e em todo o estresse de anos de convivência e ajuda, não fosse tua compreensão eu não teria continuado. Por ter sido a representação masculina e, principalmente, aquele pai/irmão que nunca terei obrigada.

Eneri e Vitória, ambos, solidários ao compartilhar conhecimento e tempo da vida pessoal e profissional para que eu conseguisse finalizar essa etapa, que o futuro seja justo e bondoso como vocês foram comigo ao longo desses meses de tensão.

Aline minha nova fonte de esperança e desassossego obrigada pelo apoio e compreensão nesse momento tão delicado, que nossa amizade seja longa, assim como o teu riso.

Agradeço a orientação e ao Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Aos integrantes da banca agradeço pela disponibilidade e generosidade em compartilhar o seu tempo e conhecimento.

Sumário

1. Introdução	6
2. Um encontro prosopográfico	10
2.1 Afinidades interdisciplinares	16
2.2 Prosopografia na prática	18
2.3 Trajetória de pesquisa	27
3. Os militares na Historiografia.....	31
3.1 República Velha: aqui não há inocentes!.....	32
3.2 A antessala do golpe	56
4. Do Estado Novo ao Governo do general Eurico Gaspar Dutra.....	60
5. Tipos de memórias e retórica holista: Abordando conceitos.....	74
6. Conclusão	99
7. Considerações finais	102
8. Referências Bibliográficas.....	104
9. Anexos	107

Resumo

Este trabalho tem como foco a análise de carreiras militares através da prosopografia, ou também conhecida como biografia coletiva, no período entre 1900-1954. Através deste método e de um corpus documental composto de cem nomes se procurou buscar elementos que fossem comuns a esses militares, e como eles estiveram presentes na vida política do país em levantes como o movimento Tenentista de 1922, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, bem como no golpe do Estado Novo em 1937, governo Vargas em 1945, governo Eurico Gaspar Dutra e, por fim, o retorno e fim da administração de Getúlio Vargas. O objetivo da pesquisa foi analisar quais os elementos comuns entre os oficiais ingressantes no exército em meados de 1900, como ocorria a ascensão às patentes e a qual escola pertenceram, além de averiguar como se desenvolviam as relações interpessoais.

Palavras-chave: Prosopografia, Carreira militar, ascensão a patentes, Relações interpessoais, memória.

Abstract

This work focuses on the analysis of military careers through prosopography, or also known as collective biography, in the period between 1900-1954. Through this method and a documentary corpus composed of one hundred names, we sought to find elements that were common to these soldiers, and how they were present in the political life of the country in uprisings such as the Tenentista movement of 1922, the Revolution of 1930 and the Constitutionalist Revolution of 1932, as well as in the coup of the Estado Novo in 1937, the Vargas government in 1945, the Eurico Gaspar Dutra government and, finally, the return and end of the Vargas administration. The objective of the research was to analyze the common elements among officers entering the army in the middle of 1900, such as the rise to patents and which school they belonged, as well as to investigate how the interpersonal relations developed.

Keywords: Prosopography, Military career, patent ascension, Interpersonal relations.

1. Introdução

A institucionalização do exército ocorreu concomitante a formação do sistema republicano brasileiro. Após a proclamação da república, em 1889, declarada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o país buscou uma identidade capaz de dar forma as diversas nuances da nova república. Por conseguinte, o exército era constituído pela influência portuguesa, além disso era desprezado pelos jovens em idade de alistamento, aliás, esse foi um dos maiores problemas, atrair um contingente significativo, pois fazer parte da Força causava repugnância aos indivíduos, o valor dos soldos eram baixos e os procedimentos para manter a hierarquia e a disciplina baseavam-se na violência ou humor dos oficiais. Os castigos físicos fizeram parte do histórico do exército até meados da década de 1920, embora abolidos o controle e cerceamento de liberdades foi verificado até a década de 1950.

Assim, o recrutamento era realizado à força e entre as camadas mais baixas da população, a base do exército fora construída a partir da presença de mendicantes, prisioneiros, pessoas que fugiam das suas cidades em busca de melhores condições de vida e por falta de opção preenchiam as fileiras do exército. Isso não significa que a vida no interior da caserna era das melhores, a estrutura e alimentação estavam entre as queixas dos soldados.

A fragmentação no interior da caserna era constante. O conflito entre a geração oriunda da Guerra do Paraguai, chamados pejorativamente de “tarimbeiros” e o jovem oficialato era recorrente, além disso, nos anos iniciais da república a existência da Guarda Nacional competia diretamente com o exército. A modernização da Força e a sua legitimidade diante da sociedade era um ponto de tensão, assim como o Brasil procurava forjar uma identidade, o exército almejava a partir da contratação de missões estrangeiras aderir ao sistema adotados pelos oficiais de outros países, como: Alemanha, França e Estados Unidos. Esses três países em períodos diferentes serviram de exemplo para conceber o exército nacional.

Desse modo, o desenvolvimento deste trabalho partiu da intenção em analisar o contexto histórico político-nacional no período de 1900-1954. A investigação se firmou a partir da formação do exército e sua institucionalização. Justifica-se o recorte temporal devido às constatações iniciais obtidas no trabalho de monografia denominado: *A prosopografia aplicada ao estudo de carreira militar: A trajetória de oficiais pós-1930*, (SOUZA, 2014) em que é comprovada a presença ativa dos militares ao longo da história nacional.

Para tal diagnóstico foi utilizado o método prosopográfico que, *grosso modo*, consiste em estudar um conjunto de pessoas por meio de busca de informações em fontes históricas (BULST, 2007). A fim de responder estas perguntas foi consultado, inicialmente, o projeto *Visões do golpe*, da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Maria C. D' Araujo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro. A obra *Visões do golpe* foi organizada a partir de doze depoimentos de militares atuantes no golpe civil militar de 1964. Além desta, o *Dicionário histórico biográfico-brasileiro pós-1930* (DHBB) foi utilizado, graças à disponibilidade dos verbetes via web na página da Fundação Getúlio Vargas¹ obra, fundamental para nossa pesquisa.

A partir destas metafontes foi construído um *corpus* documental constituído de cem nomes de aspirantes a oficial do exército brasileiro, distribuídos nas planilhas do Microsoft Excel. Na primeira planilha há informações gerais de cada indivíduo (nome, cidade de nascimento, filiação, cônjuge, escola de formação, reserva e data de falecimento). Na segunda, função exercida, data, local, cidade ou estado da realização da função e nome do oficial superior que lhe impunha ordens; na terceira, data de entrada no Exército, arma, ascensão a patentes, data de ascensão); por fim, um plano contendo as condecorações e data de entrega da mesma.

Estabelecido o *corpus* com a amostra de cem nomes de aspirantes a oficial do exército, justificamos esse total de indivíduos na tentativa de observar o desenvolvimento de duas gerações diferentes de militares, observando os preceitos básicos a ascensão à patentes, além de detectar as redes de relações interpessoais. Os critérios de entrada nas respectivas tabelas geradas por meio do Excel correspondem a um tipo ideal, de acordo com a concepção weberiana². Partindo desse contexto, pretendemos responder de forma aprofundada as seguintes questões: Quais os elementos comuns entre os oficiais ingressantes no exército em meados de 1900? Como ocorria a ascensão às patentes? A que armas pertenciam, qual a escola de origem? Qual a relevância das relações interpessoais?

Além disso, observamos o surgimento de relações de parentesco com certa frequência, por exemplo, eram irmãos: Orlando Geisel, Ernesto Geisel, João Bina Machado, José Bina Machado; pai e filho: Álvaro Fiúza de Castro, Adyr Fiúza de Castro, Cyro Guedes Etchegoyen,

¹ <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo> acessado em: 25/08/2018

² Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1999, p. 106).

Alcides Etchegoyen. Costa e Silva casou-se com Iolanda Barbosa, filha de seu professor na Escola de Tiro de Guerra da 3ª Região Militar, Porto Alegre. Não há uma ruptura entre vida pessoal e privada, basta observar a administração da vida cotidiana a partir da disposição em mudar de Estado ou cidade com certa frequência, atividades de lazer e reuniões em clubes destinados exclusivamente aos militares, *vide*, Clube 3 de outubro, Clube Militar e a própria Escola Superior de Guerra. Pode-se inferir o conceito de uma memória coletiva partilhada entre gerações conforme defende Halbwachs em, *A memória coletiva* (1990). Entretanto, cabe estabelecer uma relação de análise entre os conceitos de memória coletiva e memória forte aliada às retóricas holistas³ (CANDAU, 2011).

A partir dessa relação entre discursos memorialísticos tornou-se possível verificar as diferentes posturas dos agentes (militares) perante a estrutura (exército). Há que se considerar que o Exército está consolidado em duas premissas básicas: hierarquia e disciplina. Em tese, as transgressões às regras são uma quebra do código de conduta estabelecido pela instituição. Entretanto, o levantamento bibliográfico aponta para inúmeras infrações, até mesmo exonerações devido à desobediência. Todavia, inúmeros casos de mau comportamento descritos nas regras são relevados, assim é evidente a tensão entre agente e estrutura.

Por conseguinte, o capítulo inicial é dedicado a explicar a origem do método prosopográfico e as modificações ocorridas ao longo do tempo conforme a apropriação de diferentes autores. Apresentaremos a proximidade da metodologia com outras áreas dos saberes, Onomástica, Genealogia, Arqueologia, História, entre outras. Bem como, os usos em pesquisas diversas, benefícios e desafios enfrentados pelos prosopógrafos.

O segundo capítulo é dedicado a história da formação da república e os diversos conflitos envolvendo os militares, principalmente, exército. Embora, não tenha sido o foco do trabalho aprofundar questões da proclamação da república fizemos um preâmbulo para explicitar os principais pontos de tensão ao longo da proclamação. Além de, abarcar os dois primeiros governos de militares, primeiramente, a administração do Marechal Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, governos que demonstraram as discordâncias no interior da Força, uma situação recorrente a cada nova administração, é explícita a ligação entre o poder

³ Entendo por “retóricas holistas” o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que ao conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos [...] quando uma retórica holista remete a representações factuais supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, há uma forte probabilidade de que seu grau de pertinência seja elevado. (CANDAU, 2011, p. 29, 39)

central e o exército, bem como, a garantia de ascensão a cargos. Não há separação entre exército e poder central, ambos, se organizavam concomitantemente.

Durante o período da República Velha analisamos como cada governo tentou conciliar as exigências do exército, principalmente, a sua legitimidade diante da população e até mesmo da administração central. A alternância entre governos atingia diretamente a Força, aspectos como ascensão a cargos e patentes estavam interligados a posição política do indivíduo. Ainda que, existisse queixas dos militares há uma prática de alianças com os representantes políticos. Não deve ser esquecido que a deposição do governo de Washington Luis se deu pela interferência do exército, e a ascendência de Getúlio Vargas como administração provisória, também, foi acordada entre a alta cúpula do exército.

Dentre os interlocutores favoráveis estavam o Rio Grande do Sul aliado a Minas Gerais e, posteriormente, a Paraíba. Além da articulação entre os estados insatisfeitos com o poder exercido por São Paulo, o posicionamento do exército garantiu a permanência varguista, mesmo, existindo discordâncias quanto a legitimidade do seu governo, há de se ter em mente que o exército é heterogêneo, assim dividido em pequenos grupos dependendo das negociações internas terá diferentes representações.

Apesar da existência de uma ala do exército que não admitisse envolvimento de cunho político, era inevitável não tomar uma posição. Além das quarteladas, movimentos como o Tenentismo na década de 1920, Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 32, mobilizaram os oficiais. Além disso, o golpe do Estado Novo de 37 teve entre os adeptos os militares unidos a forças políticas, principalmente, Góis Monteiro que apoiara Getúlio Vargas, anos depois, ele e o general Dutra organizariam a sua deposição.

Em 1946, o general Eurico Gaspar Dutra torna-se presidente do Brasil, encarregou-se de assinar uma nova constituição e tentou lidar com a política externa. O discurso vigente era de combate ao comunismo. Assim, os Estados Unidos atentos aos rumos políticos na América Latina alertavam para o perigo da subversão, em 1946, o Partido Comunista angariou o quarto lugar entre os mais votados. No mesmo ano, os trabalhadores de diversos estados entraram em greve. A fim de, deter o movimento Dutra decretou a ilegalidade da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, e, autorizou a interferência nos sindicatos. Economicamente, Dutra acabou com as reservas cambiais.

Por fim, em 1951, Getúlio Vargas retornou ao governo com a promessa de não intervenção dos militares, era sabido o desagrado de parte do exército com a sua volta. A sua administração foi realizada a partir de variadas alianças com partidos políticos, até mesmo partidos de oposição. O cenário deixado pelo seu antecessor não fora o mais favorável, Vargas fecha um acordo com os Estados Unidos, despertando a indignação da ala nacionalista do exército, além disso os trabalhadores começaram a sentir os efeitos da inflação, logo os sindicatos começavam a se mobilizar. A conjuntura desfavorável em todos os setores levou Getúlio ao suicídio. Ao longo do capítulo dois examinamos com maior profundidade esses eventos, além dos principais momentos de tensão entre o poder central e exército, além disso, acompanhamos os pontos de tensão no interior da Força.

Por fim, no último capítulo será apresentado o *corpus* documental, bem como, a sua organização, sistematização e resultados referentes a análise da carreiras dos cem militares selecionados para comporem os planos de trabalho. A partir do cruzamento dos dados demonstramos como se organiza o exército, quais os limites entre hierarquia e disciplina perceptível por meio da aplicação do tipo ideal. Além do mais, foram observados aspectos relativos a memória e retórica holista.

2. Um encontro prosopográfico

Embora a prosopografia possa remontar-se ao século XVI, não é, ainda, um método muito difundido na historiografia brasileira. O interesse pelo método ocorreu, inicialmente, no campo dos historiadores de história Antiga e Medieval⁴, tanto que há uma disputa em torno da sua invenção (CHARLE, 2006). Pode-se especular a utilidade primeira para estas áreas devido à fragmentação de fontes⁵.

A princípio, o termo “prosopografia” não figurava nos verbetes dos dicionários. Quando citada no ano de 1797 no *Grand Robert de La langue française* foi designada como “a descrição de uma pessoa”; no dicionário o *Trésor de La langue française* sua acepção sofreu uma variação expressiva: “descrição física de um personagem real ou fictício” (LALOUETTE,

⁴ [...] não só para a história da Antiguidade e para o começo da Idade Média, todo o recenseamento exaustivo é sem dúvida impossível, a coleta de dados prosopográficos não pode ser feita razoavelmente a não ser em condições bem definidas e com um questionário preciso [...]. (BULST, 2007, p. 52)

⁵ Neithard Bulst salienta: “uma grande limitação– ou uma necessidade de precisão – se impõe ao que concerne à utilização da palavra *vida*, uma vez que a pesquisa prosopográfica deve frequentemente contentar-se , sobretudo na Idade Média, com poucos dados passíveis de verificação por meio das fontes, o que deixa o nosso conhecimento dos indivíduos ou dos grupos em questão mais que fragmentados [...]” (BULST, 2007, p. 54)

2006). Estas definições alertam para a ressignificação do método ao longo dos séculos. No decorrer do séc. XVI a interpretação do termo, segundo Jacqueline Lalouette, remetia a:

A prosopografia pertencia de fato, primitivamente, às figuras do discurso, e de forma mais precisa, às figuras do pensamento. Distinguiam-se às descrições do mundo (cosmografia), da terra (geografia), de um lugar (topografia) e, extensivamente, foi criado o termo “prosopografia”, relativo à descrição de uma pessoa [...] a prosopografia é uma descrição que tem por objeto a figura, o corpo, os traços, as qualidades físicas ou somente o exterior, o porte, o movimento de um ser animado, real ou fictício, quer dizer, de pura imaginação[...].

(LALOUETTE, 2006, p.55-56)

No séc. XVI, a prosopografia era utilizada para analisar a moral, postura, costumes e imagens dos indivíduos pertencentes a grupos sociais de prestígio. Por exemplo, na obra de Lèon Cavellat ⁶dedicada à avaliação da vida dos reis da França: a abordagem é tecida a partir da descrição e de figuras desenhadas dos reis. Somente na metade do séc. XIX haverá mudança no objeto prosopográfico, redimensionando a compreensão do sujeito a ser estudado, este pertenceria à nobreza, aristocracia. Mais tarde, será tendência relacionar a prosopografia ao estudo das elites. Entre elas está *Prosopographia Imperii Romani* de Theodor Mommsen, publicado em 1897. Por fim, no séc. XIX com a vigência do desenvolvimento do pensamento positivista⁷ os prosopógrafos tentaram incorporar aspectos de cientificidade ao método (STONE, 2011).

Divergências acerca da sua origem e aplicabilidade são assuntos recorrentes entre os profissionais que a elegem. São conhecidas duas escolas ligadas à prosopografia, a primeira preocupada com a análise de grupos pertencentes à elite, já a segunda direcionada ao estudo das massas e orientada a partir dos conceitos adotados nas Ciências Sociais (STONE, 2011).

Segundo Neithard Bulst, Karl Ferdinand teria se deparado com a expressão prosopografia escrita no plural em 1537, no texto: “*Prosopographiarum libri quator, in quibus personarum illustrium description aliquot seu imagines continetur*”. Por conseguinte, o registro do vocábulo no singular escrito em Basel, data de 1565, em “*Prosopographia heroum atque*

⁶ “La biographie et prosopographie des rois de France ou leurs vies sont brièvement descrites et narrees en beaux, graves et elegans vers françois: et pour mieux entendre l’ histoire et les points remarquables, sont adjointees plusieurs annotations a La fin de chacune d’ icelles. Plus y sont figurez et pourtraits tous iceux, au plus vif et naïf naturel qu’il nous a esté possible les représenter en leurs armoiries royaux, et selon les temps. Avec la Chronologie et nombre des ans qu’ils ont regné.” (LALOUETTE, 2006, p. 59-60)

⁷ [...] A partir de una concepción de las ciencias experimentales ya caduca hacia 1870, la historia positivista considera como científica una posición inductiva baseada en um empirismo absoluto. Em el caso de la historia, el hecho histórico sustituye las experiencias. Como los hechos hablan por si mismos, basta su reconstrucción; desgraciadamente para el historiador positivista, la observación directa de los hechos es imposible, lo que se opone a la “reconstrucción de lo que realmente sucedió” (Ranke).[...] (DUMOLIN. 2005, p. 558)

illustrium virorum totius Germaniae” (BULST, 2007, p. 48). Essa informação foi contestada pela historiadora Jacqueline Lalouette, alegando que a Biblioteca da França dispõe apenas dos sumários da revista, entre 1898-1971 (LALOUETTE, 2006).

Em todo o caso, essa questão mal resolvida não invalida a contribuição de Bulst no desdobrar dos seus questionamentos em relação à natureza da metodologia e suas variações. A começar pela diferenciação entre biografia e prosopografia. Em alguns casos são utilizadas como sinônimos, entretanto, ambas apresentam especificidades começando pela biografia incumbida do estudo do individual. Em contrapartida, a prosopografia averigua a trajetória de um coletivo com base nos seguintes preceitos:

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (STONE, 2011, p.115)

Contudo, a relação de afinidade entre a biografia e a prosopografia não é ignorada por Neithard Bulst:

O fato de que a prosopografia não pode, no entanto, renunciar à biografia foi exemplificado com a célebre imagem de Namier , quando ele afirma que cinquenta homens tomados em conjunto não formam uma centopeia, mas permanecem sendo cinquenta homens, dos quais é necessário conhecer cada um individualmente. [...] Ora, é necessário admitir que uma biografia sincrônica de cinquenta homens não é representável. Isso não impede, contudo, que qualquer pesquisa sobre um conjunto – por exemplo, aquela sobre as cinquenta pessoas – comece pela tentativa de estabelecer biografias individuais – que poderão, talvez, ser retomadas no texto final, mas que devem se restringir à reprodução de alguns casos exemplares – que mais tarde conservarão seu significado, seja como representativas da totalidade ou como exceções. Para tal discernimento, a comparação permanece sendo um elemento indispensável [...] Além disso, a abordagem biográfica exclui a diacronia, que é um aspecto quase essencial de muitas pesquisas prosopográficas [...].

(BULST, 2007, p. 55)

Essas interpretações se devem em parte à flexibilidade do método que se pode dizer interdisciplinar, à medida que:

Esse método exige o recurso a um amplo leque de fontes, capaz de enriquecer a base biográfica e o conhecimento do contexto. Além disso, constitui-se enquanto metodologia que exige um frequente recurso à interdisciplinaridade, nomeadamente à antropologia, sociologia, geografia, paleografia, linguística histórica e informática, a fim de preencher lacunas na interpretação e organização dos dados. (FERNANDES, 2012, p.15)

Lawrence Stone estendeu os limites do termo, embora tenha tentado fazer uma crítica contundente ao método prosopográfico. Inicialmente no texto clássico *Prosopografia*⁸, descreve inicialmente a metodologia como técnica, porém a converte a método no final de seu artigo. Dessa maneira, colaborou para a ampliação e problematização do sentido e aplicação da prosopografia assim “Nos últimos 40 anos, a biografia coletiva (segundo os historiadores modernos), a análise de carreiras (segundo os cientistas sociais) ou a prosopografia (segundo os antigos historiadores) desenvolveu-se como uma das mais valiosas e familiares técnicas do pesquisador histórico” (STONE, 2011, p.115).

Alguns pesquisadores, tais como Alfred Stepan, José Murilo de Carvalho, utilizam a elaboração de banco de dados e o cruzamento de informações sem perceber a interferência de critérios pensados na prosopografia. A elaboração de banco de dados e sistematização de informações é utilizada em outras áreas do conhecimento, porém isso não significa que os pesquisadores estejam prosopografando, além disso, não podemos afirmar se havia inclinação dos autores na adoção de tal metodologia. Contudo, em “*Os militares na Política*” (1975) Stepan:

Os únicos dados sistemáticos disponíveis sobre origem social de militares são os coletados por Alfred Stepan.[...]Stepan levantou a filiação dos alunos da Academia Militar de 1941 a 1943.Os dados foram coletados na AMAN.[...] (CARVALHO,1997, p.188)

Não obstante, dependendo da região a denominação sofre variações. Para os anglo-americanos são sinônimos biografia coletiva e prosopografia, em francês ou inglês costuma-se utilizar *prosopographie* e *prosopography*. De acordo com BEECH (1960, p.6, apud BULST, 2007, p.51):

[...] uma utilização mais padronizada do termo pareceria coerente, também,em relação ao intercâmbio científico internacional, uma vez que em inglês e em francês apenas os termos *prosopography* ou *prosopographie*, respectivamente são utilizados, faltando um equivalente para o termo *personenforschung* (BEECH, 1960, p.6).

Bulst, ainda, descreve o conflito em torno do tema em uma seção do congresso de historiadores no ano de 1974:

[...] sobre *personenforschung im spatmittelalter* partiram de uma definição prévia do termo *Prosopographie* como “coleção e catálogo de todas as pessoas de um grupo definido temporal e espacialmente”, e de *Historische personenforschung* como “análise de material prosopográfico segundo diferentes pontos de vista da interpretação histórica” (PETERSOHN, 1975, p.1). Segundo essa definição, a prosopografia, foi subordinada à *personenforschung*, o que finalmente pode conduzir a uma emancipação, e, deste modo, conferir à prosopografia um caráter de ciência auxiliar. [...] (BULST, 2007, p.50)

⁸ Esse texto é comumente utilizado para criticar a metodologia aqui apresentada. Lawrence Stone inicia o artigo atribuindo a prosopografia a qualidade de técnica, afirmação que não é um consenso entre os prosopógrafos.

Em contrapartida, a *personenforschung*, segundo Tellenbach (1957, p.5, 6) estaria preocupada com “a pesquisa e a representação da vida do homem individualizado de tempos passados” (apud BULST, 2007, p. 50). Existe uma inquietação constante entre os autores em definir e consolidar o método, aliás, é apontada por Bulst a possibilidade de reconhecê-la como uma ciência auxiliar. A prosopografia poderia ser enquadrada segundo Werner (1971, p. 71) entre a antropologia, a genealogia, a demografia e a história social, entre a singularidade de um evento e a individualidade, e as provas seriais de fenômenos sociais e de desenvolvimento de longa duração (apud BULST, 2007, p. 50).

Dentre as inconstâncias e problemas enfrentados, aponta-se o fato da prosopografia estar atrelada à história protagonizada pela elite. O dualismo entre as escolas é uma marca, como já mencionado a primeira está centrada em pesquisar os membros da elite, tais como: “senadores da Roma antiga, ou dos Estados Unidos, ou os membros do parlamento inglês, ou os membros dos gabinetes ingleses, mas os mesmos processos e modelos podem e são aplicados aos líderes revolucionários” (STONE, 2011). De fato, fazer um trabalho a partir da prosopografia de grupos em posição econômica ou socialmente favoráveis é, relativamente, mais simples, pois a tendência é o arquivamento da documentação originada por personagens ilustres, ou seja, há um número maior de informações a disposição.

De acordo com Stone, a segunda escola está vinculada às Ciências Sociais e interessada em estudar os movimentos de opinião popular. Assim, informa Stone:

[...] eles são necessariamente mais preocupados com a história social que com a política e, portanto, procuram investigar um rol mais amplo, ainda que inevitavelmente mais superficial, de questões que aquelas usualmente pesquisadas pelos membros da escola elitista. Eles também são bem mais preocupados com os testes das correlações estatísticas das diversas variáveis que em dar a conhecer um sentido da realidade histórica por meio de uma série de detalhados estudos de caso. Desse modo, como eles tentam descrever o passado, eles tendem a fazê-lo mais por meio da construção de tipos ideais weberianos que pela apresentação de uma série de exemplos concretos. [...] (STONE, 2011, p. 116).

A partir do advento da Terceira Geração dos *Annales*,⁹ novos grupos, inclusive minorias, passaram a objetos de maior interesse dos pesquisadores:

[...] vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela[...] Por diferentes caminhos, tentaram fazer uma síntese entre a tradição dos

⁹ O surgimento de uma terceira geração tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968. Em 1969, quando alguns jovens como André Burguière e Jacques Revel envolveram-se na administração dos *Annales*, em 1972, quando Braudel aposentou-se da Presidência da VI Seção, ocupada, em seguida, por Jacques Le Goff; e em 1975, quando a velha VI Seção desapareceu e Le Goff tornou-se o Presidente da reorganizada École des Hautes Études en Sciences Sociales, sendo substituído, em 1977, por François Furet. (BURKE, 1992, p. 56)

Annales e as tendências intelectuais americanas –como a psico-história, a nova história econômica, a história da cultura popular, antropologia simbólica, etc. (BURKE, 1992, p. 56,57).

Logo, a divisão teórica dessas duas escolas¹⁰ prosopográficas anteriormente comentadas exhibe uma ruptura pouco vantajosa. Essa polarização é abordada em Stone:

[...] em vez de andarem juntas, as escolas de massas e elitista especializar-se-ão mais e mais em suas diferentes abordagens, a primeira tornando-se mais científica e quantitativa e a outra mais impressionista e devotada aos exemplos individuais inadequadamente controlados pela amostragem aleatória. Isso seria um desastre para a profissão, pois significaria o fim de frutíferas fertilizações cruzadas. [...] (STONE, 2001, p. 133).

A prosopografia, assim como todos os métodos, possui seus limites. A fascinação pelo quantitativo pode comprometer o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa. Os primeiros a utilizarem foram pessoas fascinadas pelas coleções biográficas produzidas em grande escala entre os séculos XVI e XX, os ingleses, especialmente, buscavam sua ancestralidade por meio da genealogia e da produção imensurável de dados iniciada no séc. XVI e nutrida pelo advento da imprensa (STONE, 2011).

Tanto a escassez quanto o grande volume de dados exige uma ordem classificatória cuidadosa, o recorte temporal deve ser percebido para que não seja feita uma generalização anacrônica. No mais, Stone alerta:

Categorias de classes baseadas na riqueza podem não refletir as realidades sociais, podem ser quase impossíveis de identificar e podem ser mais difíceis de comparar ao longo do tempo; categorias profissionais podem atravessar as linhas tanto de status quanto de classe e subir e descer o sistema social; categorias de poder, bem como cargos políticos, podem variar ao longo do tempo em termos do status social vinculado a eles, do poder que possuem e da renda que obtêm. [...] (STONE, 2011, p.125).

A capacidade de adaptações teóricas costuma ser necessária conforme o surgimento de novas evidências. Normalmente a organização do arcabouço teórico começa após a seleção e os critérios determinados. Detectado um erro ou a ignorância com relação a uma subdivisão pode ser inviável reconstruir toda a base e cruzar os dados, além disso, uma pesquisa nesses moldes exige muito tempo disponível, não que as demais não necessitem, entretanto dois processos serão fundamentais a coleta e sistematização dos dados, ou seja, o resultado quantitativo alinhado ao referencial teórico.

¹⁰ Tanto a escola elitista quanto a de massas tornaram-se primeiramente identificáveis na profissão durante as décadas de 1920 e 1930, quando vários trabalhos apareceram e tiveram um profundo efeito em todo o desenvolvimento posterior. As matérias-primas com as quais esses estudos prosopográficos foram e são elaborados são principalmente de três grandes tipos: listas simples de nomes de ocupantes de certos cargos ou títulos ou qualificações profissionais ou educacionais; genealogias de famílias; dicionários biográficos inteiros, que são usualmente elaborados em parte com base nas duas primeiras categorias e em parte com base em uma variedade de fontes infinitamente mais ampla [...]. (STONE, 2011, p. 117)

2.1 Afinidades interdisciplinares

O avanço tecnológico contribuiu na expansão do método prosopográfico, facilitando a pesquisa e o recolhimento dos dados. A informática e o desenvolvimento de programas facilitaram o processo de coleta, sistematização e interpretação de um maior número de dados. Desse modo, programas como Microsoft Access, Excel, Word, entre outros, otimizam o tempo. Tendo a disposição essas ferramentas os prosopógrafos devem fornecer o trajeto realizado ao longo de um estudo, ou seja, não basta apresentar os dados estatísticos, o interessante é disponibilizar uma cópia das informações disposta em uma das inúmeras plataformas existentes no mercado e tornar o material acessível. O aconselhável é que ao final de uma análise seja providenciada uma ficha catalográfica.

A Onomástica, definida como o estudo dos nomes próprios, é capaz de auxiliar a identificação das características sociais dos grupos a serem investigados. Exemplificando: 97, 06 % dos escravos romanos eram chamados de *Autus*. Em contrapartida, pesquisas realizadas a partir do estatuto jurídico comprovam que 100% dos ex-escravos ou escravos eram identificados pelo nome de Suavis (Carlier; Dumolyn; Verboven, 2007). O agrupamento desses dados por intermédio da onomástica organizado em um *corpus* documental consegue dar conta de uma realidade histórica comprovada quantitativamente, além de proporcionar um modelo de pesquisa aplicável para outras regiões e períodos cronológicos. Investir na prosopografia comparada oportuniza vislumbrar novos horizontes de pesquisa, por exemplo, os critérios do *corpus* documental criado para examinar a institucionalização do exército brasileiro podem ser aplicados igualmente na análise do exército de outra Nação.

Ao longo do texto será apontada a viabilidade de prosopografar qualquer pessoa, coletivo, vestígio material, circulação de objetos, entre outros. Em suma, cabe ao pesquisador manusear as informações. Prosopografar somente objetos é perfeitamente possível, até mesmo pessoas não identificadas a partir da constatação de um perfil comum entre indivíduos ou grupos.

A genealogia e o estudo das linhagens colaboram com a compreensão da formação das famílias, relações pessoais, manutenção de grupos ou núcleos dominantes em determinados territórios. Além de demonstrar a concorrência entre aspirações políticas, religiosas e sociais opostas.

Os cientistas sociais e políticos aproximam-se consideravelmente dos prosopógrafos, pois ambos investem na elaboração de critérios e criam os seus bancos de dados. Essa prática recebe o nome de *survey*, cuja definição é:

[...] *Surveys* são muito semelhantes a censos, sendo a diferença principal entre eles que um *survey*, tipicamente, examina uma amostra de população, enquanto o censo geralmente implica uma enumeração da população toda. [...] Informa-se também que Max Weber, um dos fundadores da Sociologia, usou método de pesquisa *survey* no seu estudo sobre a ética protestante. (BABBIE, 2003 p.79).

A prosopografia e a História são campos do conhecimento complementares. A utilização de tal metodologia assemelha-se à prática da história quantitativa ou serial. Sobre os aspectos dessa área de conhecimento Tomich explicita:

[...] a história serial é uma abordagem fortemente quantitativa que se ocupa com a repetição, a regularidade e a quantidade. Ela seleciona e constrói séries de fenômenos, frequentemente por meio de operações estatísticas, em função de seu caráter repetitivo, a fim de identificar ligações espaço-temporais estáveis e de estabelecer relações causais entre elas. [...] (TOMICH, 2011, p.44)

Essa subárea foi explorada na segunda geração da Escola dos *Annales* ou Era Braudel, período dominado pela história quantitativa e incorporação de novas disciplinas: economia, estatística, matemática e geografia. Conforme, Tomich, (2011), Labrousse analisou os ciclos econômicos ocorridos no séc. XVIII na França, apoiado nas listas de preço de mercado e criou uma série homogênea que permitia a comparação dos dados e a verificação da oscilação de preços. Dessa forma, para o Antigo Regime, o autor descreveu os motivos das crises cíclicas na França e como cada classe social foi afetada. Neste ponto é verificada a associação da história econômica a social explorada por intermédio da estatística.

Ernest Labrousse foi alvo de críticas por conta da sua credulidade nas fontes geradas da aplicação estatística, uma espécie de retorno ao pensamento positivista combatido pela geração dos *Annales*. Além disso:

[...] Grenier e Lepetit assinalam que: “a causalidade accidental não aparece como um elemento exterior à racionalidade explicativa. É, em vez disso, necessária como complemento à determinação de regularidades. Essa forma de endogeneização é a marca de uma insuficiência causal (...). O acontecimento perde sua novidade criativa, e a mudança já não é uma categoria a ser pensada.” Do ponto de vista dos autores, a causalidade funcional de regularidade opõe-se à causalidade accidental. O acontecimento é pensado em termos de acontecimento, e o singular é reintroduzido como um elemento da interpretação. (TOMICH, 2011, p.47).

Na metade dos anos 1960, aspectos da Revolução Francesa começam a ser discutidos. Segundo (Charle, 2006, p.21): “esse é também o momento em que começam as polêmicas sobre a interpretação da Revolução Francesa que contribuem para aclimatar a noção de elite em história social, em detrimento do conceito de classe do marxismo”. Além disso, o mesmo alerta

é enunciado para a mudança ocorrida a partir da aposentadoria de Labrousse, nos anos 1960, e o divórcio entre a história econômica e a história social:

Com a crise do marxismo e o declínio da história quantitativa e estrutural dos *Annales*, a partir de meados dos anos 1970, assiste-se a uma dissociação entre estas duas irmãs, a história econômica e a história social. A autonomização da história social leva os historiadores a renunciar a tratar a globalidade do social e a se limitar a uma história social segmentada em grupos socioprofissionais ou em "elites"; às teses regionais da era Labrousse, sucederam-se as teses sobre os diferentes meios sociais: os médicos, os professores, os operários, a greve, os grevistas, os oficiais etc. (CHARLE, 2006, p. 20).

A relação entre o método e a história quantitativa é tênue, já que o cruzamento dos dados gera resultados obtidos por meio de percentuais estatísticos. Conforme os resultados há a ampliação teórica do assunto pesquisado, bem como o aprofundamento das questões preestabelecidas.

2.2 Prosopografia na prática

O exercício do método prosopográfico pode ser realizado de acordo com diferentes objetos de pesquisa, além de ser uma prática capaz de proporcionar generalizações fundamentadas na estatística. Porém, o estudo de casos que destoam do padrão oferece um horizonte de estudo de realidades não vislumbrada. Isto posto, apresentaremos pesquisas em que o método foi aplicado, bem como os diferentes trajetos e questões alcançadas no decorrer de cada estudo.

O investimento em pesquisas fundamentadas na prosopografia tem sido realizado ao longo de décadas, e a partir do advento da informática o processo de pesquisa e sistematização de dados foi facilitado. Desse modo, algumas obras são um exemplo do esforço e aprimoramento dos prosopógrafos em extrair o máximo de informações para organizar o banco de dados, ou seja, a fonte que deverá responder e sustentar todo o trabalho desenvolvido.

No Brasil, entre os mais expressivos utilizadores do método está o historiador Flávio Heinz, o qual organizou o livro *Por outra história das elites* (2006), reunindo nove estudos centrados na biografia coletiva. Nessa compilação de textos de diferentes autores é descrita a trajetória do método, desde seu surgimento até os vários sentidos e ressignificações atribuídas ao mesmo, que servem, como já diz o título da obra, a pesquisas sobre as elites, notadamente sobre grupos atuantes no campo da política.

Ao longo do texto intitulado *Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico* (2006), Heinz ocupa-se da trajetória de formação e organização do sindicato

rural. O autor analisou a disputa entre dois grupos: a Sociedade Rural Brasileira (SRB) fundada em 1919 e a Confederação Rural Brasileira (CRB), criada em 1951. Ao mapear o perfil dos dirigentes patronais dos sindicatos, por meio da biografia coletiva, estabeleceu critérios que possibilitaram a descrição social das entidades mencionadas.

Inicialmente, Heinz observa a natureza opostas das duas entidades, o que definiu a tomada de posição de cada uma e o conflito entre elas. Assim, enquanto a SRB fazia parte de uma elite paulista, liberal conservadora, e mantendo relações com as oligarquias da República Velha, decadente, mas muito atuante contra qualquer possibilidade de renovação. A CRB, por sua vez, era diferente. Segundo o autor, destacava-se pela condição: “não oligárquica, mas clientelista de ambição transregional, partidarista e parlamentar, ‘oficial’, sindical e ‘moderna’, na óptica das transformações sociais pós-30”. (HEINZ, 2006, P. 129).

A partir da amostra de um terço dos dirigentes pertencentes a cada grupo, SRB e CRB, o autor chegou a algumas considerações:

Entre os dirigentes oriundos da Confederação Rural Brasileira, 55 dos 64 dirigentes analisados (85,9%) possuem diploma de estudos superiores, dois deles possuindo, inclusive, uma segunda titulação universitária. Entre esses 57 diplomados, 23 (40,35%) haviam estudado direito; 17, agronomia; oito, medicina; seis eram engenheiros; dois; zootecnistas e um havia completado outra formação. Os números são diferentes no que tange à SNR. Entre os representantes da elite fundiária paulista, o diploma superior parece sensivelmente menos importante: apenas 17 dos 27 representantes estudados (62,9%) haviam concluído estudos superiores, também aqui, dois possuíam dupla formação universitária. Desses 19 diplomas, 12 eram de direito; as formações médica, agrônoma e engenharia possuíam cada um dos representantes, ao passo que um dirigente realizara outro percurso universitário não identificado. (HEINZ, 2006, p 132).

Heinz veio a ter inúmeras possibilidades para verificar a que ponto essas variáveis interferiam ou seriam aliadas dos dirigentes na disputa pela representação. Esse é um exemplo da capacidade de interpretar, mas também de pôr em vigor critérios fundamentais que levassem em conta uma gama de informações, viabilizando o mapeamento de alguns grupos e suas trajetórias.

No mesmo nível de importância para a divulgação do método está a historiadora Cybele Crossetti de Almeida, cujo trabalho sobre a cidade alemã de Colônia se destaca. No artigo: *Ética cristã, riqueza e poder: reflexões sobre a elite dirigente da cidade de Colônia na Idade Média tardia*(2009), ela demonstra como utilizou o método para investigar três famílias que se mantinham em posição de poder, entre 1391 até 1513. Desse modo, o banco de dados foi organizado da seguinte maneira:

[...] foram investigados igualmente pais e irmãos de homens ou mulheres que casaram com membros das três famílias principais e seus herdeiros na primeira geração. O conjunto das famílias investigadas elevou-se, deste modo, de 3 para 25. Fazem parte do catálogo prosopográfico 97 indivíduos, além de 13 extras, que não tinham relação direta com as famílias por parentesco, mas que tinham relações próximas com as mesmas, e serviram como uma espécie de grupo de controle, bem como alguns indivíduos que faziam parte das famílias analisadas, mas que viveram fora do período em questão. (ALMEIDA, 2009, p.3).

Ao observar o progresso da carreira "foi possível verificar que existiam diferentes modelos de carreiras. Estes modelos foram então divididos em três categorias, alfa, beta e gama, ordenados segundo a intensidade da participação na vida política" (ALMEIDA, 2009, p.3). Havia duas categorias sociais, uma inferior e outra superior, porém a organização não era rígida. Era comum a diversidade na ocupação de cargos, os integrantes dessas famílias atuavam em esferas diferentes, aumentando a sua influência e assim perpetuando o poder por mais tempo. As atividades comerciais, empréstimos com juros e os negócios imobiliário eram condenadas pela igreja. A atuação na política era bem vista (ALMEIDA, 2009).

Além desse, outro trabalho substancial estruturado a partir do uso da prosopografia e da micro-história italiana é a dissertação de mestrado de Livia Nascimento Monteiro, intitulada *Administrando o bem comum: Os "Homens Bons" e a Câmara de São João del Rei 1730-1760*.(2010). A citada pesquisa tomou por base a Câmara de São João del Rei, em Minas Gerais, averiguando o comportamento adotado pelos dirigentes, bem como relações de parentesco, matrimoniais e o corporativismo estabelecido neste grupo. Durante a investigação a autora foi impecável na seleção de documentação (Acórdãos e Termos de Vereança da Câmara, registros paroquiais, documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público Mineiro).

Dentre os pontos relevantes do trabalho de Monteiro, destacados a partir da vasta documentação estudada, a autora obteve dados como: as principais famílias e suas relações de compadrio, o poder desse conjunto de pessoas responsáveis pela manutenção de uma rede, que conduzia a vida pública e privada de São João del Rei. Desta forma, Monteiro sintetiza como se dava esse arranjo social:

No que diz respeito à composição da câmara de São João del Rei, entre 1737 a 1759, o perfil dos oficiais que serviram enquanto juizes ordinários, vereadores e procuradores, seguia os moldes de uma sociedade hierárquica, com os "homens bons" se caracterizando por um grupo de homens ricos, que detinham vários cargos públicos, donos de importantes posses de terras, com altas patentes militares, membros das mais distintas .Ordens e Irmandades da Vila de São João del Rei e com relações parentais e de amizade entre si . O grupo a que pertenciam, considerados de elite, pertencia à sociedade de Minas no século XVIII e que, segundo os princípios aristotélicos, era composta por desiguais. Essa desigualdade era prevista e moldada de acordo com os

costumes e hierarquias típicas da Vila de São João del Rei, e não de acordo com normas e leis escritas do Reino. (MONTEIRO, 2010, p. 189).

Monteiro buscou recursos em diferentes tipos de documentos, o que é perfeitamente possível na prosopografia, e, em qualquer pesquisa histórica. Além disso, o cruzamento de dados pode ser feito através de *corpus* documentais concebidos por outros autores. Todavia, para a segurança da pesquisa é, mais uma vez, fundamental a disponibilização de uma ficha catalográfica explicitando como, foram obtidos os dados finais dos trabalhos. Sabe-se que todo o tipo de suporte tecnológico é passível de manipulação. O pesquisador deve utilizar chaves de segurança para evitar o acesso indevido de terceiros e a alteração nas informações; bem como ser honesto na divulgação dos dados, sem esconder ou atribuir elementos inexistentes ao trabalho. Finalmente, a natureza interdisciplinar da metodologia permite um alinhamento de fontes geradas por áreas do conhecimento complementares. Por exemplo, a associação de profissionais de TI¹¹ a estudiosos que necessitam criar plataformas capazes de facilitar a sistematização, proteção e disponibilidade dos dados.

Xavier Rousseaux contribui para a constatação acima, no texto: *Prosopography, Crisis and Modernisation of Justice – “Belgian Magistrates”: An Introduction* (2016). O autor salienta a renovação dos estudos prosopográficos ocorridos graças à informática:

De fato, algumas disciplinas, especialmente a história de períodos mais antigos, para os quais a documentação é escassa, dispersa e frágil há muito dependiam do fio comum das listas de nomes enriquecidas com todos os tipos de fontes possíveis.[...]No entanto, hoje em dia, o método não consiste em produzir arquivos em papel, enriquecidos pelo autor ao longo de uma vida de trabalho árduo, nem na publicação de dicionários volumosos, constantemente anotados por pesquisadores anônimos que somam suas descobertas pessoais. A pesquisa é baseada na criação de uma ferramenta de coleta, organização e enriquecimento de dados. Disponível para o público graças a um acesso baseado na web [...]. (ROUSSEAU, 2016, p. 176 tradução nossa).

É notável a preservação de documentos relacionados à história das elites ou de pessoas de prestígio social. Rousseaux descreve a união de pesquisadores dedicados a analisar a carreira dos magistrados belgas. O tema tornou-se alvo de interesse na década de 1980, pois a Bélgica testemunhava um período de escândalos no sistema judiciário, uma onda de desconfiança entre a população e o judiciário fora instalada. Logo, os magistrados foram acusados de praticar corporativismo e de serem incapazes de acompanhar os novos rumos do Estado moderno. Estimulados por esse conflito, sociólogos e historiadores se debruçam a averiguar a questão. O vice-presidente do Tribunal de Comércio de Bruxelas, Jacques Logie, escreveu uma tese a

¹¹ Tecnologia da Informação

respeito dos magistrados que integravam o departamento belga, durante a anexação de parte do território à França, no final do séc. XVIII (ROUSSEAU, 2016).

Em contrapartida, Jean-Pierre Nandrin, com formação em Direito e História, dedicou-se a pesquisar a origem da magistratura no período de independência da Bélgica. De acordo com Rousseaux:

Ele reconstruiu as primeiras nomeações no corpo (1832) e realizou uma pesquisa sobre *justices de paix* até 1848. Junto com Xavier Rousseaux, realizou uma primeira exploração dentro do quadro de um projeto de pesquisa sobre a esfera "belga" em todas as revoluções (1780-1830). O objetivo era identificar o papel dos funcionários judiciais nas transformações das elites entre as revoluções do final do século XVIII e a revolução belga de 1830. (ROUSSEAU, 2016, p. 177,178 tradução nossa).

Conforme Rousseaux (2016) os trabalhos dos autores Nandrin e Logie deram origem ao projeto "*Prosopografia dos magistrados belgas no século XIX (1830-1914)*". A reunião de profissionais de instituições diferentes, tais como: Centro de História do Direito e da Justiça (UCL-CHDJ), Universidade de Namur e Universidade Católica de Louvain (UCL) resultou em uma equipe concentrada no desenvolvimento de uma história integrada da justiça belga. Para isso, o investimento inicial foi na criação de uma plataforma para abrigar os dados coletados. O projeto contou com um número razoável de pesquisadores:

Françoise Muller (UCL), Anne Roekens e Bénédicte Rochet (Universidade de Namur) e o engenheiro de TI Xavier Cuvellier (USL-B) para estruturar dados históricos e criar a ferramenta. O primeiro passo consistiu na criação da arquitetura da base de dados, que foi realizada por Françoise Muller com o apoio de Aurore François e Frédéric Vesentini (UCL-CHDJ)..Graças a um mandato pós-doutoramento do FNRS, Vincent Bernaudeau (Universidade de Angers) juntou-se à equipa da USL-B e trouxe a sua perícia prosopográfica.(ROUSSEAU, 2016, p.178 tradução nossa).

Esse projeto recebeu fomento de instituições diferentes, além do alinhamento de vários profissionais que combinaram o interesse pela pesquisa e concordaram em criar o banco de dados via web demonstrando o percurso e os resultados obtidos. Em 2014, foi disponibilizada a biografia de 6283 indivíduos, sendo que 4313 eram magistrados que exerciam o ofício na Bélgica e na África. A grandiosidade do trabalho inspirou projetos similares. Jean-Claude Farcy, por exemplo, investigou os magistrados franceses (ROUSSEAU, 2016). Acompanhando o desenvolvimento do projeto, pode-se inferir o quão necessário é o investimento financeiro e a defesa da união entre campos do conhecimento diferentes, além do desejo de preservar a memória institucional capaz de promover incontáveis estudos acerca da formação e modernização do Estado belga e as consequências desse processo sobre a atuação dos magistrados no governo colonial da África, mais especificamente, sobre o chamado Congo Belga.

Aurore François e Françoise Muller descrevem a organização do banco de dados mencionado anteriormente em *Prosopography in the Digital Age: Current Situation, Prospects and Perspectives in the Light of the Forthcoming "Belgian Magistrates" Application* (2016). Inicialmente, o projeto "*Prosopografia e Diretório de Magistrados belgas*" abarcava o contexto do desenvolvimento da magistratura belga do período de 1830 até 1914. No entanto, o objetivo foi ampliado para análise de outros grupos (tribunais judiciais, juízes de menores e do sistema judiciário colonial). Ademais, incluiu-se uma nova pesquisa a partir da base de dados, "*Belgafrican Magistrates Social Networks (1885-1962)*".

A composição do *corpus* documental se deu em quatro ordens: "a gestão de pessoas, a gestão de tribunais, a gestão de compromissos e a gestão das referências. No aplicativo da Web, cada componente tem um ou mais mecanismos de busca ad hoc" (FRANÇOIS; MULLER. 2016 p.185 *tradução nossa*). A primeira gestão está subdivida em cinco entradas, pessoal, socioprofissional, político, intelectual e relacional. Organizadas do seguinte modo:

Os dados pessoais, essencialmente identidade, nome de família de um indivíduo, nome(s), locais e datas de nascimento e morte, título de nobreza, título (s) honorífico (s), endereço (s), estado de riqueza, habilidades em línguas, convicções religiosas e filosóficas. Os dados socioprofissionais consistem no (s) diploma (s) universitário (s), na carreira e nas atividades da pessoa, isto é, associações, comissões ou comissões a que pertencia. A tendência política e os mandatos que uma pessoa mantém fornecem a categoria "política". Os dados intelectuais correspondem a publicações relativas a uma pessoa, obviamente tanto as escritas pela pessoa como as escritas sobre ele, dando-nos assim uma lista da literatura referente ao membro do Judiciário em questão. Finalmente, os dados relacionais mostram ligações de parentesco, casamento, amizade ou inimizade entre as pessoas, permitindo que os dados sejam processados em uma abordagem de rede. [...]. (FRANÇOIS e MULLER. 2016 p.185, 186 *tradução nossa*).

Por fim, a gestão de tribunais disponibiliza o acesso a hierarquia entre eles e a lista de nomes dos profissionais atuantes. Até o ano de 2016, contava-se com os dados de 680 tribunais. O estudo estendeu-se até os tribunais do Congo, "Longe da Bélgica do século XIX, com seu aparelho judicial estável [...] o Congo - especialmente o Estado Livre do Congo - nos confronta com tribunais temporários e/ou peripatéticos, também particularmente complexos" (FRANÇOIS, MULLER. 2016, p.189 *tradução nossa*).

Em *The "lords", lugal-lugal, of Ebla a prosopographic study* (2000), Alfonso Archi, apresenta um trabalho diferenciado na seleção das metafontes. Três categorias de documentos foram selecionadas: "as contas mensais da distribuição de tecido (RMT); as contas anuais da distribuição de metais preciosos, normalmente sob a forma de objetos (RAM); textos relativos

às entregas, mu-DU¹², ao palácio de metais e de tecido pelo ministro (ou vizir)" (ARCHI, 2000, p. 19). Archi estabeleceu um período cronológico por meio da circulação de objetos, já que a documentação consultada não tinha referência cronológica. Em síntese:

A presença ou ausência de certos senhores nos permite determinar uma sequência cronológica, ainda que aproximada. Podemos assim seguir as mercadorias entrando no Palácio ano após ano. Com base nessa ordem cronológica, podemos, ademais, documentar aproximadamente documentos de outros setores administrativos em que aparecem esses mesmos "senhores", lugal-lugal. (ARCHI, 2000, p. 20 *tradução nossa*).

Por sua vez, Roderick Barman e Jean Barman Source, em larga pesquisa sobre o Brasil Império (1822–1889), tiveram de adequar a investigação devido a documentação não se prestar a um trabalho quantitativo. Os autores fizeram o caminho inverso que normalmente o prosopógrafo costuma realizar, ou seja, lançaram hipóteses para posteriormente buscar as informações. Os dados foram extraídos de uma caixa de fichas com a identificação de indivíduos de prestígio político durante o período imperial. Segundo os autores, em 1972 as fichas já haviam alcançado o incrível número de dois mil indivíduos, e a necessidade de organizar o material fez com que solicitassem o auxílio de um programador de computador. Além de pedir apoio financeiro da *University of British Columbia Computing Center* junto ao Conselho do Canadá.

Alguns desafios exigiram atenção ao reconhecimento dos sujeitos, pois um mesmo nome pode ser usado por diferentes pessoas. O estudo começou no ano de 1973, entretanto algumas viagens foram imprescindíveis a sequência do projeto, e em 1977 chegou-se à marca de 15 mil itens. Os programas usados são os mesmos adotados nas ciências sociais SPSS e MIDAS (BARMAN, R., BARMAN, J., 2014). Todo o procedimento aponta às múltiplas formas de concepção de um trabalho embasado no método prosopográfico, mas, principalmente, alerta à necessidade de tempo para conferir as variáveis que podem determinar o andamento do trabalho. Em média a realização desta pesquisa levou em torno de quatro anos. A extensão de um projeto forjado nessas condições é imensurável dado o número de pesquisadores que podem se beneficiar futuramente dele:

A utilidade do banco de dados como ferramenta de pesquisa aumentou naturalmente à medida que cresceu em direção à conclusão. Estamos usando, por exemplo, o banco de dados para fornecer materiais quantitativos para um grande estudo de educação, seleção de carreiras e recrutamento político no Império Brasileiro, abordando questões como o papel da geografia na educação e recrutamento de elites, a formação de gerações e o significado do conflito geracional, a seleção de ocupações entre os

¹²[...] Categoria utilizada para definir os textos relativos às entregas feitas ao Palácio de metais e pano pelo ministro (ou visier) e os "senhores", lugal-lugal,[...]. (ARCHI,2000, p.19)

graduados pós-secundários, a relação da política com os diversos ramos da administração nacional e com as profissões privadas, a base socioeconômica da filiação política e o significado das relações familiares no processo de recrutamento da elite. (Barman, R., e Barman, J., 2014 , p.80 *tradução nossa*).

A história da maçonaria também se beneficiou da prosopografia em “*La prosopographie: une nouvelle voie pour l’histoire de la Franc-maçonnerie*” (2009), de Eric Saunière. Nos anos de 1980 há uma renovação epistemológica nos estudos referentes aos grupos maçons existentes na França. Entre as metodologias adotadas está a prosopografia que possibilita uma interpretação do todo sem desprezar as particularidades encontradas. Dessa modo, faz-se o cruzamento da história geral da França com o andamento da maçonaria.

O ministério metodista também foi amplamente prosopografado a partir das seguintes documentações: conferências, publicações em revistas, obituários, atas de conferências anuais, dicionários biográficos, biografia particulares, entre outros. (FIELD)¹³. De acordo com Clive D. Field, diversos trabalhos foram realizados a respeito do Ministério Metodista com foco nos séculos XIX e XX:

O mais acessível e, em termos da base de evidências, o trabalho de maior escala nesta categoria é de Kenneth Brown, que investigou as origens, o treinamento, a retenção e as vidas públicas e privadas de *Wesleyanos*, Metodistas Primitivos e Metodistas Unidos respectivos ministérios durante o período de 1830-1930. Outros exemplos incluem Clive Field, que estudou os padrões de carreira de 1.500 ministros *Wesleyan*, *Primitive* e *United Methodist* nascidos entre 1781 e 1900, e Timothy Allison, que examinou questões de status socioeconômico e expectativa de vida em relação a quatro cortes de *Wesleyan* e *Primitive* Pregadores metodistas nascidos nas décadas de 1850 e 1880 [...]. John Lenton, que aumentou significativamente as informações contidas na ata da Conferência. Lenton construiu uma base de dados dos pregadores itinerantes do século XVIII e depois a submeteu à interrogação estatística, a fim de estabelecer um perfil de grupo, especialmente da perspectiva geográfica, de classe social, educacional e religiosa e de suas vidas familiares e carreiras no ministério. Lenton está agora empreendendo um projeto paralelo, construindo um banco de dados dos cerca de 2.000 homens que deixaram o ministério *Wesleyan* de 1791 a 1932. (FIELD, p. 240, 241).

Esse trabalho serviu-se de variados tipos de metafonte além de ter um número razoável de pesquisadores que aprofundaram a temática, conseqüentemente colaboraram com as produções posteriores, entre elas, a análise do perfil das irmãs ordenadas no Lar Nacional das Crianças no período de 1875 a 1985.

Em suma, esse capítulo teve como objetivo apresentar a origem e desenvolvimento do método prosopográfico, ao longo de décadas de atualização. Assim, pode-se retomar alguns aspectos apresentados a partir da sua concepção e que são recorrentes, principalmente, o seu

¹³ Ao longo do texto do autor não encontramos a data de publicação do texto referido, entretanto o mesmo pode ser acessado em: <https://clivedfield.files.wordpress.com/2012/03/methodist-prosopography-published.pdf>

caráter de análise pessoal. Embora, a prosopografia seja apresentada como o método, *grosso modo*, da biografia coletiva, verificamos a sua natureza relativa ao séc XVI que lhe atribuíam o papel de analisar a moral, postura e costumes dos indivíduos. Esse viés, futuramente, permitirá ampliar os horizontes referentes a aplicação de estudos de casos, no que toca a nossa pesquisa averiguar as particularidades dos agentes que desviam do tipo ideal fundamentado nas premissas da hierarquia e da disciplina, por conseguinte desvendar a natureza da estrutura. Desse modo, o método transcende a ideia de um apanhado de dados submetidos a resultados derivados da estatística.

2.3 Trajetória de pesquisa

Parte dessa pesquisa foi concebida durante a graduação em História. Assim, acredita-se na necessidade de elencar o percurso e resultados obtidos até o momento. Acompanhando a trajetória da formação do exército observa-se uma constante participação política na tomada de decisões do país. Há uma variedade de obras dedicadas ao golpe civil militar de 1964, no entanto os oficiais que tomaram o poder iniciaram suas carreiras já nas décadas iniciais de 1900, ou seja, esses militares não eram uma novidade no cenário político. Não temos entre os objetivos investigar o golpe civil-militar de 1964, porém parte da justificativa do trabalho atual é a compreensão do avanço das carreiras dos oficiais e do discurso político do Exército aliado ao poder de negociação com o Estado brasileiro.

Apoiados no projeto “*Visões do Golpe*” organizado pela Fundação Getúlio Vargas, o que se compõe de entrevistas de militares participantes ou testemunhos do golpe de 1964, observamos possíveis relações interpessoais e disputas internas entre grupos liderados por oficiais pertencentes ao generalato. Consequentemente, foram revelados nomes de oficiais que faziam o papel de líderes. A busca estendeu-se ao *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, (ABREU et al., 1994) em que localizamos dados biográficos dos depoentes que nos levaram a outros integrantes do Exército. Com base nessas duas metafontes construímos um *corpus* documental com cinquenta militares¹⁴. O parâmetro de seleção para elencar os nomes dos oficiais que compuseram o *corpus* foi, inicialmente, data de entrada no exército, foram selecionados aqueles que se alistaram antes da década de 1930. Além disso, as duas metafontes apresentam informações sobre data de transferência e nome dos oficiais destinados aos diversos cargos, assim sendo, priorizamos para compor o banco de dados os oficiais que fizeram parte da mesma geração.

Estabelecemos três planilhas com os seguintes critérios: nome, ano de nascimento, estado de nascimento, cidade de nascimento, filiação, profissão dos pais, cônjuge, escola de

¹⁴ Adyr Fiúza de Castro, Antonio Bandeira, Carlos Alberto da Fontoura, Carlos de Meira Mattos, Cyro Guedes Etchegoyen, Deoclecio Lima de Siqueira, Ênio Gouveia dos Santos, Gustavo Moraes Rego Reis, Ivan de Souza Mendes, José Luiz Coelho Netto, Leonidas Pires Gonçalves, Octávio Costa, Odílio Denis, Jaime Portela de Melo, Afonso Albuquerque de Lima, Sisene Sarmento, Álvaro Fiúza de Castro, Nestor Souto de Oliveira, Amauri Kruel, Albino Silva, Mário Poppe de Figueiredo, Euler Bentes Monteiro, Aurélio Lira Tavares, Márcio de Sousa e Melo,, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Léo Guedes Etchegoyen, João Bina Machado, José Bina Machado, Osvino Ferreira Alves, José Luis Arnaldo Calderari, Jurandir de Bizarria Mamede, Paulo Moreira Burnier, Osvaldo Cordeiro de Farias, Ednardo D’Ávila Melo, Hugo Abreu, Newton Cruz, Orlando Geisel, Rubens Bayma Denis, Álvaro Hecksher, Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, João Batista de Oliveira Figueiredo, Adalberto Pereira dos Santos, Augusto César de Castro Muniz de Aragão, Ernesto Geisel, Antônio Carlos Murici, Álvaro Alves da Silva Braga.

formação, locais de moradia e data de falecimento. Na segunda planilha temos as seguintes entradas: ano de entrada na Força, arma, ascensão a patentes, ano e data de ascensão; na terceira ordenamos: cargos ocupados, data do exercício da função, local e subordinação. Além dessas, foram adicionadas outras duas planilhas para o aprofundamento desse estudo, contendo simpatizantes ou combatentes dos seguintes eventos: Tenentismo, Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, Intentona Comunista de 1935, entre outros conflitos. Por fim, o levantamento de condecorações recebidas durante a carreira (cavaleiro, oficial, comendador, grande oficial e grã-cruz).

A história do Brasil está entrelaçada à institucionalização do exército, tanto que ambos foram influenciados pelo pensamento positivista no período de debates em torno da proclamação da república. A tentativa de importar a experiência, à moda brasileira, de países como França e Estados Unidos, está demonstrada na obra do historiador José Murilo de Carvalho, *“A formação das Almas: o imaginário da república no Brasil”* (1990), além de atestar o apreço dos militares pelo positivismo:

Um grupo social que se sentiu particularmente atraído por essa visão a sociedade e da república foi o dos militares. O fato é extremamente irônico, de vez que, de acordo com as teses positivistas, um governo militar seria uma retrogradação social. [...] Por razões históricas específicas, o modelo positivista seduziu também os republicanos do Rio Grande do Sul. A tradição militar da região, o fato de os republicanos serem lá uma minoria que precisava de disciplina e coesão para impor-se, a menor complexidade da sociedade local em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro talvez tenha contribuído para a adesão mais intensa às ideias do positivismo [...]. (CARVALHO, 1990, p. 27-28).

Não podemos renegar o episódio da Proclamação da República com o então Marechal Deodoro da Fonseca, quem assumiu o posto de presidente aliado ao Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente. Embora não tenhamos intenção de trabalhar com o período anterior a década de 1900, o *corpus* documental terá na sua composição membros do exército testemunhos ou atuantes desse período, além do mais, considerando a hereditariedade da profissão pode-se inferir uma memória compartilhada entre gerações. O *corpus* documental apontou que, para a categoria filiação, 22% eram filhos de militares. Entretanto, não foi possível acessar a profissão de 33 componentes da tabela.

Sobre a formação das Forças Armadas (Marinha e Exército), Edgar Carone aponta o caráter endógeno de recrutamento no exército, além das mudanças posteriores à proclamação e os conflitos institucionais que de início demonstravam uma concorrência entre grupos e ideias a serem seguidas, por exemplo, os “jovens-turcos”.

[...] Os “jovens turcos”, como são denominados os oficiais de influência alemã, tentam dinamizar constantemente os quadros e disciplinas. Os artigos polêmicos da A Defesa Nacional traz dissabores constantes à comissão de redação; traduzem-se manuais alemães sobre ginástica, tática, regulamentos de tiro de artilharia de campanha; apresentam-se planos para escola de sargento, escola prática e de tiro de artilharia. [...] (CARONE, 1970, p. 347).

O recrutamento é uma pauta importante para o entendimento das diferentes vertentes de composição do Exército, particularmente no que se refere ao tratamento diferenciado entre os integrantes de origem portuguesa e os brasileiros. Além disso, não havia o desejo da população em alistar-se, tanto que, “em 1874 foi aprovada a lei de recrutamento que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e reengajamento” (CARVALHO, 1997, p.190). Contudo, a lei de 1874 não obteve sucesso. Em discurso, Silveira Martins lamentava:

Que desigualdade mais funesta pode haver do que a que consagra o privilégio dos ricos, permitindo que se isentem por um conto de réis do sagrado dever de defender a pátria? [...] Ainda em 1913, Leitão de Carvalho diz que as principais fontes de recrutamento do exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas;b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego;c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho[...]. (CARVALHO, 1997, p.190).

João Quartim de Moraes (1991) também problematizou a origem do Exército e a posição delegada a ele pelo imperador D. Pedro I, com a oligarquia procurando enfraquecer a instituição por considerá-la um braço armado do poder central. A criação da Guarda Nacional¹⁵, em 1831, se dera por intermédio da oligarquia agrária com o intuito de fazer frente à corporação. Quartim de Moraes aborda as diferentes posições ideológicas dentro do Exército (extrema direita e direita) e propõe a existência de uma esquerda militar brasileira, assim como Carone(1970) retoma a desconfiança da oligarquia e a redução do efetivo militar e das verbas destinadas ao Ministério da Guerra após a queda de D. Pedro I.

¹⁵ Uma força pública a ser usada pelo poder central para conter manifestações e motins. Ela seria constituída a partir do contingente populacional espalhado pelas províncias, mas vinculada ao ministro da justiça. O modelo vinha de uma instituição congênere existente na França e visava, em princípio, à participação do cidadão. Todos os cidadãos entre 21 e sessenta anos e em condições de serem eleitores — portanto com renda anual superior a 200 mil-réis, quando residentes em grandes cidades, e a 100 mil-réis nas demais regiões; escravos excluídos, naturalmente — eram obrigados a se alistar, sendo os cargos de comando eletivos em cada província [...]. De tão conservadora, e atuante, ela criou uma tradição, estendendo a sua atuação até a Primeira República, sobretudo nas áreas mais rurais do país. Além do mais, com essa tropa de elite evitava-se a participação política de militares ao lado dos populares, a exemplo do que ocorrera com as rebeliões que precederam a independência e nas agitações provinciais que levaram à abdicação. A Guarda Nacional (e não os militares) se constituía, pois, como uma força repressiva muito confiável, em razão de sua origem social [...].(SCHAWARCZ e STARLING, 2015, p.247-248)

A heterogeneidade da Força¹⁶ é uma constante, conforme identifica Quartim de Moraes, além disso, quando deflagrado o movimento tenentista, mais uma vez a questão surgiu, pois alguns autores sustentam que os tenentes foram os representantes de uma burguesia, ou melhor, a representação de uma classe média. Compactuando com essa afirmativa, argumenta Forjaz:

O Exército teria cumprido privilegiadamente esse papel de vanguarda política da classe média por ocasião da Proclamação da República e governo Floriano Peixoto, assim como no decorrer da década de 1920 através do Tenentismo: “a pequena-burguesia privada do espírito associativo, ainda sem a consciência integral dos seus direitos mais sagrados, parecia mover-se no vácuo. Não havia, uma orientação fixa, um desejo definido. O estado de ânimo era vago e incaracterístico, traduzindo-se numa hostilidade invencível aos poderes públicos. E, por isso, quando os militares em crise de indisciplina, lançaram mão do mal-estar nacional, aproveitando-o como matéria-prima, as populações urbanas exultaram, na afoiteza de fazer saltar os bujões das leis e códigos prejudiciais ao seu expansionismo fatal, à sua ascensão como classe social. (FORJAZ, 1987, p. 23-24).

Ao analisar as porcentagens de indivíduos na ativa a partir da década de 1910 até 1930 chega-se a quase 60 %, ou seja, 28 participaram de um ou mais dos seguintes movimentos: Tenentismo de 1922 e Revolução de 1930. Devemos registrar que não contabilizamos o número de oficiais que combateram o movimento tenentista ou desejavam aliar-se ao grupo, por exemplo, Artur da Costa e Silva, cujo propósito de unir-se aos tenentes não se deu devido a uma crise de apendicite. Os números aqui expostos são resultado de uma amostra contendo cinquenta indivíduos. São naturais dos seguintes Estados: 36% no Rio de Janeiro, 30% no Rio Grande do Sul, 6% na Paraíba.

Com base nesses dados constatou-se que durante a década de 1960, 13% dos oficiais chegaram ao generalato e 11% já eram Generais-de-Brigada na década de 1950. 63% dos militares presentes no plano de trabalho combateram a favor ou contra a deposição do governo do presidente Washington Luís, no íterim de 1926 a 1930. Ao analisar o envolvimento dos oficiais nos principais acontecimentos tocantes à década de 1930, 8% deles estavam apoiando Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930, 3% aderiu ou participaram dos levantes tenentistas, e 24% combateu os rebeldes da Revolução constitucionalista de 1932. Em 1961, 38 % ocupava algum cargo burocrático no Exército, e no ano de 1964 esse número chega a 44%.

Em vista dos argumentos apresentados buscamos externar os diferentes pontos que serão abordados ao longo da pesquisa. Iniciamos com os apontamentos metodológicos para inteirar o leitor a respeito da origem e apropriação dos pesquisadores que se dedicam a explorar o uso do

¹⁶ O termo “Força” no singular refere-se ao exército, quando empregado no plural refere-se as três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica).

método prosopográfico. Assim, fundamentamos os objetivos do estudo a partir da capacidade da Prosopografia em permitir a generalização sem desperdiçar as singularidades, cientes que estamos do heterogêneo da constituição do Exército brasileiro e das nuances que acompanham o avanço da carreira militar.

3. Os militares na Historiografia

A história da proclamação da República confunde-se ao processo de institucionalização do Exército brasileiro, ambos forjados nos anos iniciais da promulgação. O processo de rompimento com a monarquia e a adesão ao sistema republicano demonstram a presença assídua dos militares na tomada de decisões políticas, ou seja, embora existissem grupos de civis em desacordo com a monarquia, buscando o fim do regime, a proclamação se deu pelo então Marechal Deodoro da Fonseca. Conforme, José Murilo de Carvalho em: *A formação das almas* Deodoro da Fonseca relutou até o último instante para tomar uma posição. O governo de Deodoro esboçou a fragilidade do novo sistema, além disso, expunha uma tentativa de constituição e valorização de um exército sustentado à sombra de um regulamento disciplinar aplicado em Portugal, durante a guerra dos Sete Anos.

Na ascensão ao governo o vice- presidente Marechal Floriano Peixoto, assim como seu antecessor enfrentou a insatisfação dos seus pares, para manter o controle os sentenciava à exoneração. Em contrapartida, determinava a anistia dos críticos ao governo anterior. A indisciplina no interior do exército era recorrente, além disso o repúdio dos jovens ao serviço militar obrigatório resultava no recrutamento à força realizado entre a população pobre, analfabeta, carcerária, mendicante, entre outros. Por fim, o governo não destinava verba suficiente para organizar o exército, conseqüentemente, os jovens ingressantes iniciavam suas carreiras desiludidos, já que a elite ligada ao governo central prestigiava os integrantes da Guarda Nacional¹⁷.

No decurso do capítulo apresentaremos a influência do exército no desenvolvimento da república, assim sendo estabelecemos como recorte temporal, inicial, a década de 1900. O período cronológico permite acompanhar os primeiros anos da proclamação, em 1889. Contudo, cabe uma ressalva, não somos indiferentes ao processo de promulgação do sistema republicano, todavia para abordá-lo seria necessário retomar a Guerra do Paraguai (1864-1870)

¹⁷ [...] A Guarda era uma fiel representação dos grupos de renda mais alta do país, ao passo que o exército não se ligava a esses grupos nem mesmo pela oficialidade [...] Assim marginalizada, a oficialidade do exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra estes grupos, representados principalmente pela elite política civil [...]. (CARVALHO, 1997, p.192)

e a Revolução Federalista (1893-1895) eventos de ativa participação do exército; no entanto seria um recorte demasiadamente longo, quiza, pouco profícuo à pesquisa.

Por conseguinte, após averiguar aspectos pontuais ocorridos em 1889, serão explorados os acordos entre as elites de Minas Gerais e São Paulo, estados que determinavam os rumos da política nacional, a partir da indicação dos candidatos ao governo central. Em 1912, a Guerra do Contestado, figurou entre os acontecimentos que exigiu uma força tarefa do exército.

Na década de 1920, um grupo de jovens tenentes rebelou-se contra a política do café-com-leite, eclodiriam os movimentos tenentistas. Isto posto, a Revolução de 30 resultaria na deposição do presidente, paulista, Washington Luís. Assim, apoiado pela Aliança Liberal e, parte, do exército Getúlio Vargas assumiria provisoriamente o governo do país. Por consequência, São Paulo não aceitaria tal determinação e se insurgiria por meio da Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1934, fora promulgada uma nova constituição, Getúlio Vargas tornou-se presidente do Brasil. No entanto, segundo a lei Vargas só poderia candidatar-se novamente ao cargo em 1938, todavia antes da data havia organizado o golpe do Estado Novo, e, dentre os idealizadores estavam os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Em 1945, o dissabor dos militares contribuiu para a deposição de Vargas. Assim, em 1946 ascenderia a presidência o general Eurico Gaspar Dutra. Contudo, Getúlio Vargas retornaria à presidência (1951-1954).

Essa dissertação será dividida em três capítulos, o primeiro foi organizado de acordo com o histórico e a utilização do método prosopográfico. Posteriormente, segundo capítulo, organizaremos um panorama da história do Brasil, com a finalidade de demonstrar a participação política do exército ao longo do desenvolvimento da república. Desse modo, distribuiremos os tópicos a partir dos seguintes recortes: OPrimeira República e a postura de cada governo perante o exército, atuação da Força na Campanha de Canudos, revoltas tenentistas e a Revolução de 1930. Na sequência, a antessala do golpe do Estado Novo, ou seja, os primeiros sete anos após a Revolução de 30, após o Estado Novo e seus desdobramentos até o ano de 1945, com a saída de Getúlio Vargas da presidência. Por fim, abordaremos o governo de Eurico Gaspar Dutra e o retorno de Vargas ao poder em 1951.

3.1 República Velha: aqui não há inocentes!

A promulgação da república evidencia a fragmentação e a acanhada participação da população na transição da monarquia para o sistema republicano, de acordo com Sodré:

A ideia republicana, realmente, corresponde aos anseios políticos das classes e camadas sociais que, no Brasil, desde os fins do século XVIII, encaravam a necessidade de conjugar a autonomia a um sistema de governo tão democrático quanto nos fosse possível. A ideia oposta de realizar a autonomia com o mínimo de alterações, pertence justamente à classe dominante senhorial. E vai representar a sua preocupação máxima, e constituir a base ideológica do enorme esforço que desenvolve para dominar as rebeliões provinciais, empregando a violência descomedida de duríssima repressão e destruindo depois a estrutura militar que lhe parecia ameaçadora, para erigir a Guarda Nacional em instrumento de seu domínio [...]. (SODRÉ, 1965, p. 154)

Entre os modelos de pensamento em disputa para nortear a nova república estavam o americano ou o jacobino aplicado durante o antigo regime francês (CARVALHO, 1990). No entanto, conforme o historiador José Murilo de Carvalho a doutrina positivista representava um amálgama entre as propostas para o novo sistema:

O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso, pela lei dos três estados, a Monarquia corresponde à fase teológico- militar, que deveria ser superada pela fase positiva, cuja a melhor encarnação era a república. A separação entre igreja e estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para professores, estudantes e militares. Igualmente, a ideia de ditadura republicana, o apelo a um executivo forte e intervencionista servia bem aos seus interesses. [...] (CARVALHO, 1990, p.27).

A concordância do exército com o pensamento positivista é surpreendente, conforme Carvalho (1990) devido ao caráter de repúdio da doutrina a um governo exercido por militares, ainda assim: “a queda do império veio com um golpe de Estado, e não com uma revolução popular; a república foi produto de um corpo de oficiais que defendeu seus interesses particulares e se aliou a uma minoria política.” (McCANN, 2004, p.44). Entretanto, a relação do exército com parte da elite privilegiada era conflituosa, o sentimento de inferioridade dos oficiais e os poucos recursos destinados para o exército revelavam a instabilidade dessa relação, tanto que, a Guarda Nacional era preferida pelos mais abastados. Ironicamente, Carvalho (1997, p.210), [...] “no Manifesto dirigido por Deodoro e Pelotas, em fins de 1889, ao Parlamento e à Nação. Neste Manifesto, escrito por Rui Barbosa [...] fala-se em cidadão fardados aos quais não se pode negar o direito de participar na vida política do país [...].

Longe de ser um projeto pleno, o sistema republicano foi engendrado de acordo com o posicionamento de personagens que buscavam construir uma identidade à república, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant. É, reconhecido o papel de Constant na propagação dos ideais positivistas e sua influência nas escolas da Praia Vermelha e da Escola Superior de Guerra, porém o processo de rompimento com o Império

ocorreria devido a aliança entre Benjamin Constant ¹⁸e Deodoro da Fonseca, apenas o prestígio do primeiro não mobilizaria o exército (CARVALHO, 1990). Em contrapartida, Quintino Bocaiuva e Francisco Glicério, líder e integrante do Partido Republicano Paulista, revelavam a fragilidade em que transcorreu o 15 de novembro, (CARVALHO, 1990, p.37): “[...]Benjamin hesitou até o final da tarde daquele dia[...]”.

Contudo, a incerteza quanto ao processo da proclamação estava presente em Benjamin e Deodoro. Embora, a discussão não estivesse no toda solucionada, Deodoro da Fonseca é reconhecido como o proclamador da república. De acordo, com a normatização da Força Deodoro teria o prestígio necessário para interferir e inspirar os seus pares, na hierarquia estava no posto máximo, ademais era identificado aos militares que participaram da Guerra do Paraguai. Em compensação, Floriano Peixoto teve seu nome associado ao radicalismo jacobino, lógico, que havia discordâncias no interior da caserna, porém a moderação de Deodoro se sobre punha ao radicalismo florianista.

Os resquícios da colonização mantinham-se na organização da Força, o cadetismo, por exemplo, em 1757 era exigência para prestar serviço militar a comprovação de nobreza, esse método de seleção foi abolido em 1832. No entanto, foi importado para o Brasil sob os seguintes requisitos:

Disposições de 1809 e 1820 ampliam a faculdade de se alistarem cadetes aos filhos de oficiais das forças de linha e das milícias, bem como das ordenanças e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríficas [...]. (CARONE, 1997, p.186).

Além dessa, disposição os soldados particulares também eram de origem nobre, durante o Império a nobreza figurava entre os membros da Força, conseqüentemente, os oficiais portugueses eram privilegiados. Todavia, no final do período imperial o recrutamento passa a ser endógeno, (CARONE, 1997, 186) “no fim do império mais da metade dos generais ainda possuía título de nobreza consanguínea. Mas mostra também que a quase totalidade desses títulos era concedido a filhos de militares”.

¹⁸ Benjamin Constant era respeitado entre a jovem oficialidade, tanto que, em meados de 1888: No final de maio. Benjamin fora promovido a tenente-coronel por antiguidade, após permanecer quase 13 anos como major. Nos dias de aula, costumava ir à paisana para a Escola Militar, vestindo o uniforme militar na casa do porteiro, antes de entrar no edifício. No dia 8 de junho, ao trocar-se, descobriu que os alunos haviam substituído às divisas de major pelas de tenente-coronel e trocado de boné por um novo. Ao seguir, para a Escola, nova surpresa o aguardava. Desde o portão de entrada até a sala de aula, teve de passar por entre fileiras de alunos que, em silêncio, lhe jogavam pétalas de rosas. A sala de aula estava completamente lotada, e os alunos deram três rodadas de vivas e palmas acompanhadas de manifestações de apreço [...] ao deixar a escola, acompanhado por todos os alunos, Benjamin teve que tomar o escaler privativo do comandante, que os próprios alunos haviam pedido e que fizeram questão de tripular na viagem até a praia de Botafogo [...] Ao desembarcar Benjamin, teria dito aos alunos que o acompanharam na viagem, em tom de gracejo: “Quem sabe se algum dia, em vez de um escaler, não teremos nós juntos que tripular a própria nau do Estado?” (CASTRO, 1995, p. 136)

O alistamento era um ponto sensível, várias leis foram criadas para fazê-lo. Em 1874¹⁹, foi determinado o alistamento universal e o sorteio de vagas ociosas, além disso, estavam proibidos os castigos físicos ²⁰aplicados, anteriormente, conforme o manual de instruções concebido pelo Conde de Lippe durante a Guerra dos Sete Anos. Em 1908²¹, o sorteio passa a vigorar e aos colégios secundários foi imposto o ensino militar, em 1916 o recrutamento era realizado entre as classes menos abastadas (CARVALHO, 1990). Por fim, em 1918 tornou-se obrigatório a apresentação da carteira de reservista para quem fosse prestar seleção a um cargo público, além disso, a Guarda Nacional foi extinta.

Havia um cisma no interior do exército gerado a partir do desmembramento da Escola Militar da Praia Vermelha em Academia Real Militar de 1810, que, também, seria dividida em 1858. Duas áreas foram estabelecidas separando o ensino militar da engenharia civil. A Escola Central sediava a engenharia. Em 1874, a Escola foi transformada em Escola Politécnica (CARVALHO, 1997). Em 1872, Benjamin Constant passa a dar aula na escola, alicerçado nas ideias positivistas, o ensino era direcionado as letras, matemática e filosofia, ou seja, pouco se via do ensino militar. De acordo com, (CARVALHO, 1997, p.196): "O que na verdade produzia a Escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de direito e medicina. Dentro do próprio exército estes oficiais gostavam de ser chamados de doutores".

O conflito ocorria entre esses oficiais e aqueles oriundos da Guerra do Paraguai, nominados pejorativamente de "tarimbeiros". Além do mais, eles não haviam realizado o curso na Escola Militar, Deodoro inspirava-se em Solano Lopes, em contrapartida os jovens oficiais adeptos do positivismo repudiavam os combatentes da Guerra do Paraguai. Esse embate entre

¹⁹ [...] certas disposições da lei fizeram, no entanto, que ela resultasse em completo fracasso. De um lado permitia aos que não quisessem servir pagar certa quantia de dinheiro ou apresentar substitutos, e introduzir isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastores, caixeiros de lojas de comércio etc. De outro lado, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo juiz de paz e completadas pelo pároco e pelo subdelegado. O resultado foi continuar o serviço a pesar totalmente sobre pessoas sem recursos financeiros ou políticos [...]. (CARVALHO, 1997, p. 190)

²⁰ A existência de castigos esconde, entretanto, uma realidade mais trágica, pois "entendia(-se) ser disciplina o medo dos chefes e o pavor dos castigos por eles infligidos aos transgressores [...] surras com espadas sem corte ou com palmatórias; o marche-marche; as solitárias etc.[...]. (CARONE, 1970, p.358)

²¹ É como Ministro da Guerra de Afonso Pena que Hermes da Fonseca pode dedicar-se às reformas: nos seus relatórios de 1907 e 1908, aparecem desenvolvidas as remodelações da sua administração. Serviço militar obrigatório, armamentos e material, fábrica de pólvoras e cartucho, reorganização de corpos disseminados, criação de grandes unidades, reforma da administração, problemas da fronteira, sistema de promoções, renovação dos quadros, problemas do ensino [...] A tentativa de reintroduzir o serviço militar obrigatório é uma questão bastante contraditória para a opinião pública. (CARONE, 1997, p.350)

gerações seria um condutor à modernização da Força, além de explicar a contrariedade de alguns oficiais com o comando deodorista.

A mudança de sistema e a ascensão do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência traz uma nova dinâmica, principalmente, a demonstração de insatisfações e problemas no interior do exército são a espinha dorsal durante a Primeira República. O governo deodorista enfrentaria uma sucessão de situações que fugiam às regras básicas do exército, a começar pelas inúmeras promoções, o próprio Deodoro ascendeu a marechal de exército. Um ano após a proclamação o cenário era:

Em maio de 1890 o governo concedeu títulos honorários a membros civis do gabinete e a outras figuras eminentes, parecendo até que desejava substituir a nobreza imperial por outra, republicana. O primeiro ministro da Guerra de Deodoro, o recém-aclamado general-de-brigada Benjamin Constant, líder intelectual do positivismo, do republicanismo e do golpe para a oficialidade, revelou-se demasiado tolerante com o comportamento deletério dos oficiais, e por isso o presidente o substituiu pelo general Floriano Peixoto [...] quando o civil Rui Barbosa renunciou à vice-presidência do regime, Deodoro nomeou Floriano também para esse posto, efetivamente fazendo dele seu herdeiro. (McCANN, 2004, p.47).

O governo deodorista teria de lidar com a instabilidade do novo sistema e com os seus opositores, os estados eram governados por oficiais. Em 1890, entre os integrantes da Assembleia Constituinte um quarto pertencia ao exército, os demais haviam sido selecionados cuidadosamente. Assim, (McCANN, 2004, p.48), “a assembleia Constituinte era um campo de batalha onde os que procuravam limitar o poder ditatorial do Executivo digladiavam-se com os chamados jacobinos (termo inspirado na Revolução Francesa), que queriam manter e aumentar esse poder”. A eleição de 1891 reflete parte da contrariedade com o governo deodorista, que foi eleito à presidência com 129 votos, já Floriano recebeu 153 votos para o posto de vice-presidente. Inclusive, Floriano chegou a conspirar com o grupo contrário a Deodoro, o número de votos do vice-presidente demonstra o desejo por um novo líder de comportamento mais firme. A constituição de 1891 era uma resposta a inseguranças das Forças Armadas que nutriam certa desconfiança dos civis:

O artigo 14 declarava que o Exército e a Marinha eram instituições nacionais permanentes, responsáveis por manter a lei e a ordem e por garantir a continuidade dos três poderes constitucionais (Executivo Legislativo e Judiciário). [...] O artigo também ordenava que as Forças Armadas fossem obedientes ao presidente, mas nos “limites da lei” [...]. (McCANN, 2004, p.49).

No entanto, ela prescrevia a disciplina rígida ao exército, obediência total e não permitia a manifestação política, os militares, principalmente, os oriundos da Guerra do Paraguai não admitiam tal imposição. O discurso do general Tibúrcio de Souza revela o tom de indignação:

A “podridão que vai por este pobre País e, portanto, a necessidade de ditadura militar para expurgá-la são conceitos de Floriano, com a “convicção de que os homens de farda eram puros, eram sãos, eram patriotas; ao passo que os civis eram corruptos, eram podres, despidos de todo o sentimento político. [...] num discurso em 1911, o major Gomes de Castro denomina o Judiciário e o Legislativo “dois cadáveres em decomposição”. Ou declaram os militares não estarem “mais dispostos a suportar os descontos de seus vencimentos para que os deputados e senadores continuassem meter a mão na algibeira [...]”. (CARONE, 1997, p.360).

A administração de Deodoro fora um tanto desastrosa, a começar pela relação turbulenta com o Congresso Nacional e o seu fechamento. Além disso, a emissão de moeda-papel até duplicar a oferta do meio circulante em 1891 e a concessão de empréstimos a rodovias deficitárias sem nenhuma garantia, por fim, a liberação de crédito e o desperdício das reservas de ouro foram um dos legados deixados ao seu sucessor (McCANN, 2004). Além dos confrontos no interior da caserna, em 1891 foi acordado um tratado com os Estados Unidos garantindo o café produzido no Brasil ao mercado norte americano, em compensação o país permitiria a entrada de cereais e produtos manufaturados de origem americana pagando baixas tarifas alfandegárias (PESAVENTO, 1983).

Floriano Peixoto teve de administrar o cenário deixado pelo antecessor e gerenciar a revolta dos civis, lembrando que o cargo ocupado por ele não estava dentro da legalidade. Alegava-se que Floriano estava desobedecendo a Constituição que determinava, conforme: “Art. 42 – Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á à nova eleição.” (BRASIL, 1891). Segundo McCann (2004, p.50) “em todos os Estados brasileiros os governos que preconizaram novas eleições foram derrubados por golpes locais, o que gerou um caleidoscópio de rostos, partidos e facções em luta pelos cargos de governador e deputado”. Um manifesto assinado por treze generais também solicitavam novas eleições, todavia o marechal não admitiu a posição dos oficiais e os puniu severamente com o exílio em Tabatinga. Além disso, perseguiu os governadores de cada estado aliados ao governo anterior. De acordo com, Quartim de Moraes (1991 p. 65-66):

A inútil tentativa de Floriano no sentido de evitar a chegada à presidência de um dos chefes políticos da oligarquia cafeeira de São Paulo revela, de qualquer modo, a posição em que se situava, no espectro político nacional, a parte mais ativa da oficialidade do exército: quer no plano institucional, defendendo os centros nacionais de poder por oposição aos centros estaduais, quer no plano econômico, preconizando a proteção à indústria nacional diante das pressões do capitalismo imperialista [...]

Como aponta Fausto (2001, p.143-144), Floriano Peixoto defendia o modelo de “um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado, sobretudo no exército e na

mocidade das escolas civis e militares. Essa visão chocava-se com a da chamada “república dos fazendeiros”, liberal e descentralizada.” Todavia, para permanecer no cargo, Floriano, aliou-se ao Partido Republicano Paulista, por sua vez, o partido considerava a ideia uma opção para manter em vigor o sistema republicano. A fase crítica da sua administração desencadeou-se com a Revolução Federalista (1893-1895), no Rio Grande do Sul. A origem do conflito se dava com os presidentes dos estados alinhados a Deodoro e exonerados no atual governo, além de:

[...] A Revolução Federalista veio a se constituir numa reação ao controle do processo político local pelos republicanos seguidores de Júlio de Castilhos e de orientação positivista. Fundamentalmente esta reação partiu daqueles liberais que, em 1889, haviam sido derrubados do poder. (PESAVENTO, 1983, p.9).

Concomitante à Revolução Federalista era deflagrada a Revolta da Armada²², compartilhando os mesmos desapontamentos, o almirante Custódio de Mello, uniu-se aos federalistas. A Marinha não admitia a truculência de um governo considerado ilegítimo e sentia-se preterida em relação ao exército, os federalistas aliaram-se aos revoltosos, pois haviam perdido o prestígio desfrutado no governo deodorista. Isto posto, segundo (McCANN, 2004, p.56): “os conspiradores do almirante Custódio de Mello tomaram quinze navios de guerra e nove embarcações comerciais e tentaram, sem êxito, cortar o acesso ao Rio de Janeiro pela estrada de ferro Central do Brasil.”

Dois pontos relativamente interessantes da divergência: a contribuição financeira de financistas insatisfeitos com a política econômica auxiliaram os amotinados com navios, munições e até dinheiro, além disso, a Grã Bretanha²³ era simpática a causa dos insurgentes. Em vista disso, os Estados Unidos observavam o cenário e lançam seus navios ao Rio de Janeiro, entretanto, segundo McCann (2004, p.58), “o favoritismo britânico pelos rebeldes empurrou os americanos para o lado de Floriano”. O desfecho da Revolta da Armada seria um acordo entre Floriano Peixoto e os oficiais rebelados, a sua renúncia e a eleição de um civil à presidência.

O primeiro presidente civil era paulista, membro do Partido Republicano e representante da oligarquia, Prudente de Moraes. Após o agitado governo de inspiração jacobina, aliás,

²² Em 1893-1894 o Exército e parte da armada ancorada na baía do Rio de Janeiro engalfinharam-se em um frustrante conflito que acabou vinculado à guerra civil no sul [...] (McCANN, 2004, p. 51)

²³ [...] Washington acautelou-se porque dois anos antes escolhera o lado perdedor de uma revolta no Chile apoiada pelos britânicos. Desta vez o presidente Grover Cleveland e o secretário de estado Walter Gresham queriam estar com vencedor. Rejeitaram o pedido do almirante Mello para que fosse reconhecido o estado de beligerância, apesar de os rebeldes controlarem uma grande área do Sul e terem estabelecido um governo provisório em Santa Catarina [...]. (McCANN, 2004, p.58)

Florianópolis fora intitulado como uma espécie de Robespierre, à moda brasileira. Cabia ao chefe do país apaziguar os ânimos, Prudente de Moraes assumiu o governo e suspendeu o aumento dos quadros do exército, por consequência organizou-se um protesto liderado pelo Ministro da Guerra general Argôlo no interior do Clube Militar, fundado em 1887, no entanto, Argôlo foi demitido (CARONE, 1970). Além disso, o presidente:

[...] entra em contato com os revoltosos do Rio Grande do Sul e põe fim à guerra civil, que durava desde 1893. Apoiado por um grupo de oficiais que lutam contra o militarismo político, supera a crise do Clube Militar (1896), uma ala do qual, a pretexto de Canudos, ameaça depor o governo. O jacobinismo vai sofrer suas maiores derrotas com o fracasso das revoltas da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1895 e 1897 [...]. (CARONE, 1970, p.363).

Em 1895, os alunos da Escola da Praia Vermelha ²⁴manifestavam nostalgia do governo anterior. Um dos professores era antiflorianista, o que contribuiu à insubordinação e protestos públicos dos estudantes, em média sessenta alunos foram expulsos da escola naquele ano. Entretanto, apesar das punições foram registradas novas revoltas em 1887 e 1904. Em síntese, tentava-se impedir o envolvimento dos jovens oficiais a questões políticas e investir na profissionalização da carreira. Assim, para conter os ânimos, a Escola da Praia Vermelha ficou sem atividades por dois anos, Prudente de Moraes chegou a conceder a anistia aos generais expulsos durante o comando florianista. Contudo, sua estratégia de administração não evitou que sofresse uma tentativa de assassinato planejada pelos jacobinos.

A situação chegou ao limite quando desencadeada a Guerra de Canudos²⁵, McCann (2004, p.63) ponderou que, “o nervosismo que dominou o clima político na década de 1890 permitiu que uma inofensiva colônia religiosa nos confins da Bahia fosse retratada como uma horda monarquista pronta para atacar.” Em consequência, cabia ao exército combater Antônio Conselheiro e seus seguidores, todavia o exército estava fragmentado, taticamente despreparado e desprovido economicamente.

De fato, o governo não fazia ideia do quão onerosa seria a Campanha de Canudos, a primeira intervenção se deu com o tenente Manoel da Silva Pires do 9º Batalhão de Infantaria, no final de 1896. Acompanhado de cem soldados invadiu um pequeno povoado, Uauá, segundo o relato o grupo foi atacado pelos sertanejos, assim perderiam na luta dez soldados. Não seria

²⁴ A Escola da Praia Vermelha retornou às atividades ainda no governo de Prudente de Moraes, mas em novo local Realengo.

²⁵ Canudos era um arraial de uma comunidade religiosa no sertão setentrional da Bahia. Sua população, que talvez tenha chegado a 30 mil pessoas, fixara-se ali atraída pela esperança de que Antônio Maciel, o Conselheiro, lhes daria uma vida melhor. A comunidade de Conselheiro vivia tão absorta em seu próprio mundo que é espantoso as autoridades brasileiras poderem tê-la considerado um perigo para a República [...]. (McCANN, 2004, p.66)

diferente com o major Febrônio de Brito do 9º Batalha de Infantaria, durante o deslocamento da tropa fora deixando os suprimentos pelos vilarejos que percorria, consequentemente, a tropa ficara sem alimentos. O experiente coronel Antônio Moreira César que havia combatido na Revolução Federalista equivocou-se ao acreditar que a sua tropa²⁶ carregava uma bomba de poço artesiano, na verdade transportavam um macaco de levantar carga. Sem água, sem roupas adequadas, desconhecendo as peculiaridades do território e expostos a altas temperaturas o confronto com os sertanejos fora desastroso, Moreira César recebeu dois tiros e veio a óbito. Assumindo o posto, o coronel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo teve de lidar com a falta de suprimento e água (McCANN, 2004). O enfrentamento final ocorreu com a união das três brigadas, respectivamente, organizadas pelos: generais de brigada, Artur Oscar de Andrade Guimarães, João da Silva Barbosa e Claudio de Amaral Savaget. Embora vitorioso o exército:

[...] estava em frangalhos. Dos 20035 praças e 3082 oficiais, aproximadamente 8526 praças (42%) e 1016 oficiais (32%) haviam servido na campanha. Destes, 4193 foram feridos entre julho e outubro de 1897. O número exato de soldados mortos é desconhecido. Segundo o tenente Macedo Soares morreram 5 mil [...]. (McCANN, 2004, p.99).

O novo presidente, paulista, Campo Sales (1898-1902), organizaria parte dos problemas anteriores a partir da política dos governadores, regulando o papel de cada estado e fortalecendo o poder Executivo, assim a representação de cada região caberia ao grupo predominante. No entanto, a situação financeira do país exigiria atenção, “o governo republicano herdara do Império uma dívida externa que consumia anualmente grande parte do saldo da balança comercial [...] O apelo ao crédito externo foi utilizado com frequência e a dívida cresceu em 30% entre 1890 e 1897” (FAUSTO, 2001, p.47). O exército após a Campanha de Canudos estava totalmente desarticulado e a responsabilidade de reorganizá-lo era do Ministro da Guerra e general Mallet, porém os planos de reformular a Força eram vistos com descrédito pelas oligarquias, talvez, essa discórdia tenha influenciado diretamente nas constantes rebeliões dos militares, entre elas a revolta de 1904 e, principalmente os movimentos tenentistas (1922 e 1924). Entre os objetivos de Mallet estavam:

[...] mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. Além disso, os quartéis e

²⁶ [...] A constituição de 1891 (artigo 87) proibia o recrutamento forçado, mas, como não estipulava outro modo de obter soldados, policiais ainda limpavam as ruas e praças dos vadios e desordeiros e os jogava no exército [...]. (McCANN, 2004, p.88)

outras instalações do Exército precisavam ser remodelados, e as unidades careciam de armamento moderno [...] por mais razoáveis que fossem os projetos resultantes, as políticas monetárias restritivas do governo Campo Sales (1898-1902), formuladas em resposta à vultosa dívida externa brasileira, impossibilitaram a implementação imediata. Ainda assim, o “Projeto Mallet”, como ficou conhecido, forneceu a base intelectual para as iniciativas de reforma até a Primeira Guerra Mundial. (McCANN, 2004, p.107).

Francisco de Paula Rodrigues Alves, paulista, governou no íterim de (1902 a 1906), interessante observar que existiram três administrações sucessivas de governadores representantes do estado de São Paulo. Sob o seu comando Rodrigues Alves precisou contornar a Revolta da Vacina ocorrida no Rio de Janeiro, em 1904, a população não tinha informação suficiente sobre a vacina e recusava-se a fazer, inclusive, até mesmo alguns militares aderiram a sublevação.

No mesmo ano, aconteceu uma revolta que levou ao fechamento da Escola da Praia Vermelha²⁷, reaberta somente em 1911 no Realengo. Pensar no conflito entre gerações e, principalmente, na disputa entre memórias no interior da caserna possibilita uma reflexão a respeito da complexidade em modernizá-la. De acordo com, Frank D. McCann (2004, p. 121):

Os historiadores não mencionaram a grande disparidade etária dos estudantes do Realengo ou da Praia Vermelha, dando a impressão de serem todos adolescentes ou jovens mal entrados na casa dos vinte. Mas os dados sobre a escola do Realengo mostram que em 1901 cerca de 41 dos 438 estudantes tinham entre 24 e 45 anos. Não encontrei dados para 1904, mas testemunhos contemporâneos indicam que o corpo discente que se rebelou naquele ano continha vários homens mais velhos, veteranos anistiados da revolta de 1897, que talvez tenham incitado os mais jovens. Isso indica que o termo “cadete” nem sempre deve evocar a imagem de rapazes ingênuos.

Essa é uma questão que nos permitirá refletir sobre memória compartilhada, conflito em torno das memórias e retórica holista definidas em *Memória e identidade* (CANDAU, 2011). A diferença de gerações e os testemunhos de episódios como a Guerra de Canudos possivelmente influenciaram nas quarteladas e nas discussões em torno da consolidação da Força e, posteriormente, na sua modernização. Por exemplo, a introdução do modelo alemão no exército pelos jovens aspirantes, conhecidos como os “jovens turcos”.

Além do conflito em decorrência da Revolta da Vacina, na agenda nacional estava a Amazônia e a produção de borracha, entretanto “em 1867 um tratado entre Brasil e Bolívia reconheceu a soberania boliviana no Acre [...] o documento deixava dúvidas quanto à efetiva demarcação dos territórios, e isso deu margem a disputas.” (McCANN, 2004, p.96). Os

²⁷ [...] Até 1911 o governo manteve apenas a Escola de Guerra de Porto Alegre. Nessa data criou-se no Rio de Janeiro a Escola Militar do Realengo [...] agora tratava-se de formar soldados profissionais. O treinamento dos oficiais melhorou com a ida de três turmas à Alemanha entre 1906 e 1910 [...]. (FAUSTO, 2000, p. 174)

bolivianos instalam uma alfândega no porto do Acre, em 1899 o Acre declara a sua independência, o Brasil inicialmente apoiou a Bolívia, porém o interesse estrangeiro²⁸ e um acordo entre bolivianos e norte americanos sobre o território acreano alertava a imprensa que pressionava uma posição firme do governo brasileiro. A solução final seria a assinatura do Tratado de Petrópolis:

Em 18 de novembro de 1903, Brasil e Bolívia celebraram o Tratado de Petrópolis, mediante o qual o Brasil adquiriu cerca de 150.000 a 170.000 km², permutando por uma área de 3.100 a 3.200 km² (cerca de 2.500 km², excluindo a água) e £ 2 milhões, conforme o Tratado de 1867 permitia⁶⁴. Tratava-se, em realidade, de uma compra mal disfarçada. A N. M. Rothschild coube, mais uma vez, fazer um excelente negócio, fornecendo à Bolívia, alguns meses depois, o adiantamento de £ 1 milhão e debitando este montante na conta que o Brasil devia pagar, com os respectivos juros. (BANDEIRA, 2000, p. 161).

Para além da questão do Acre, Rodrigues Alves teve de contornar os efeitos da superprodução de café à economia, desta maneira foi assinado o Convênio de Taubaté, em 1906, acordado entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro precisando a:

[...] negociação de um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para custear a intervenção do Estado no mercado, através da compra do produto com um preço conveniente a cafeicultura; criação de um mecanismo destinado a estabilizar o câmbio, impedindo a valorização da moeda brasileira. O governo deveria comprar com os recursos externos as safras abundantes, fazendo estoques da mercadoria para vendê-la no mercado internacional no momento oportuno [...]. (FAUSTO, 2001, p. 151).

Além disso, o Brasil recebera um número acentuado de imigrantes (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.323), “entre 1877 e 1903, cerca de 71 mil imigrantes entraram por ano no Brasil, sendo 58,5% provenientes da Itália. Entre 1904 e 1930, o número chegou a 79 mil, com os portugueses alcançando 37% do total de entradas[...]. Em 1908, aportaria aqui a primeira leva de imigrantes japoneses”. Por fim, os operários iniciaram suas mobilizações, em 1906, forma-se a Confederação Operária Brasileira (COB) de inspiração anarquista, em torno de quatrocentas manifestações reivindicando melhores condições de trabalho foram registradas entre 1900 a 1920 (SCHWARCZ e STARLING, 2015). A república dos coronéis, da compra de votos, asseverava o seu descontentamento com a oligarquia dominante.

²⁸ [...] Este conflito, porém, mais grave configurou-se, não porque a Argentina parecesse respaldar a Bolívia a disputar com o Brasil a hegemonia da região, mas por envolver fortes interesses dos E.U.A e arrastar-se desde 1899, quando a canhoneira norte-americana Wilmington, comandada por Chapman Todd, aportou em Belém, em missão aparente de amizade, e partiu rumo a Tabatinga e Iquitos, furtivamente, com os faróis de navegação apagados durante a noite, sem esperar licença especial do governo brasileiro, levando a bordo o cônsul dos E.U.A. Esse procedimento irritara a população e as autoridades do Amazonas e do Pará, que hostilizaram o comandante Todd quando ele regressou e, ao governo do Brasil, alternativa não restou senão protestar junto ao Departamento de Estado contra aquele desrespeito à soberania nacional [...]. (BANDEIRA, 2000, p.150)

O governo mineiro de Afonso Pena (1906 -1909) aliou-se com Hermes da Fonseca a favor da organização e modernização do exército, Hermes havia sido promovido na administração anterior a comandante do 4º Distrito Militar, entretanto Afonso Pena o nominara ao posto de Ministro da Guerra no início do seu mandato. Hermes da Fonseca ²⁹retomou assuntos não resolvidos no exército, “como a que criara, em 1886, o Estado-Maior do Exército e a que, no mesmo ano, lançara a Confederação Brasileira de Tiro, entidade que visava proporcionar à juventude das camadas sociais mais prósperas uma formação militar mínima” (MORAES, 1991, p.86). Ademais, o ensino militar passou a ser obrigatório nas escolas secundárias.

Naquela década, a Alemanha era considerada a melhor alternativa para a realização de estágios dos jovens oficiais, o primeiro contato para tal aproximação foi do Barão do Rio Branco que promoveu a ida de alguns estagiários ao país, porém quem intermediou a presença da missão militar alemã no Brasil foi Hermes da Fonseca. Após a experiência esses jovens oficiais figuravam entre os opositores da política do café- com- leite:

[...] insatisfeitos começaram a interferir nos partidos políticos estaduais. Os partidos republicanos em vários estados haviam se dividido em facções antagônicas, cujos litigantes frequentemente tentavam atrair os militares locais para o seu lado. Mas quando eles intervinham, é claro, eram vistos como destruidores da esperada neutralidade política do Exército [...] (SKIDMORE, 1998, p. 146)

Futuramente, essa aproximação originaria o movimento de oficiais, “jovens turcos” defensores da modernização do exército e da adoção das táticas militares desenvolvidas na Alemanha, o grupo criaria no ano de 1913, a revista intitulada “ *A Defesa Nacional*” segundo Moraes (1991, p.86), “ em torno da qual iria se agrupar a primeira versão intelectual e politicamente consistente da direita militar no Brasil ”. O mesmo autor destaca a sagacidade de um dos signatários da revista, Bertoldo Klinger, na perseguição a Coluna Prestes, na tentativa de derrota da Aliança Liberal (1930).

De acordo com, McCann (2004, p. 140) “O entusiasmo nacionalista impulsionou o Congresso a aprovar uma nova lei de serviço militar obrigatório em 1908. Para fugir da vida de caserna, muitos civis recorriam ao expediente mais agradável de alistar-se nas chamadas linhas de tiro”. A Confederação de Tiro Brasileira foi criada, em 1896, no esforço de atrair os indivíduos pertencentes à classe média e alta para o serviço militar (CARVALHO, 1997). Embora, Hermes da Fonseca tenha contribuído com a remodelação da Força problemas como:

²⁹ [...] “Hermes esperava que o Estado-Maior do Exército brasileiro, como na Alemanha e no Japão, se tornasse” o próprio cérebro do Exército, o organizador da vitória. (McCANN, 2004, p.143)

escassez de membros, estrutura física insuficientes, falta de material bélico, despreparo dos comandantes, persistiriam por décadas.

Em 1908 na administração de Afonso Pena, “obteve do Congresso autorização para que a união fosse fiadora de um empréstimo de até quinze milhões de libras que São Paulo pretendia contrair”. Em contrapartida, a organização da missão alemã que, em tese, deveria ocorrer em 1909 não se concretizou, a França mantinha estreitas relações com a elite paulista que decidiram contratar uma missão militar francesa com o objetivo de transformar a Força Pública de São Paulo em um pequeno exército a fim de proteger o estado de uma intervenção do governo federal (McCANN, 2004). A relação entre a oligarquia e o exército ao longo da República Velha era de total instabilidade, apesar do acordo entre os estados São Paulo expressava uma posição política privilegiada. Tanto que, foram registradas três lideranças sucessivas de presidentes paulistas. Em parte, a posição mineira se justificava:

[...] eles representavam um Estado economicamente fragmentado entre o café, o gado e, de certo modo, a indústria, sem ter um pólo dominante. Além disso, Minas não tinha o potencial econômico de São Paulo e dependia dos benefícios da União [...] (FAUSTO, 2001, p.152).

Afonso Pena faleceu antes de completar o seu mandato, o carioca e vice-presidente Nilo Peçanha comandou o Brasil, no ínterim de 1909 a 1910. Posicionou-se a favor da vinda de missões estrangeiras ao Brasil, enquanto isso França e Alemanha se digladiavam para adentrar o mercado brasileiro por meio da venda de material bélico ao exército. Por conseguinte, (MORAES, 1991) o próximo presidente, gaúcho, eleito em 1910, Hermes da Fonseca era bem relacionado e demonstrava diligência quando ocupou o posto de Ministro da Guerra, oficiais e alguns civis simpáticos ao comando do já falecido Floriano Peixoto aprovaram a sua candidatura, todavia Afonso Pena não aceitava a pretensão de Hermes. Além dele, paulistas e mineiros não eram favoráveis ao marechal que representava um cisma na liderança dos dois Estados. Os militares almejavam com o mandato:

[...] objetivo do Exército, ou mais exatamente, da oficialidade politicamente ativa, era volta a ter peso na vida pública, contrabalançando a esmagadora preponderância que os latifundiários exerciam [...]. Entrementes, a 22 de novembro de 1910, quando mal tomara posse o marechal, rebentou a revolta dos marinheiros que tripulavam os encouraçados São Paulo e Minas Gerais, imediatamente apoiada por outras unidades da esquadra fundeadas na baía de Guanabara. A “Revolta da Chibata”, como ficou conhecida, se iniciava... (MORAES, 1991, p. 93-94).

Em síntese, a “Revolta da Chibata” foi um movimento dos marinheiros contrários aos castigos físicos aplicados pela Marinha, estarecidos com as 250 chibatadas aplicadas a um colega, um grupo de oficiais se insurgiram a bordo ameaçando bombardear o Rio de Janeiro.

Solicitavam o fim dos castigos físicos e a anistia dos revoltosos, dois dias após o conflito entraram em acordo e o governo lhes garantiria anistia. Entretanto, a resolução na prática não aconteceu e as punições e demissões tornaram-se uma realidade. Consequentemente, os marinheiros que estavam na Ilha das Cobras sublevaram-se, mas a alta oficialidade, dessa vez, estava preparada. Decretado o estado de sítio, MORAES (1991, p.96) “entre 1000 e 2000 marinheiros foram sumariamente expulsos da Armada e todos os dirigentes dos dois levantes foram presos.”

Hermes da Fonseca empregou o seu cargo na promoção de inúmeros oficiais do exército, além de aprovar o acúmulo de cargos pelos seus pares “em 1912, sete senadores, seis deputados, três governadores e o prefeito do Distrito Federal eram oficiais da ativa, com patentes que iam de tenente-coronel a general-de-divisão”, (McCANN, 2004, p.155). Nesse ínterim, o marechal arcava com a prioridade que havia delegado ao exército alemão quando era Ministro da Guerra, no entanto os franceses eram ligados à parte da elite nacional o que oportunizara a competição com a Alemanha. Além disso, oficiais brasileiros eram contrários a intervenções de países estrangeiros na Força, julgavam uma afronta. O assunto se encerraria quando o Brasil ingressou na Primeira Guerra Mundial em oposição a Alemanha. Somente, em 1919 o Brasil receberia uma missão militar francesa, acerca do tema:

“[...] com a contratação de uma Missão Militar composta por oficiais franceses em 1919, a qual ficaria encarregada de operar uma reestruturação geral na organização do comando militar em conjunto com uma reformulação no sistema de ensino. Com respeito aos aspectos organizacionais, os resultados mais visíveis traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição, buscando, assim, romper os vínculos historicamente estabelecidos e mantidos entre setores do oficialato e elites regionais [...]” (SEIDL, 2010, p. 77-78).

Ao defrontar-se com a competição desenfreada entre os Estados, com o desagrado dos mineiros e paulistas durante a sua administração, em 1913, os dois estados criaram um acordo para se revezar na presidência do país. Por fim, seria desencadeada a Guerra do Contestado (1912-1916). Em resumo, esse conflito teve um caráter religioso e de revindicação social, Santa Catarina e Paraná disputavam uma região adjacente entre ambos:

[...] o movimento ai surgido em 1911 não tinha porém por objeto essa disputa. Nasceu reunindo seguidores de um “coronel” tido como amigo dos pobres e pessoas de diversas origens atingidas pelas mudanças que vinham ocorrendo na área. Entre elas, trabalhadores rurais expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e uma empresa madeireira e gente que tinha sido recrutada na construção da ferrovia e ficado desempregado no fim de seus contratos. (FAUSTO, 2001, p. 167).

A empresa referida pelo autor era responsável pela construção da estrada que conectaria o Rio Grande do Sul a São Paulo, do norte americano Persival Farqhar. Acerca do contexto exploratório, “conforme a ferrovia avançou, foi expropriando terrenos, deixando para trás brasileiros destituídos e procurando substituí-los por imigrantes europeus”, (McCANN, 2004, p.173). Em 1912, em comemoração a derrubada da mata e início do plantio os habitantes do Contestado reuniram-se em Taquaruçu na festa do Bom Jesus, muitos tinham sido desapropriados das suas terras, permanecendo no local junto do monge José Maria que os conduzia nas orações (McCANN, 2004). Mais uma vez, a memória de Canudos ascendera e acreditava-se que o monge, José Maria tinha proclamado uma monarquia. Enviada a Polícia Militar para findar o movimento, na primeira intervenção José Maria fora morto. Todavia, o caráter messiânico do monge permanecerá, alguns acreditavam que ele ressuscitaria e houve quem se recusava a aceitar a sua morte.

Os mais crédulos afirmavam que era possível receber mensagens de José Maria através de crianças médiuns. Em 1913, a região do Contestado transformara-se em uma “cidade santa”, e o exército preparava-se para aniquilar os adeptos ao grupo, e, principalmente, evitar a experiência traumática vivida dezessete anos antes na Campanha de Canudos. Os oficiais designados para o confronto divergiam quanto a postura adotada, o tenente-coronel Duarte de Alleluia Pires estava na ativa em Canudos e buscou atrasar o enfrentamento a um dos locais em que os rebelados perseveravam, em Caraguatá (McCANN, 2004).

Entretanto, como pode-se confirmar ao longo da história do exército não há heterogeneidade na Força, além da hierarquia e disciplina não figurarem em todos os episódios decorrentes no interior da caserna e na sua constante atividade política de intervenção direta na esfera nacional. Frank Maccann, em: “*Soldados da Pátria*” afirma que a eleição do marechal Hermes da Fonseca foi uma resposta ao péssimo desempenho da política dos governadores e que o exército não tinha intenção de assumir o governo, ou seja, agiriam para minimizar o contexto de desorganização nacional. Por sua vez, Moraes reflete sobre a questão a partir do seguinte apontamento:

[...] O sucesso das iniciativas que tomara, enquanto ministro da Guerra, para viabilizar a reforma de Exército estimulou vários oficiais e alguns políticos civis, que no passado haviam se vinculado ao “florianismo” ou até ao “jacobinismo” explícito, a lançar seu nome na disputa da sucessão de Afonso Pena. [...] O objetivo do Exército, ou mais, exatamente, da oficialidade politicamente ativa, era a esmagadora preponderância que os latifundiários exerciam em todas as suas esferas, do mais atrasado município às mais altas instâncias do poder de Estado. [...] (MORAES, 19991, p. 93-94).

Primeiramente, não existe um exército unificado, defende-se que há grupos em disputas no interior da Força e dessa tensão entre agente e estrutura são deliberadas posições políticas e ideológicas, obviamente, a associação dos pares em grupos capazes de demonstrar poder de negociação necessária para determinar a postura do exército, é um dos pontos relevantes para compreender a tomada de decisão em cada evento que admitiu a intervenção direta ou indireta nos rumos da política brasileira. Todos os governos da República Velha são atravessados pelo exército, não só em nome da instituição. Assim, o ponto para reflexão não é a tomada do poder central, mas a permanência constante na antessala de todas as administrações, e a capacidade de alavancar a ascendência de candidatos como ocorrera com Getúlio Vargas. Finalmente, o exército não fora uma novidade no ano de 1964, aliás, pensar a Força isolada dos outros períodos históricos é reduzir a análise de uma postura, ou melhor, uma memória construída ao longo de décadas.

Isto posto, se o tenente-coronel Duarte de Alleluia Pires tinha uma personalidade apaziguadora, seu colega Setembrino de Carvalho ,gaúcho, que prestara serviço durante vinte e cinco anos, no Rio Grande do Sul impressionou o presidente Hermes da Fonseca, assim fora convidado e aceitou a solicitação para assumir a pasta de Ministro da Guerra. Setembrino atuou durante a Revolução Federalista desencadeada no sul do país, além de ter sido interventor no estado do Ceará e ter resolvido a crise instaurada após a deposição do governador, Antônio Pinto Nogueira Acioli, o então coronel chegou a encontrar e negociar uma solução para a crise com o padre Cícero. O general desempenhou um papel importantíssimo na Guerra do Contestado, aliás, quem encerrou o confronto no comando de sete mil homens foi Setembrino. Contudo, não será unanimidade na década de 1920 era um dos indivíduos mais detestável entre os tenentes. Suas táticas eram baseadas nas instruções do Ministro da Guerra e general Mallet, os procedimentos do oficial eram evidentes em um dos seus relatórios:

[...] Setembrino comentou friamente que as forças dispersaram: “a bala os carolas impenitentes ali amatulados “ e “incendiaram-se as casas”[...] mas a maior parte dos moradores fugiu. Na verdade, ele declarou, “não se tentou contra eles a mais branda perseguição [...] e sobre a proteção das mulheres e das crianças, cuja matança era necessário evitar, escaparam armados inúmeros bandidos”. Como faria em outras ocasiões, Setembrino estava encobrendo a repugnante realidade de um massacre. (McCANN, 2004, p. 177).

O general-de-brigada Alberto Ferreira de Abreu exigia ação e criticou duramente Duarte de Alleluia Pires. Seu plano era McCANN (2004, p.178) “cercar taquaruçu e matar de fome os devotos para evitar derramamento de sangue”. Esgotada a possibilidade de negociar Duarte Pires teria de cumprir às ordens do general Abreu, porém adoeceria substituído pelo capitão

Nestor Sezefredo dos Passos, que executaria o plano. Em contrapartida, o capitão João Teixeira de Matos Costa que participou da Campanha em Canudos, chegou a levar dois sertanejos para o Rio de Janeiro na tentativa de demonstrar que eram pessoas simples, retiradas de suas terras (McCANN, 2004). Os editores da revista “*A Defesa Nacional*” não pouparam críticas a mobilização do exército e a falta de preparo dos oficiais e alegavam que a razão do conflito era “[...] a ignorância lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente [...]”, (McCANN, 2004, p.188).

Esses são alguns dos comportamentos adotados que fragmentavam o exército na sua atuação ao longo da Guerra do Contestado, e, expunham de uma só vez a realidade da Força e das dispares realidades do Brasil. Em resumo, os destaques entre os oficiais e a experiência de tal confronto são explicitados a seguir:

[...] três Ministros da Guerra foram veteranos da campanha :o general Setembrino, o capitão Nestor Sezefredo dos Passos e um oficial formado na primeira turma da nova Escola Militar do Realengo, o aspirante Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que começou seus 45 anos de carreira lutando no Contestado.No mínimo, dois tenentes rebeldes da década de 1920 foram veteranos: os segundos-tenentes Euclides Hermes da Fonseca, filho do presidente e depois comandante do Forte De Copacabana na rebelião de 1922, e Heitor Mendes Gonçalves que se distinguira em trabalhos de reconhecimento de longa distância no Contestado [...].(McCANN, 2004, p.212).

A Guerra do Contestado (1912-1916) atravessou o governo Hermes da Fonseca e do novo presidente, mineiro, Venceslau Bras. Seu mandato iniciou nas primícias da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o Brasil defrontava-se com a superprodução de café e para atenuar a crise queimaria toneladas do produto, a oscilação de preços e as secas acarretariam na crise agrário-exportadora (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Em 1915, um grupo de sargentos insubordinados reivindicavam um novo plano de carreira e o aumento do valor do soldo, além disso planejavam instituir o Parlamentarismo e eleger como presidente o oficial Dantas Barreto (MORAES, 1991). Além disto, o Brasil entrou na guerra junto dos Estados Unidos na pretensão de ter reconhecimento mundial, guardadas as devidas proporções, “a onda econômica do pós-guerra ajudou o país a industrializar-se, ainda que desigualmente. [...] junto com a industrialização contínua veio o crescente descontentamento com a política interna [...]”. (SKIDMORE, 1998, p. 137).

Nesse período era discutido intensamente o papel desempenhado pelo exército na sociedade, a lei do serviço obrigatório, mais uma vez, era pauta. Três ideias eram debatidas, a dos “jovens turcos” sustentavam que era da competência do exército a defesa externa do país, no entanto a Força não estava proibida de participar da vida política, ela atuaria como

organizadora e educativa da sociedade, até um estágio em que não fosse necessária a sua intervenção: “ seu objetivo era construir um Exército que correspondesse às “legítimas aspirações de desenvolvimento e progresso”, convictos de que “a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar ” . (McCANN, 204, p.217).

Por sua vez, Olavo Bilac entendia que a função do exército era ensinar: patriotismo e ordem social constavam entre os preceitos. O serviço militar obrigatório seria capaz de transmitir as virtudes da classe média aos pobres e desvalidos. Por outro lado, Alberto Torres³⁰ não julgava que o Exército pudesse ser um elemento de coesão para uma ideia de nação brasileira, além de criticar a institucionalização do serviço militar obrigatório “Torres preconizava que a oficialidade treinasse as tropas que os estados seriam obrigados a fornecer. O recrutamento seria voluntário, recorrendo-se ao alistamento compulsório apenas para preencher cargos ” (McCANN, 2004, p.223).

Os princípios de Olavo Bilac³¹ foram recebidos com entusiasmo pelo general Caetano de Faria³² e pelo, “jovem turco”, Leitão de Carvalho. Em 1915, ambos, trabalhavam na organização do exército, lembrando que a Guerra do Contestado apontava diversos impasses na organização do exército, além dos já existentes. Em 1874, foi lançada a primeira lei determinando o serviço militar obrigatório. Com o seu fracasso, em 1908 é publicada novamente. Contudo, a sua aplicação ocorreu, somente, no ano de 1906.

O estado de São Paulo organizou a própria força com o auxílio da missão militar francesa. Os demais estados atuavam conforme a sua vontade, e a imagem do exército fora do

³⁰ Torres concebia a defesa nacional como algo mais amplo que a defesa militar. “Em verdade, a defesa militar nem é o principal, nem o primeiro, nem o mais vigoroso dos nossos meios de defesa”, declarou. Para ele, a defesa nacional ideal tinha por base o governo constitucional, a educação pública, um sistema jurídico organizado, uma economia forte, cautela com o crédito externo, restrição aos investimentos estrangeiros e à imigração, uma política externa cordial, propaganda pacifista e, finalmente, a força militar. (McCANN, 2004, p. 222)

³¹ Os discursos de Olavo Bilac foram o cerne dos esforços de relações públicas, que incluíam a fundação da Liga de Defesa Nacional em 7 de setembro de 1916. A liga buscava construir uma ideologia de defesa nacional com base nas ideias contidas nos discursos de Bilac que ela publicava e distribuía. Tinha o apoio ativo do governo, sendo o presidente Venceslau Brás e o general Faria, respectivamente, seu presidente e vice-presidente honorários. [...]”. (McCANN, 2004, p. 230)

³² O ministro da Guerra, Faria, opusera-se a qualquer missão estrangeira para não criar vínculos entre o Brasil e uma potência européia. Quando se debatera sobre a contratação de uma missão alemã durante o governo de Hermes, ele se opusera “tenazmente”. “ [...] Em suas palavras, “o Exército só pode ser nacional em suas doutrinas, teorias, no seu espírito e mesmo em sua tática”. Mas o general Faria tinha uma dúvida mais fundamental:” Conheço bem a nossa tropa, sei que nossos oficiais são muito ciosos de seus direitos e não creio que se sujeitem ao comando de oficiais estrangeiros [...]”. (McCANN, 2004, p.250)

Brasil era de pouca credibilidade, nos comentários do embaixador britânico , em 1913, identifica-se a repulsa e os elementos racistas atribuídos à composição da Força:

[...] Sequer me passa pela cabeça que o Exército brasileiro, indisciplinado, despreparado, de degenerado sangue negro, comandado por oficiais tão presunçosos quanto ignorantes, tenha a mais ínfima chance contra qualquer força combatente comum”. Seria incapaz até, prosseguiu o embaixador, de sair-se bem “contra os 7 mil policiais de São Paulo”[...]. (McCANN, 2004, p.227).

A lei do serviço obrigatório na prática possibilitava a fuga de boa parte dos jovens que não desejavam fazer o alistamento, porém o Ministro da Guerra negociava com o governo a obrigatoriedade da apresentação do certificado de reservistas para quem fosse assumir cargos públicos. Até a década de 1940, o recrutamento era falho:

[...] A convocação de 1925 da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro) pode ilustrar o problema: dos 23069 convocados, 19122, ou 82%, não se apresentaram, e dos 3947 que apareceram, ou seja, 17%, 2551 eram fisicamente inaptos ou foram excluídos por alguma razão, restando apenas 1396 homens[...] ao longo dos anos , muitos foram chamados, poucos se apresentaram e menos ainda permaneceram (McCANN, 2004, p.235)

Nos anos de 1917 e 1919 eclodiram as greves dos operários, a situação econômica do país era crítica, os trabalhadores do Rio de Janeiro e São Paulo se mobilizaram. O novo presidente Rodrigues Alves, paulista, faleceria antes de assumir o comando do Brasil. O vice-presidente, Delfim Moreira ocupou o cargo de presidente até a organização de um novo pleito, conforme prescrevia a Constituição de 1891. No dia primeiro de maio de 1919, a população exaurida foi às ruas: “só na capital de São Paulo ocorreram 64 greves, e mais catorze no interior. O primeiro de maio congregou de 50 mil a 60 mil participantes no Rio de Janeiro, entre trabalhadores industriais, líderes anarquistas e simpatizantes do comunismo” (SCHAWARCZ e STARLING, 2015, p.337).

Epitácio Pessoa natural do estado da Paraíba tornara-se presidente da república, em julho de 1919. No exército, Caetano de Faria transmitiria o cargo para Alberto Cardoso de Aguiar, o comandante do Estado-Maior era um civil João Pandiá Calógera. A seleção de um civil para o posto foi exigência de Epitácio Pessoa, esse fato não passaria despercebido, assim como a sua interferência negativa na análise do projeto submetido ao Senado para o aumento dos soldos militares.

Nesse ínterim, a desaprovação da presença estrangeira no exército dividia o exército, a Alemanha não era uma opção desde que: “O Brasil, como os Estados Unidos foi arrancado da sua passividade pela decisão do alto comando alemão em 1917 de lançar-se à guerra submarina

irrestrita no Atlântico”. (SKIDMORE, 1998, p. 139). O Brasil receberia a missão militar francesa, embora tenha sido assediado pelo exército norte americano. O responsável pela missão foi escolhido, pessoalmente, pelo major Malan d’ Angrogne era o general, Maurice Gustave Gamelin definido em correspondência de Malan ao general Tasso Fragoso:

[...]“ Nossos trepadores, não achando nada em que cortar, criticam haver-se-ido procurar um homem que ninguém conhece. Não buscamos puro-sangue premiado; precisamos, sim, de potro de boa saída e que não afrouxe a carreira.” Para Malan, só tinham de arrepender-se por terem demorado tanto a chegar àquele ponto.(McCANN, 2004, p. 261)

A década de 1920 foi de movimentos em diversos setores da sociedade, entre eles, a Semana de Arte Moderna³³, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e os movimentos tenentistas. Os “tenentismos” ainda suscitam divergências, pois pesquisadores como Maria Cecília Forjaz, em “*Tenentismo e política*” (1987), defende a tese de que o movimento produzido pela baixa oficialidade representava a classe média. Em contrapartida, Boris Fausto sustenta exatamente o contrário, ou seja, os tenentes estavam revindicando em causa própria, tanto que, alega o autor os tenentes acabariam sozinhos na luta, pois a população pertencente a elite civil não os acompanhara , em tese, devido ao confronto armado. O estopim para o movimento em 1922, de acordo com Moraes:

[...] o único dos levantes “tenentistas”, em cujo desencadeamento pesou decisivamente a motivação corporativa (ofensa à dignidade do Exército por parte do candidato da “aliança do café”, Artur Bernardes, à sucessão de Epitácio Pessoa), foi o de 22. A divulgação, pelo *Correio da Manhã* da carta atribuída àquele candidato, na qual ele tratava o marechal Hermes da Fonseca de “sargentão sem compostura” e se referia aos jovens oficiais contestatários que apoiavam a candidatura de Nilo Peçanha (cujo programa de reformas, embora tímido, bastara para lhe granjear simpatia da opinião democrática nos centros urbanos, aí incluído o Clube Militar) como uma “canalha” que “precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina” caiu como brasa na palha seca. [...]. (MORAES, 1991, p. 138)

O evento referido pelo autor ficou conhecido como o episódio das cartas falsas, convocada reunião no Clube Militar, embora Artur Bernardes alegasse a falsidade das cartas, os militares continuaram defendendo a sua autenticidade, mesmo com a submissão do documento a grafologia. O conflito desencadearia a rivalidade costumeira entre a oligarquia e os oficiais do

³³ Vários modernismos surgiram, ao mesmo tempo, revelando um movimento plural que respondia à entrada de uma nova linguagem e visão do Brasil. E, se o agito foi variado, coube à experiência paulista de 1922 catalisar a percepção desse momento em que confluíram ideias, contestações e anseios dispersos pelo país. O marco simbólico aconteceu de 11 a 18 de fevereiro de 1922, quando São Paulo sediou, no vistoso e neoclássico Theatro Municipal, uma Semana de Arte Moderna promovida por intelectuais como os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade; os artistas Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Anita Malfatti e Victor Brecheret; o músico Heitor Villa Lobos, entre outros. [...] O intento era renovar o ambiente artístico e cultural, adotando experiências estéticas de vanguarda que ocorriam na Europa — como o futurismo italiano, o cubismo, o expressionismo —mas fazendo uso de uma régua brasileira. (SCHAWARCZ e STARLING, 2015, p.338)

exército brasileiro. Meses após, dois indivíduos confessariam tal falsificação, todavia o Clube Militar era um reduto de reuniões e assembleias de promoção dos discursos contrários a elite. Para conter os ânimos o presidente Epitácio Pessoa mandou fechar o local. Esse foi o estopim para desencadear o levante dos 18 do Forte de Copacabana. Ainda, sobre Artur Bernardes (1922-1926) presidente mineiro e que enfrentou um mandato de turbulência em todos os setores, entre elas, o pagamento da dívida externa:

[...] uma missão financeira inglesa, chefiada por lorde Montagu, esteve no Brasil em fins de 1924 e fez um exame da situação do país. [...] o governo federal mostrava pouca disposição de arcar com a defesa do café. Ao mesmo tempo, as críticas do setor cafeeiro contra uma “situação de abandono” cresciam. A saída foi transferir a defesa do café da União para o Estado de São Paulo. [...]. (FAUSTO, 2001, p. 176)

O enfrentamento entre a baixa oficialidade e a administração central teria sua origem no estado de Pernambuco, dois grupos pertencentes a oligarquia disputavam a governança estadual, os Rosa e Silva eram eleitores do candidato à presidência Nilo Peçanha, a outra família apoiava o opositor Artur Bernardes. Em meio ao caos, as tropas federais estavam na iminência de intervir para controlar a situação, porém o responsável pela ação seria o coronel e irmão de Epitácio Pessoa. Os integrantes e subordinados ao coronel, Jaime Pessoa eram partidários da família Rosa e Silva e conservavam uma posição simpática aos sindicatos e a grupos de esquerda (MORAES, 1991). Desse modo, o grupo solicita auxílio do Clube Militar que estava sob o comando do marechal Hermes da Fonseca que reagiu ao pedido, contatando Jaime Pessoa:

[...] um telegrama no qual advertia-o para que não atribuisse “ ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano” e lembrava-lhe de que “as situações políticas passam o Exército fica”[...]. (MORAES, 1991, p. 141)

A resposta de Hermes da Fonseca não seria bem recebida e Artur Bernardes determinou a sua prisão e fechamento do Clube Militar, por seis meses. Em resposta, a baixa oficialidade tentou promover diversos levantes no interior dos quartéis, no Rio de Janeiro a sublevação ocorreu nos Fortes de Copacabana e do Vigia, Escola Militar do Realengo e 1º Batalhão de Engenharia. Os oficiais atingiram vários prédios do exército, inclusive, o Ministério da Guerra. Cercados, foram em direção a Avenida Atlântica no percurso encontraram as forças legalistas, faleceram os tenentes Mário Carpenter e Newton Prado, entre os feridos os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Forjaz (1987, p.50) alerta sobre esse primeiro estágio do movimento “os tenentes nessa fase não tem um projeto para a sociedade e não se pretendem, nem foram identificados, como porta-vozes das reivindicações de nenhum grupo social a não ser o próprio Exército, enquanto

parcela do aparelho de Estado”. Por outro lado, João Quartim de Moraes em “*A esquerda Militar no Brasil*” (1991):

[...] Os “tenentes” eram militares de esquerda, convencidos de que só pela força podiam livrar o país das garras da oligarquia, de seus políticos e de seus coronéis [...]”. A “Revolução” de 1924 foi um levante militar concebido como segunda edição, revista e corrigida, do levante tragicamente fracassado do Forte Copacabana de 1922. A grande diferença foi o caráter meticuloso da conspiração que precedeu o levante. [...]. (MORAES, 1991, 148)

O levante de 1924 almejava ocupar São Paulo e ser estendido até a capital federal depondo o governo central, os paulistas dispuseram do apoio das tropas dos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Duas posições eram debatidas, uma pretendia uma ação de cunho nacional e a segunda defendia levantes organizados em vários quartéis. A primeira opção saiu vencedora, todavia era necessária uma liderança, preferencialmente, de um oficial de alta patente para garantir credibilidade ao grupo, o gaúcho Isidoro Dias Lopes, embora na reserva, apresentava as qualidades necessárias era general-de-brigada e lutou contra o governo florianista no posto de chefe do Estado-Maior (McCANN, 2004). Os irmãos Távora buscavam membros para integrar os levantes nos quartéis dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul; até os líderes da Guerra do Contestado foram encontrados. Desse modo, no dia 5 de julho de 1924 o grupo colocaria o plano do movimento em prática:

[...] cinco tenentes, incluindo os capitães Joaquim e Juarez Távora e Newton Estillac Leal, tomaram o quartel do 4º Batalhão de Cavalaria na cidade de São Paulo, armaram oitenta soldados, juntaram-se ao major Miguel Costa e seus soldados da Força Pública e transformaram o quartel general de polícia no posto de comando revolucionário do general Isidoro Dias Lopes. Os rebeldes tentaram tomar o palácio dos Campos Elíseos, sede do governo estadual, mas não conseguiram. [...] (McCANN, 2004, p. 348)

Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, instruiria o general Eduardo Sócrates que atuou na luta em São Paulo, as táticas aplicadas por Setembrino na Guerra do Contestado foram aplicadas novamente. O relato do repórter paulista Paulo Duarte demonstra a dimensão da luta, autorizada por Artur Bernardes, mesmo com o pedido do Arcebispo de São Paulo e lideranças civis para que o bombardeio fosse encerrado: “a Santa Casa se enchia de mulheres e crianças; os cemitérios pejavam-se de cadáveres e as fileiras revolucionárias não perdiam um só homem” (McCANN, 2004, p. 348). No ápice do confronto as forças paulistas chegaram a um efetivo de 18 mil homens contra uns sete mil integrantes dos “tenentes”. Paralelamente, embora a derrota fosse inevitável em São Paulo, no Rio Grande do Sul o movimento teria continuidade sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes (MORAES, 1991).

A coluna Prestes continuou o levante do sul do Brasil, em 1924, as guarnições de Santo Ângelo, São Luis, São Borja e Uruguaiana unindo-se as forças de Honório Lemes. Parte da tropa que havia escapado de São Paulo junta-se no sul do Brasil a Luis Carlos Prestes e Miguel Costa, no montante, Prestes chegaria a Foz do Iguaçu com oitocentos homens e cinquenta mulheres (McCANN, 2004). Os revoltosos almejavam:

[...] Se o motivo imediato era derrubar o governo do presidente Artur Bernardes, outras demandas tinham fôlego maior. Seus membros exigiam voto secreto, a reforma do ensino público, e a moralização da política. Denunciavam, também, as condições miseráveis de vida e a exploração dos setores mais pobres.[...] (SCHWARCZ e STARLING, 2015, 348)

O general Isidoro Dias Lopes havia desistido, no entanto o grupo atravessou o país do Maranhão ao Mato Grosso, exilando-se na Bolívia. As tropas legalistas comandadas pelo general Cândido Rondon acompanharam o percurso da Coluna Prestes que adquiriu contornos de protestos contra situação política vigente, Frank Mccann acentua a indisposição dos soldados para combater o grupo, “como lembraria mais tarde o general Eurico Dutra, a atitude da maioria dos oficiais era: “Deixa que passe”. (McCANN, 2004, p. 353).

No interior da caserna a instabilidade instaurava-se, São Paulo, curiosamente, dispensaria a missão militar francesa. Acusações de corrupção e superfaturamento em materiais bélicos, por exemplo, eram relatados por oficiais, Mccann (2004, p.312): “fabricantes estrangeiros que desejassem vender para o Exército brasileiro tinham de molhar a mão das autoridades”. A substituição de Maurice G. Gamelin pelo general Coffec ³⁴era assunto na caserna. Inaugurada, em 1920, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) pretendia estruturar e padronizar o ensino para todos os oficiais, inclusive, os mais experientes. Além disso, a vinda da missão francesa obrigara o exército a lançar, em 1926, sob a concepção de Tasso Fragoso, um treinamento de idiomas, já que os oficiais daquele país não falavam português, pouquíssimos o fizeram.

Após, o governo de Artur Bernardes, ainda, era mantida a política do “café-com-leite”, embora carioca, Washington Luís se considerava um paulista, assim em 1926, encarregava-se da presidência da república. O momento mais expressivo da administração foi a sua sucessão,

³⁴ Os brasileiros consideravam o sucessor de, Gamelin, general Coffec, que chega em julho de 1925, um homem inteligente, mas com uma “competência profissional vulgaríssima”, logo percebida por todos. Não se dava bem com seus subordinados da missão, a ponto de não falar com seu ajudante, general Albert Quirin, que por sua vez era agressivo e antipático com seus colegas franceses. O embaixador da França viu-se obrigado a intervir para pôr fim às querelas e tirar os dois oficiais superiores do país.[...] (McCANN, 2004, p. 322)

de acordo com os moldes da República Velha, o próximo candidato a presidência deveria ser um mineiro, porém o atual estadista surpreendeu ao indicar o paulista Júlio Prestes ao cargo. Embora, seja uma questão em aberto, de acordo com as autoras a decisão de Washington Luís poderia ser justificada pelos motivos a seguir:

[...] Júlio Prestes seria o homem certo para dar continuidade ao plano de estabilização econômica que ele implementara durante seu governo.[...]São Paulo tornara-se o principal estado da federação, e era seu destino governar o país.[...]o receio das possíveis consequências advindas da divergência entre os produtores de café de Minas e os de São Paulo em relação à política de valorização do produto [...] (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.352-353)

Segundo Skidmore (1998) o valor do café começava a baixar antes do *crash* da bolsa de Wall Street, o produto correspondia a 70 % do câmbio externo do Brasil. A onda antiliberalismo despontava a partir da Primeira Guerra Mundial, o Brasil conviveu com três governos baseado no liberalismo político, de teor individualista, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luis (RANGEL, 2007). Nesse contexto, nasceu a Aliança Liberal constituída pelos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, indicando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e João Pessoa a vice-presidência.

[...] A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal”, para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. [...] as Caravanas Liberais transformaram-se num sucesso que se generalizou pelo país. A pauta dessas caravanas começava pelas bandeiras de mais populares: anistia aos tenentes e militares rebelados entre 1922 e 1927, concessão de direitos sociais aos trabalhadores, introdução do voto secreto, diversificação econômica, além do compromisso com a realização de obras para combater as secas nordestinas. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.354-355)

O pleito eleitoral era fraudulento, quem o comandava era a elite civil de cada estado, sabendo disso, a oposição aliou-se a dezessete presidentes estaduais e lançou a candidatura de Júlio Prestes apoiado por Washington Luis. Assim, o eleito foi o representante dos cafeicultores, Júlio Prestes. A atmosfera conspiratória para impedir a posse era recorrente, entre os grupos, parte dos militares buscava uma solução pró Getúlio Vargas, entretanto um acontecimento alterou o contexto, o assassinato do candidato à vice-presidência pela Aliança Liberal, João Pessoa. O crime cometido pelo advogado João Dantas, fora qualificado como político, embora o caráter pessoal da ocorrência. Mas, o assassino estava vinculado a um coronel, José Pereira do município de Princesa, uma localidade que havia se autodeclarado independente da Paraíba, sob o comando do coronel (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A Aliança Liberal soube aproveitar o fato e responsabilizaria Washington Luis, “acusou o Catete de fomentar a rebelião para, ato contínuo, intervir na Paraíba- Washington Luís seria o

cérebro da operação que, à distância, por vingança política, armara o criminoso”, (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 358). O cortejo fúnebre aconteceu na capital federal. Os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se sob o comando do general Góis Monteiro, com apoio das Polícias Militares dos estados e dos membros da Aliança Liberal, assim a revolta civil e militar era deflagrada. Washington Luís resistiu, mas o sucesso da revolta o levou à deposição e prisão de um mês no Forte de Copacabana. A junta provisória governativa, constituída pelos generais: Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o contra-almirante José Isaias de Noronha entregaram o poder a Getúlio Vargas, em 1930.

3.2 A antessala do golpe

O Rio Grande do Sul apresentava, particularmente, um histórico de atividade política intensa ao explorar os ideais positivistas adaptados por Júlio de Castilhos, e, oportunamente utilizados na constituição estadual de 1891³⁵. A partir do advento da proclamação da república a discussão em torno do modelo de estado a ser seguido fora permeado por adequações estabelecidas a partir do pensamento positivista empregado nos Estados Unidos (CARVALHO, 1990).

Os ideais positivistas passaram por uma adaptação - no Rio Grande do Sul³⁶ - essas modificações interviram no plano de governo pensado para o Brasil, sob a ótica de Vargas, a começar pelo início do Estado Novo. Problematicando a questão, Nelson Boeira reflete sobre o positivismo pensado no Rio Grande do Sul:

A ideia de um estado condutor de políticas econômicas, que muitos quiseram encontrar no positivismo francês e gaúcho, é inteiramente avessa as ideias de sociedade de Auguste Comte. Observações similares podem ser feitas a aplicação ao caso do Rio Grande do Sul de conceito comtianos como “ditadura científica”, “política positiva”(científica) e “crítica ao liberalismo” (BOEIRA, 2002, p. 242)

O processo de deposição de Washington Luís ocorrido a partir da aliança dos estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e do diálogo de Vargas com os militares³⁷, porém

³⁵ [...] Considerando que no Brasil a primeira experiência de centralização estatal foi inaugurada e parcialmente cumprida a partir da Constituição rio-grandense de 1891, pode-se afirmar que aquele modelo, vivo no Brasil de 1930 a 1964, e sobrevivente entre 64 e nossos dias, já é um ilustre centenário. [...]. (BOSI, 1992, p.306)

³⁶ Por razões históricas específicas, o modelo positivista seduziu também os republicanos do Rio Grande do Sul. A tradição militar da região, o fato de os republicanos serem lá uma minoria que precisava de disciplina e coesão para impor-se, a menor complexidade da sociedade local em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro talvez tenham contribuído para a adesão mais intensa às ideias políticas do positivismo. Mais do que nenhuma outra, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul incorporou elementos positivistas, particularmente no que se refere à predominância do Executivo; ao Legislativo de uma câmara e de caráter orçamentário; à ausência de referências a Deus, substituído pelo trinômio Família, Pátria, Humanidade; à política educacional e social.(CARVALHO, 1990, p. 28-28)

³⁷ Não era apenas entre os políticos que Vargas construía os alicerces da sua candidatura. Havia também a opinião dos militares, a ser levada em consideração. Getúlio fora instalado na presidência, em novembro de 1930, por uma

Vargas já estava em constante comunicação com os oficiais, entre os mediadores das conversas estava Lindolfo Collor. Dessa maneira, o Brasil era forjado, com base em negociatas de toda a ordem e, principalmente, com a quase nula participação da população, evocada em momentos pontuais como as fraudulentas eleições.

No interior, da caserna a vertente nacionalista do exército insistia na soberania do Brasil e argumentava junto aos governos o fim dos contatos com países estrangeiros. Dessa maneira, cabia aos governantes administrar esses grupos para manter-se no comando da nação. Assim, fez Vargas por meio de uma política de coalizão, indicado pela Aliança Liberal e recebendo o apoio de alguns tenentes assumiu provisoriamente a presidência, em 3 de novembro de 1930.

Os militares expulsos na década de vinte retornaram ao exército no período da Revolução de 30, o encontro entre diferentes gerações é explicitado em *“Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30”*:

Os ex-alunos da Escola Militar que retornaram à caserna e a militância revolucionária depois da anistia passaram a ser chamada na gíria do Exército de picolés [...] O que estamos chamando de primeira geração revolucionária são os tenentes que viveram os ciclos de revoluções tenentistas a partir de 22, incluindo 24, 26 e a coluna. Esses tenentes às vezes denominados “históricos”, quase todos sofreram experiências políticas traumáticas como prisões, o exílio, a clandestinidade e a perseguição policial, além de evidentemente a própria luta armada.[...] Além desses dois tipos de tenentes podemos distinguir nos anos 30 a “segunda geração revolucionária”, composta pelos militares que aderiram ao movimento depois da emigração da coluna, e já no contexto político da Revolução de 30. (FORJAZ, 1989, p.100)

A administração Varguista teve de conciliar um exército fragmentado entre a memória dos oficiais antigos e a jovem oficialidade que participou dos movimentos tenentistas, além disso, era necessário satisfazer os anseios civis. Desse modo, como prática comum ao longo da República velha se iniciava a distribuição de cargos, Osvaldo Aranha na pasta da justiça ficou encarregado de investigar os atos de corrupção da administração anterior, o Ministério da Agricultura foi assumido por Joaquim Francisco de Assis Brasil, o paulista e ex- presidente do Banco do Brasil, José Maria Whitaker foi designado ao Ministério da Fazenda, o paraibano José Américo de Almeida ficou com a pasta do Transporte e Obras Públicas; Lindolfo Collor assumiu o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e, por fim, o mineiro Francisco Campos a pasta da Educação e Saúde (MCCANN, 2004). Ainda que, a república do “café-com-leite” tenha terminado, a aliança com os estados, distribuições de cargos a cada novo governo, além disso, a promoção dos militares apoiantes do governo da situação prosseguia.

junta militar; feito ditador em 1937, pelos militares; e sumariamente deposto, em 1945, pelos militares. (SKIDMORE, 1996, p.104)

O general Góis Monteiro desconfiava dos oficiais do Rio de Janeiro, além de não concordar com o sistema de promoções realizado por meio de afinidades políticas, o general Bertoldo Klinger compactuava do mesmo pensamento, entretanto foi promovido a general-de-brigada nesse período.

Em 1931, vários oficiais foram promovidos. Um deles, Alfredo Malan d'Angrogne nomeado para o Ministério da Guerra aderiu aos ideais dos tenentes fazendo de seu cargo uma extensão do movimento, nomeou para o seu gabinete:

[...] sete tenentes, entre os quais o major Eduardo Gomes,, sobrevivente do Forte Copacabana em 1922, Newton Estillac Leal, futuro ministro da Guerra [...] o capitão Osvaldo Cordeiro de Farias, veterano da Coluna Prestes, o capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, que participou da revolta de 1924 em São Paulo e passou depois catorze meses na prisão, e o primeiro tenente Filinto Muller, que fora comandante de artilharia em São Paulo em 1924 e seria o infame chefe de polícia do Distrito Federal. (MCCANN, 2004, p.388)

O Clube 3 de Outubro fundado em 1931 possibilitava o encontro entre esses diferentes sujeitos da história, obviamente, Góis Monteiro não via com bons olhos essa conglomeração. O presidente civil do Clube era o médico Pedro Ernesto Batista, em 1924 havia apoiado o movimento. Vargas utilizou a intervenção do Clube Militar 3 de Outubro para benefício próprio, exemplificando, a reunião marcada pelo grupo com o interventor do estado, o tenente, João Alberto por meio dessa reunião Getúlio passou a apoiar o interventor que justificava a agitação paulista devido ao comportamento do Partido Democrático, assim o Clube agia como mediador entre os estados e o governo central

Não é objetivo retomar todos os aspectos da Revolução Constitucionalista de 1932³⁸. Resumidamente, o conflito estava permeado pela situação anterior São Paulo, após a Revolução de 30 perde prestígio e os cafeicultores não admitiam tal fato, lembrando que o estado estava sob a intervenção de um pernambucano. Na tentativa de minimizar os danos, Vargas nomeou um novo interventor, agora, paulista Pedro Toledo. A nomeação surgiu em meio a aproximação do Partido Democrático e do Partido Republicano Paulista, configurando a Frente Única Paulista que romperia com Vargas em 1932. Tentando contornar:

³⁸ Em junho de 1932, Vargas estava atormentado por uma crescente preocupação com São Paulo e por queixas cada vez mais veementes de oficiais sobre Leite de Castro, que, como Oswaldo Aranha alertava Vargas um ano antes, estava tentando promover a general oficiais que eram “reacionários e amigos pessoais”. As facções tenentistas, os que haviam participado das revoltas da década de 1920 e os que, como Góis Monteiro, emergiam de 1930, queriam um aprofundamento da revolução para eliminar homens, ideias e práticas remanescentes da República Velha [...] (MCCANN, 2004, p.409)

[...] o governo dispôs-se a atender às pressões contra o prolongamento da ditadura, que vinham não só de São Paulo como do Rio Grande do Sul e de Minas, promulgando o código eleitoral. O Código trouxe algumas importantes inovações. Estabeleceu a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto, abrangendo ambos os sexos. Pela primeira vez, reconhecia-se o direito ao voto das mulheres. A lei eleitoral do Rio Grande do Norte, de 1927, tinha sido pioneira, mas ficara restrita àquele estado. (FAUSTO, 2001, p.191)

A nomeação de um novo interventor civil e paulista, Pedro Toledo não foi o suficiente, além disso, o estado alegava não acreditar no controle dos “tenentes”. Dessa maneira, a ideia dos revolucionários paulistas era invadir a capital federal obrigando o governo provisório a negociar. O combate aconteceu ao longo de três meses, as forças legalistas confirmaram a superioridade na luta, levando os paulistas a rendição. Em 1933,

[...] Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista, no pleno sentido da expressão: Armando de Sales Oliveira, com vínculos no PD. Naquele mesmo ano, em agosto, baixou o decreto do chamado Reajustamento Econômico, reduzindo o débito dos agricultores atingidos pela crise.[...] (FAUSTO, 2001, p.192)

Em 1933, o Clube Militar 3 de Outubro abandonaria os ideais dos tenentes, principalmente, após a investida contra a constituinte que acarretou num processo de fragmentação interna e de conflito externo com parte do exército que condenava a posição do Clube, assim a proposta do grupo se esvaziaria:

O programa político do novo Clube, quase totalmente esvaziado da presença militar, [...] encaminhou-se cada vez mais para a esquerda, assumindo conotações socialistas, enquanto o tenentismo permanecia defendendo, agora no contexto da Constituinte, as ideias contidas no Programa Revolucionário de Reconstrução Política Social do Brasil. (FORJAZ, 1989, p.133)

Em 1934³⁹, seria aprovada a nova constituição. Por fim, em 1938 deveria ocorrer um novo processo eleitoral. Na iminência do novo pleito, foi divulgado um falso plano, em tese, organizado pelos comunistas, na verdade Góis Monteiro utilizou sua experiência para criar um boato e Vargas assumir a governança. Assim sendo, fora descoberto um plano chamado Plano Cohen que objetivava impor um governo comunista comandado pela União Soviética no Brasil. Tal ideia aterrorizava a elite civil e os militares. Vargas era apoiado pelo exército, entre os seus fiéis escudeiros estava Góis Monteiro, desse modo a luta contra o comunismo estava assegurada. Por fim, era esperado o investimento na indústria de base para fomentar a economia nacional, Vargas garantiria a credibilidade necessária para investir no crescimento econômico e derrotar o perigo comunista, dessa maneira a Constituição de 1937 foi imposta.. Consequentemente, os partidos políticos foram colocados na ilegalidade e Getúlio Vargas sancionado presidente.

³⁹ [...] O castilhismo, rejeitado em 91, era em 34 a pedra angular do sistema político nacional. (BOSI, 1992, p.306)

Ao mesmo tempo em que, centralizava o poder na esfera federal, Vargas, deixava como interventor do Rio Grande do Sul o general, Daltro Filho. Em 1938, o cargo seria ocupado pelo coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, os irmãos de Getúlio o mantinham informado dos acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul, em 1943 o posto de interventor federal passa ao coronel Ernesto Dornelles, o que não foi visto com bons olhos, já que sua patente era inferior a patente de general. De acordo com, René Gertz:

Com a fuga do governador Flores da Cunha⁴⁰, em outubro de 1937, e a posse do general Manoel de Cerqueira Daltro Filho como interventor federal, o Rio Grande do Sul, por assim dizer, inaugurou o regime de exceção antes que isso acontecesse em nível federal. [...] (GERTZ, 2007, p.39)

De acordo com, Skidmore (1998) a década de 30 representou a radicalização de diversas correntes de pensamento destoantes, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, estava sob a supervisão do Cominter em Moscou. Em oposição ao PCB, surgiria um grupo inspirado no fascismo desenvolvido na Alemanha, a Ação Integralista Brasileira (AIB), seu líder mais conhecido foi o escritor Plínio Salgado. Representavam uma espécie de grupo militar, trajados em seus uniformes verdes, organizados hierarquicamente participavam de desfiles e exercícios paramilitares. Direccionavam suas críticas à esquerda, almejavam uma sociedade disciplinada e de pensamento cristão, eram contemplados financeiramente pelo governo Mussolini. Os mais adeptos a AIB eram pessoas de classe média e altas. A AIB deflagrou um golpe contra o exército, por sua vez a Ação Integralista tentou destituir o governo. Esses dois casos ilustram a tensão política que atravessava o governo provisório, Vargas observando o contexto aproveitou-se de tamanha insegurança para continuar no cargo.

Em linhas gerais, Getúlio Vargas manteve-se até o ano de 1945 no controle do país graças a sua rede de relações e habilidade de articulação, além das suas afinidades com a elite civil e intelectuais. A sua união ao exército enfatiza a importância da cúpula militar. Se pode aferir que os mesmos indivíduos atuantes no golpe civil militar de 64 estavam fazendo escola em meados da década de 1900, dentre os mais influentes estavam os militares do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com o maior contingente de oficiais (MCCANN, 2004). O governo Vargas, embora, provisório sinalizava o que seria os próximos anos, alianças e rupturas, aliás, a sua saída em 1945 decorreu, também, de uma cisão com Góis Monteiro.

4. Do Estado Novo ao Governo do general Eurico Gaspar Dutra

⁴⁰ Flores da Cunha não apoiou o Estado Novo, perseguido por Getúlio Vargas exilou-se no Uruguai.

O golpe do Estado Novo fundamentou-se na ameaça comunista um discurso disseminado internacionalmente, lembrando que a Lei de Segurança Nacional fora criada em 1930, Vargas não vacilou ao utilizá-la contra Luis Carlos Prestes. A centralização do poder garantida com a promulgação da nova constituição, ditador deixava claro os seus objetivos em uma transmissão via rádio:

[...] o Brasil devia deixar de lado a “democracia dos partidos” que “ameaça a unidade pátria”. Descreveu o Congresso como sendo um “aparelho inadequado e dispendioso”, cuja continuação era “desaconselhável”. O Brasil não tinha alternativa senão instituir um “regime forte, de paz, justiça e de trabalho “ . [...] (SKIDMORE, 1996, p.50)

Inegável a sinceridade de Vargas, assim, não poupou esforços e habilidades para cooptar o exército aumentando os gastos públicos com a Força em 39%. Além disso, nomeou o general Eurico Gaspar Dutra ao cargo de Ministro da Guerra e Góis Monteiro para chefe do Estado Maior⁴¹. Ambos concordavam e auxiliaram Vargas na ascensão ao cargo, pois “para Góis Monteiro e Dutra, o objetivo era um “Exército forte dentro de um Estado forte”, (SKIDMORE, 1996, p. 47). A liderança dependia da ação do exército:

Por meio de transferências estratégicas, Góes Monteiro entregou os altos postos militares, nos Estados duvidosos, a comandantes com os quais poderia contar para isolar e, caso necessário, assumir o controle das milícias estaduais e das forças federais.[...] (SKIDMORE, 1996, p. 47)

A administração de Getúlio foi concebida com base na centralização do poder na figura do presidente, desse modo suprimiu os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira, cujo objetivo era uma participação junto ao governo. Se o período anterior fora marcado pela autonomia dos estados, agora, o estímulo ao nacionalismo reduzia os conflitos de origem regional, além do mais a centralização do poder acabava com a autonomia dos estados, por último o imposto interestadual foi eliminado (SKIDMORE, 1996).

Ainda que, exista uma mudança e reorganização do Brasil não há uma ruptura com as perspectivas do sistema anterior, de acordo com Fausto (2001, p.201), “a representação dos diversos interesses mudou de forma, mas não deixou de existir”. A tendência do estado foi a burocratização, vide, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, a Previdência Social e a própria organização dos Sindicatos:

[...] Fontes de renda canalizadas através dos institutos de previdência social e dos sindicatos trabalhistas, ainda que não fazendo parte das rendas federais, eram , a despeito disso, transferências supervisionadas pelas autoridades federais , e não

estaduais ou municipais. A finalidade era aumentar o contato federal direto, em nível local, desse modo minando os alicerces da “política dos governadores”, que tinha vigorado antes de 1930. (SKIDMORE, 1996, p. 56)

O Estado Novo resultara numa aliança de uma burocracia civil e militar e da burguesia industrial, todos almejavam a industrialização do país (FAUSTO, 2001). Nessa ocasião, a função do exército, amadurecido e organizado quanto instituição não corresponderia ao papel exercido durante a República Velha, ou seja, servir aos grupos partidários de cada estado. Desse modo,

Atuando como arbitro político do regime, o Exército teria participação ativa no processo decisório, sobretudo em questões relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura industrial do país, porém jamais chegaria a exercer o controle desse processo. (DINIZ, 2007, p. 144)

Poderia ser analisado se nesse período do Estado Novo o exército se aproximaria da homogeneidade, pois a centralização do poder na União e o estreitamento das relações com Getúlio Vargas beneficiava a Força. A partir da centralização, as disputas entre os estados foram minimizadas, ou seja, o exército não seria um gerenciador de crises que expunha as diferentes posições táticas e ideológicas presentes no interior dos quartéis. Além disso, o país tinha um objetivo comum a industrialização. Por conseguinte,

[...] A influência das Forças Armadas se exerceu através de vários organismos técnicos que proliferaram no Estado Novo, através dos Estados-maiores e do Conselho de Segurança Nacional. [...] As Forças Armadas foram as responsáveis pela instalação de uma indústria estatal de aço, apesar de nem todas as recomendações de seus representantes terem sido acolhidas. (FAUSTO, 2001, p.202)

Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo e para chefia-lo foi designado o general Horta Barbosa. O governo autorizou a aquisição de armas da empresa alemã Krupp, navios de guerra da Grã-Bretanha e da Itália, além da compra de aviões norte-americanos e armamento para suprir a infantaria da Tchecoslováquia (FAUSTO, 2001). No próximo ano, através de um decreto, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ⁴²uma ferramenta muito útil para fazer propaganda da administração varguista, além de ser um órgão de censura, em 1942 foram proibidas 373 canções e 108 programas de rádio.

A demanda por modernização necessitava de capital, assim o país faz um empréstimo de 20 milhões de dólares com os Estados Unidos para investir na nova Companhia Siderúrgica

⁴² “[...] O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Diretamente subordinado à presidência, com órgãos filiados nos estados e dirigido por um jornalista, Lourival Fontes, cuja lealdade estava com Vargas, e as simpatias com o fascismo italiano, o DIP era uma máquina bem planejada: tinha seis seções – propaganda, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares – e a tarefa de projetar as bases de legitimidade do Estado Novo. [...]” (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 376)

Nacional, a participação foi acordada, em 1940, a empresa americana Export -Import Bank colaborou junto com o Brasil para construir a Usina de Volta Redonda, bem como a Companhia da Vale do Rio Doce.

Em parte, o auxílio americano deve-se a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, todavia essa não era uma ação de apoio unânime nas Forças Armadas. Ainda em 1942, o país recebeu uma Missão Técnica Americana que fez um levantamento sistemático dos recursos brasileiros (SKIDMORE, 1996). A intervenção financeira dos Estados Unidos causava desconfiança no grupo nacionalista que ocupava o Conselho Nacional do Petróleo, em 1943, Horta Barbosa deixou o cargo. Além dos Estados Unidos a Alemanha transformou-se em um dos principais importadores do Brasil, Fausto (2001, p. 209) “ela se tornou a principal compradora do algodão brasileiro e o segundo mercado para o café”.

Em 1941 tropas americanas chegaram ao nordeste, porém sem a autorização anterior do Brasil, Dutra e Góis Monteiro repudiaram a atitude. No ano seguinte, além de assinarem um acordo secreto com os Estados Unidos, o Brasil deixa o os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Contudo,

[...] os americanos demoravam a entregar encomendas de equipamento militar porque consideravam que boa parte da oficialidade brasileira era simpatizante do Eixo. A indefinição foi superada quando, entre 5 e 17 de agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. [...] (FAUSTO, 2001, p. 211)

Em 1944, a Força Expedicionária Brasileira foi enviada à Segunda Guerra Mundial⁴³. Nesse período, o governo Vargas estava sob suspeita combatendo o fascismo no exterior e mantendo a ditadura no Brasil. Seu principal aliado no exército, Góis Monteiro não acreditava que a atual administração deveria continuar no posto. Em 1945, como Ministro da Guerra arquitetou a deposição de Getúlio. Além disso, em 1943, a União Nacional dos Estudantes promoveu uma passeata contra o governo ditatorial, acabaram sendo reprimidos violentamente. Na iminência do fim do seu governo, Vargas devia marcar novas eleições, entretanto através de um Ato Adicional adiou a decisão por noventa dias, a intenção era que a eleição à presidência ocorresse em 2 de dezembro de 1945. Nesse ínterim, os prováveis candidatos ao mandato presidencial eram Eduardo Gomes em oposição a Eurico Gaspar Dutra, o segundo apoiado por Vargas.

⁴³ Devido a pouca disponibilidade de tempo não abordaremos minuciosamente o contexto da II Guerra Mundial e a participação do exército brasileiro.

A conjuntura de instabilidade não atingiu as habilidades políticas de Getúlio Vargas, a constituição dos partidos políticos não foi ignorada e logo tratou de tecer alianças. Inicialmente, estimulou a formação do Partido Social Democrático (PSD) cujo fundador era Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio. O estilo político do PDS “era um partido de profissionais, adorava o poder e, para conservá-lo, seus líderes combinavam a contagem meticulosa de votos recebidos com uma bem calculada repartição de cargos e de recursos públicos” (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 393). A segunda coligação vinculava-se aos projetos de Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em linhas gerais poderia ser concebido como um partido criado para os trabalhadores, conforme apontam as autoras: “A ossatura partidária vinha dos sindicatos filiados ao Estado Novo e do funcionalismo público que integrava o Ministério do Trabalho, e isso não deixava de ser uma grande novidade”.(SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 393). Futuramente, o investimento nos dois partidos seria retribuído, porém a situação política de Getúlio, no ano de 1945, era irreversível, mesmo dispondo do apoio popular.

O governo demonstrava a sua popularidade entre a população, o movimento “queremista” pleiteava a continuidade do estadista no poder, o que pode ser justificado pelo medo dos trabalhadores perderem os seus direitos garantidos pelas leis do trabalho⁴⁴ criadas ao longo do Estado Novo. O “queremismo” foi beneficiado por Getúlio, que, logicamente não pretendia retirar-se do cargo:

[...] Vargas autorizou a transmissão dos comícios e manifestações populares em cadeia nacional de rádio, garantiu aos queremistas o discreto apoio do DIP e do Ministério do Trabalho, e facilitou-lhes o acesso ao financiamento privado através de recursos junto aos empresários que lhe eram favoráveis [...] (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 391)

O movimento “queremos Getúlio” não obteve sucesso. Sua última manobra antes de deixar o governo central foi afastar o chefe de polícia do Distrito Federal, para nomear o seu irmão Benjamin Vargas. Esse fato acirrou o movimento de Góis Monteiro, assim, sem alternativas deixou a presidência, mas prosseguiu nos bastidores do novo pleito corroborando com a candidatura de Eurico Gaspar Dutra:

[...] O apoio pode ter sido dado a contragosto, mas a candidatura de Dutra tinha grande utilidade na definição de sua estratégia política: servia bem para dividir as Forças Armadas, reduzia o apoio eleitoral a Eduardo Gomes e desviava do foco de atenção dos adversários a movimentos continuísta desenvolvida pelo Palácio do Catete.ou

⁴⁴ Quanto aos trabalhadores rurais, não poderão usufruir, como os trabalhadores urbanos, das prerrogativas das Leis Trabalhistas segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), embora, segundo o Decreto-lei 7.038 de 10 de novembro de 1944, o direito a sindicalização esteja previsto. Nas zonas de cana-de-açúcar, durante o Estado Novo, apenas os trabalhadores das usinas serão enquadrados pela legislação, enquanto o trabalhador rural será dela excluído. (CAMARGO, 1997, p. 142)

simplesmente o Brigadeiro , como era conhecido, vinha das lutas tenentistas – foi um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana – [...] (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p.386-387)

A disputa para o pleito ocorreria entre dois militares, obviamente, Eduardo Gomes menos experiente se comparado ao general Eurico Gaspar Dutra. No entanto, compartilhavam do mesmo problema, a falta de traquejo para a política. O candidato da União Democrática Nacional (UDN), em discurso no Theatro Municipal do Rio de Janeiro afirmou que não necessitava de votos de eleitores de Vargas, para completar os nominou de “uma malta de desocupados”. A expressão “malta” fora traduzida para marmiteiro e os trabalhadores indignados, tomaram a expressão como uma recusa do candidato ao voto dos marmiteiros (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Eurico Gaspar Dutra candidatou-se pelo Partido Social Democrático e não era um personagem que despertava empatia entre a população, a declaração pública de Vargas apoiando a sua candidatura conseguiu impulsionar a sua vitória. O general saiu vencedor nos maiores estados Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2001). Além disso, Vargas não se afastou da vida pública e foi eleito senador no Rio Grande do Sul, sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD).

Em 1946, Dutra⁴⁵ ascenderia ao cargo de presidente da república. Seu governo encarregou-se da formulação de uma nova constituição, que excluía os votos dos analfabetos, limitava o direito a greve e mantinha os trabalhadores rurais fora da legislação trabalhista (SCHWARCZ e STARLING, 2015). A conjuntura mundial estava em alerta por conta da Guerra Fria, o discurso vigente era de combate aos comunistas. Assim, os Estados Unidos atentos aos rumos políticos na América Latina alertavam para o perigo da subversão, em 1946, o Partido Comunista angariou o quarto lugar entre os mais votados. No mesmo ano, os trabalhadores de diversos estados entraram em greve. A fim de, deter o movimento Dutra decretou a ilegalidade da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, e, autorizou a interferência nos sindicatos. Aproveitando-se de uma declaração pública do líder, símbolo do Partido Comunista no Brasil, Luis Carlos Prestes , em 1947, Dutra propõe a cassação do partido, o Tribunal Superior Eleitoral acolhe a sua solicitação e o Partido Comunista tem o registro

⁴⁵ Proibiu o jogo em todo o território nacional e fechou os cassinos. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

cassado⁴⁶. Por fim, em 1948 os eleitos sob a legenda do PCB perderam os seus mandatos e o partido foi posto na clandestinidade.

A gestão Dutra retomou os princípios do liberalismo, Fausto (2001, p. 222) “a situação do Brasil no plano financeiro era favorável, pois o país acumulara divisas no exterior, resultantes das exportações nos anos de guerra. Apesar disso a política liberal acabou fracassando”. Sendo assim, o governo investiu na política de importação, todavia:

[...] o governo não só promoveu a liberação indiscriminada de importações como tratou de subsidiá-las pelo câmbio sobrevalorizado. [...] A inflação desacelerou, mas à custa do rápido esgotamento das milionárias reservas cambiais em libras esterlinas e em dólares, acumulados durante a Segunda Guerra Mundial. [...] (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.398)

Um plano chamado SALTE foi lançado para recuperar a economia, entretanto pouco foi posto em prática. No entanto, “a industrialização dos dois últimos anos do período de Dutra foi ajudada por uma política de crédito mais liberal, incluindo-se aí empréstimos a diversos setores-chave, como, por exemplo, a empresa Kablin [...] e a Acesita, para a produção de aços especiais no Vale do Rio Doce”. (SKIDMORE, 1996, p.98-99).

Martins Filho (2010, p. 107-108) chama a atenção à participação dos oficiais na Escola Superior de Guerra “a fundação da ESG marcou o primeiro passo de uma elite militar plenamente consciente de que a atuação das Forças Armadas enquanto instituição exigia antes de tudo a superação das divisões internas, das lutas de personalidades [...]”. No núcleo da Escola foi concebida a ideia de “segurança nacional”:

O próprio conceito-chave de “segurança-nacional” procurava diferenciar-se da ideia clássica de “defesa nacional”, cuja conotação mais estreita os fundadores da ESG queriam evitar. A noção de “segurança”, mais ampla que a de defesa, se originava da ideia norte-americana da necessidade de uma vitória na guerra moderna [...]. (Martins Filho, 2010, p. 108)

Enquanto, em 1949, a ESG comandada pelo general Oswaldo Cordeiro de Faria preocupava-se com a “segurança nacional”, Getúlio Vargas sistematizava o seu retorno para 1951. A liderança atual não se revelou a mais eficiente, além do que, Vargas tinha a seu favor a população, ciente da sua condição privilegiada aproximou-se de quem lhe garantiria apoio durante o processo eleitoral. Getúlio no cargo de senador pelo Rio Grande do Sul estava filiado ao Partido Social Democrático, no entanto era correligionário do Partido Trabalhista Brasileiro. Questionado sobre sua atuação nos dois partidos, asseverava: “Tenho no PSD de todo o Brasil

⁴⁶ A supressão do Partido Comunista criou um vazio na esquerda. O PTB, cuja criação Vargas havia encorajado em 1945, especificamente para mobilizar o apoio da classe operária em seu benefício, movimentou-se rapidamente para ocupar o terreno deixado pelo PCB. (SKIDMORE, 1996, p. 94)

muitos amigos a quem aprecio. Uma atitude política em campo doutrinário não constitui injúria a ninguém, nem exclui possibilidade de uma colaboração.” (SKIDMORE, 1996, p. 103).

Além do alinhamento com PSD e PTB, reconhecia a influência do Partido Social Progressista (PSP), cuja liderança era do governador de São Paulo Ademar de Barros, a união com o PSP representava a possibilidade de votos no estado, onde o partido era popular. Ademais, procurou o general Góes Monteiro para averiguar a posição do exército diante da sua candidatura, além disso ofertou ao general o cargo de vice-presidência da república. Góes Monteiro já havia firmado a sua posição favorável ao candidato indicado pelo atual presidente Eurico Gaspar Dutra, ainda assim assegurou a Vargas que o exército não seria um opositor a sua candidatura. (SKIDMORE, 1996).

A União Democrática Nacional (UDN), mais uma vez, indicava o brigadeiro Eduardo Gomes. Dutra coligado ao Partido Social Democrático (PSD) lançou o mineiro e advogado, Cristiano Machado pouco conhecido nacionalmente. Ao mesmo tempo que, os candidatos estruturavam as suas campanhas, no exército os ânimos em torno da modernização do Brasil sua participação na Segunda Guerra Mundial e o possível retorno de Vargas à presidência geravam polarizações.

Duas chapas disputavam a presidência do Clube Militar, a primeira formada por Horta Barbosa e Newton Estillac Leal. Em oposição, Cordeiro de Farias e Emílio Rodrigues Ribas Júnior. Em 1942, como orador da sua turma, Estillac demonstrou indignação na presença do grupo de oficiais brasileiros condecorados na Segunda Guerra Mundial:

Na Escola de Estado-Maior, quando, como orador da turma, o coronel Estillac Leal pronunciara chocante discurso para os generais condecorados por Hitler, com Dutra à frente, e que assistiam a solenidade, como o próprio Vargas; tal discurso, que vários jornais publicaram na íntegra [...] uma das expressões do orador – “Hitler é um porco” – chocara os que, apesar de tudo, tinham esperanças na vitória nazista [...] (SODRÉ, 1987, p. 9)

Os militares que auxiliaram Góes Monteiro na deposição de Getúlio estavam receosos com a possibilidade do seu retorno. A ala nacionalista do exército mantinha sua posição antiimperialista e em defesa do Petróleo, em contrapartida havia os defensores do governo Dutra e, principalmente, da participação do capital estrangeiro para alavancar a industrialização no Brasil. Contudo, a diretoria eleita para o Clube Militar representava o pensamento nacionalista, ou seja, a chapa de Estillac - Horta (SODRÉ, 1987). Na *Revista do Clube Militar* diversos artigos eram publicados analisando negativamente a posição dos Estados Unidos no combate à Coréia do Norte, entretanto essa não era uma opinião unânime:

[...] Na qualidade de sócios do Clube Militar, manifestamos a nossa estranheza diante da publicação, como editorial da *Revista do Clube*, no número de julho p. p., do artigo considerações sobre a Guerra da Coréia do Norte, quando é público e notório ser esse regime repudiado pelas nossas leis. [...] (SODRÉ, p. 27, 1987)

Sodré (1987) ressalta a difícil situação de Estillac Leal no cargo de presidente do Clube Militar, embora nacionalista o oficial, em tese, não se dizia partidário de Getúlio Vargas, pelo contrário tecia inúmeros comentários criticando-o. Legalista, era a favor da realização de novas eleições e do aceite do resultado fundamentado nos princípios da democracia. No entanto, era acusado de ascender à presidência do Clube Militar no intuito de ser nomeado por Vargas ao Ministério da Guerra. Sodré conclui que o cenário engendrado pelos opositores de Estillac durante a sua gestão era um estratagema para reduzir a sua credibilidade, consequentemente ele não seria nomeado para o Ministério da Guerra. Por fim, outro oficial preencheria o cargo, aproveitando-se do posto, organizaria a deposição do presidente, assim como fez Góes Monteiro, em 1945.

De fato, com a vitória de Getúlio, Estillac Leal tornou-se Ministro da Guerra. Contudo, a campanha de oposição aos nacionalistas e ao governo continuou, o Clube Militar era alvo constante na imprensa, conforme aponta Sodré (1987) a verba para publicar factoides nos jornais era paga por trustes estrangeiros. Os oficiais de alta patente que repudiavam o retorno de Getúlio Vargas, e aprovavam um acordo financeiro com os Estados Unidos para explorar o petróleo no Brasil, constituíram um grupo chamado Cruzada Democrática. Em desacordo com a campanha nacionalista realizada por meio da *Revista do Clube Militar*, esses oficiais divulgaram um manifesto censurando os artigos de cunho nacionalista publicados anonimamente na revista:

[...] “uma crise, fomentada principalmente por seu órgão de publicidade, criando para o Clube e para a Nação uma situação inquietante que não pode e não deve perdurar ou se repetir”. Essa crise fora ali criada por “elementos transviados” [...]. Pregava a proscrição, no Clube Militar, “de maneira absoluta”, do seguinte”: as atividades que afetem a Ordem e Segurança internas e os compromissos internacionais da Nação brasileira [...] (SODRÉ, 1987, p.98)

Em 1952, o grupo, também, chamado jocosamente de cruzada com os americanos fora eleito para comandar o Clube Militar. Em breve, Estillac Leal demitiu-se, Vargas não interferira nos acontecimentos referentes ao Clube. No mesmo ano, um novo pleito fora organizado para a eleição de uma nova diretoria, Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo representavam a Cruzada Democrática em oposição a Newton Estillac Leal, que terminou derrotado. Os oficiais que desejam votar em Estillac Leal foram presos e torturados pelos seus pares. A traumática experiência é narrada pela esposa de um oficial vítima da perseguição:

A esposa do major Leandro José de Figueiredo Júnior, aluno brilhante da Escola Militar e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, participante da Força Expedicionária Brasileira, em carta aos jornais contava: “Fui ao regimento e lá constatei que, de fato, meu marido se encontrava incomunicável e não só isso como em condições indignas e incompatíveis com o oficialato, além de desumanas. Em um quarto trancado a cadeado, com as janelas fechadas a prego, onde não entrava ar, a não ser pela bandeira da porta que dá para um corredor interno e onde não entrava sol de espécie alguma. Na porta, permanece um soldado armado e, para abertura do compartimento, foi preciso formar a guarda (três soldados) de acordo com as formalidades previstas para abrir o xadrez dos praças. [...] (SODRÉ, 1987, p. 113)

Getúlio Vargas tomou posse no dia 31 de janeiro de 1951. A promessa de não intervenção do exército ao longo da sua campanha e administração, claramente, não ocorreu. Ao substituir Estillac Leal pelo general anticomunista Zenóbio da Costa, explicitava o esforço em dominar a revolta dos militares contrários ao seu governo.

Conforme, SKIDMORE (1996) em 1950, o Brasil assinou um acordo com os Estados Unidos para a organização de uma comissão mista entre os dois países, para promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Entre os resultados dessa colaboração, nasceu, em 1952, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), além disso a comissão endossou os primeiros planos relativos as áreas de transporte e energia. Vargas oscilava entre um discurso contra a interferência estrangeira, porém em seus planos para a criação da Petrobrás era favorável ao uso do capital misto, todavia o Brasil ficaria com uma porcentagem maior de ações da empresa.

Para ser eleito Vargas se submeteu a diversas alianças, chegou a se associar a União Democrática Nacional (UDN) no estado de Pernambuco. Na presidência buscou aproximar-se da UDN, mas não obteve sucesso e, ainda, se indispôs com o PTB e PSD. O primeiro, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) estava insatisfeito com a renúncia do único membro do partido a ocupar uma pasta no governo o Ministério do Trabalho. Por sua vez, o Partido Social Democrático (PSD) não admitia perder a influência caso a UDN deixasse de ser oposição. As coalizões apresentaram sinais de desgaste quando:

[...] o PTB entrou em crise, fragmentado por disputas internas, e o PSD começou a divergir da aliança getulista nas votações, motivado por intermináveis disputas regionais. A UDN, por seu lado, soube usar o vento a favor, articulou-se com um punhado de pequenos partidos – o Partido Libertador, o Partido Republicano e o Partido Democrata Cristão –, formou-se um bloco oposicionista e passou a obstruir as iniciativas do governo. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.404)

Ademais, economicamente o governo anterior não obteve sucesso na economia e deixara o Brasil sem reservas cambiais. Os trabalhadores e a classe média começaram a conviver com o aumento da inflação e do custo de vida. Procurando uma solução, Getúlio

Vargas nomeou um novo Ministro do Trabalho, João Goulart e Osvaldo Aranha para o Ministério da Fazenda. A partir, dessas indicações o governo procurava minimizar os seguintes pontos:

[...] Os trabalhadores pediam aumentos de salários, para compensar a inflação, e os industriais pressionavam o governo no sentido de manter a política creditícia que havia possibilitado o extraordinário surto industrial, entre 1948 e 1952. As restrições de crédito e as limitadas fixações de salários atalhariam, portanto o apoio daqueles mesmos setores que Vargas procurava cortejar. (SKIDMORE, 1996, p.149-150)

De acordo com, (SCHWARCZ e STARLING, 2015) os trabalhadores não traíram Vargas, mas demonstraram o dissabor por meio das greves, inicialmente, 60 mil trabalhadores paulistas seguiram em protesto da Praça da Sé até o Executivo estadual. Além do mais, a Greve dos Trezentos Mil, “durou quase um mês e foi coordenada pelos cinco maiores sindicatos de São Paulo, têxtil, metalúrgico, gráficos, vidraceiros e marceneiros”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 404), meses depois os marítimos deflagraram greve no Rio de Janeiro:

A greve dos marítimos abrangeu cerca de 100 mil trabalhadores. Os sindicatos envolvidos solicitavam aumento salarial, melhora das condições de trabalho e o afastamento da diretoria da Federação dos Marítimos, acusada de vinculações com o Ministério do Trabalho. Esta última reivindicação vinha ao encontro dos objetivos de Getúlio, no sentido de substituir o ministro. (FAUSTO, 2001, p. 228)

Para manter o apoio dos trabalhadores Vargas contratara João Goulart, após as greves o Ministro do Trabalho reuniu-se com os representantes dos sindicatos no Palácio do Catete, nesse período Goulart conseguiu acalmar a situação. Porém, passou a ser alvo da União Democrática Nacional, dos militares contrários ao governo e do jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*. A proposta de aumentar o salário mínimo em 100% custaria a João Goulart a fama de socialista, comunista e defensor de uma “república socialista”. Por meio de um manifesto, nominado “Manifesto dos coronéis”:

[...] 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército entregaram um manifesto com críticas acerbas ao governo nas mãos de seus comandantes, e, estes, por sua vez, deram imediata divulgação ao documento, que passou a circular entre os parlamentares da UDN e os jornalistas da oposição”. [...] Acusava o governo Vargas de aceitar “o clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas” denunciava a crise de autoridade que atingia as Forças Armadas, ameaçava com o risco de desordens e reagia contra a proposta salarial de Jango, que, ao menos na opinião dos signatários, aumentava, e muito, o gasto com as contas públicas [...] (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p.406)

Ao saber do manifesto, Vargas demitiu o general e Ministro da Guerra Espírito Santo Cardoso e o Ministro do Trabalho João Goulart⁴⁷, mais uma vez, a posição do exército demandava atenção. Em contrapartida, competia ao Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha planejar um plano de recuperação econômica para o Brasil, fundamentado, inicialmente na restrição de crédito e no controle do câmbio:

“esses novos controles cambiais, anunciados desde janeiro de 1953, instaurava um sistema múltiplo de câmbio, que instituía uma escala móvel de desvalorização de fato. Esperava-se que as novas medidas corrigiriam o déficit do balanço do pagamento, tornando as exportações brasileiras mais acessíveis nos mercados mundiais e mais caras as importações, ao mesmo tempo que, através de taxas de câmbio diferenciais, não desencorajariam demasiadamente as importações consideradas essenciais à industrialização.[...] . (SKIDMORE, 1996, p.1996, p.151)

No entanto, sublinha Skidmore (1996, p. 151) “houve uma dificuldade inesperada. O ingresso do Brasil em maré econômica perigosa déficits no balanço de pagamentos e inflação persistentes”. Ademais, a ascensão de um governo republicano nos Estados Unidos encerra a Comissão mista entre Brasil e Estados Unidos. Uma das suas últimas ações foi garantir o aumento de 100% dos salários, instaurado o caos. Em 1954, Vargas faz um desabafo:

[...] “Agora vou dizer-vos como se sangravam as energias de trabalho do povo brasileiro” [...] Nação sem bancos, e investimentos no exterior, o Brasil só podia conseguir meio para compras no exterior com a venda de seus produtos nos mercados externos; quando a média dos valores por tonelada importada sobe sem proporção correspondente aos da tonelada exportada, a nação se debilita; ora, em 1951, os valores da importação haviam subido 50%, carregando para o exterior a subida muito menor dos da exportação; tudo isso era agravado pelo superfaturamento em moeda estrangeira, isto é, por caracterizada fraude. (SODRÉ, 1987, p.135)

A conjuntura desfavorável isolaria Vargas, por consequência os adversários reuniam forças para depor o governo. Um dos mais ferrenhos opositores, Carlos Lacerda sofre um atentado no Rio de Janeiro. Lacerda fora atingido no pé, entretanto estava na companhia do major Rubens Vaz, Aeronáutica, que faleceu. A notícia foi amplamente divulgada pela imprensa e Carlos Lacerda, oportunista, disseminou boatos de corrupção, empréstimos irregulares, troca de favores, entre outros. A investigação a respeito do atentado ficou sob a responsabilidade da Polícia Civil, todavia a Aeronáutica fez a sua própria averiguação. Os criminosos foram encontrados e revelaram o nome de quem havia encomendado o crime,

⁴⁷ [...] o ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, concedeu uma entrevista dando maior consistência às críticas da oposição. João Neves acusou o presidente e João Goulart de terem assinado um acordo secreto com a Argentina e o Chile com o objetivo de barrar a presença americana no Cone Sul do continente. A suposta aliança, especialmente com a Argentina de Perón, soava como mais um passo na instalação da “república sindicalista”. (FAUSTO, 2001, p.230)

Gregório Fortunato chefe da Guarda Presidencial⁴⁸. Fortunato e a documentação que dispunha referente ao governo conduziram a descobertas de diversas irregularidades, nenhuma ligava diretamente Vargas, todavia os atos de corrupção eram incontestáveis (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Vargas reuniu-se com os ministros que o aconselharam a renunciar, exceto Tancredo Neves, essa não era uma opção considerada pelo presidente. Intimado a comparecer no Galeão para prestar depoimento, Getúlio Vargas suicidou em 24 de agosto de 1954.

Diante do exposto, se pode constatar a presença frequente do exército na formação da sociedade brasileira. Embora, seja uma instituição fundamentada em hierarquia e disciplina observa-se a Força como um agente político, ultrapassando os muros da caserna. Após, a proclamação da república é possível estabelecer a relação de constituição do exército, paralelamente a ideia de nação, em comum o positivismo atuando como um amálgama propagandeado pelo militar Benjamin Constant. Concomitante, a busca de uma identidade, Brasil e exército são disputados por diferentes grupos de experiências igualmente opostas, dentre os conflitos a presença do oficial oriundo da Guerra do Paraguai, “tarimbeiro”, e os jovens oficiais que em grande maioria não estão no exército por escolha, mas imposição e desejam reformular aquela estrutura. O repúdio ao serviço militar pode ser pensado como um elemento que aproxima essa nova geração através de um ideal de transformação, a vida pessoal e profissional não estão desassociadas, tanto que os locais de moradias são divididos, a ideia de privacidade ou intimidade é praticamente inexistente, esse é um ponto para ser analisado no próximo capítulo. Contudo, laços de solidariedade são um estímulo para coexistir nesse espaço da caserna.

Verificamos durante o período cronológico abarcado inúmeros problemas referentes a disciplina e hierarquia, os movimentos dos “tenentes” em certa medida representam exatamente a quebra da norma, entretanto a luta que os motiva não se resumia apenas aquele grupo, obviamente que suas práticas não eram vistas por todos positivamente. Ainda assim, os envolvidos foram punidos, em alguns casos exonerados, no entanto anistiados retomam às suas carreiras, ou seja, a estrutura reprova o comportamento, mas acolhe o indivíduo. Os primeiros dois presidentes do Brasil apresentavam condutas distintas, mais uma vez, os favoráveis a Deodoro da Fonseca puderam desfrutar das suas promoções logo após a ascensão a presidência

⁴⁸ Essa é uma das versões sobre a participação de Gregório Fortunato, não há um consenso entre os historiadores a respeito.

do Marechal. Por sua vez, Floriano Peixoto agiu da mesma maneira quando assumiu o posto, entretanto fez jus ao cognome, “marechal de ferro” removendo do cargo de interventor todos que apoiaram o seu antecessor, todavia conforme McCANN (2004, p.52) “seu nome tornou-se sinônimo de nacionalismo brasileiro”. Essa memória nostálgica para seus admiradores e traumáticas aos inimigos, segundo Quartim de Moraes seria retomada na década de 20.

No que se refere, aos movimentos tenentistas como representantes dos princípios de uma classe média em ascensão ou como um grupo de orientação própria, cujo pensamento estaria em consonância com a demanda dessa parcela da população, se analisadas as origens sociais dos oficiais alistados no início da década de 1900 de acordo com os autores mencionados anteriormente a escassez de informações não possibilita tal afirmação, além do mais entre os maiores problemas na Força era atrair jovens para o serviço militar, devido às péssimas condições da vida nos quartéis e os soldos insuficientes. Desse modo, o recrutamento era realizado à força entre os excluídos socialmente. A morosidade para que a Lei de Serviço Militar Obrigatório fosse aplicada explicita a dificuldade na implementação e, principalmente de adeptos. Os debates em torno da proposta e sua promulgação iniciou em 1874, a lei foi assinada, por último, em 1908, mas o sorteio ocorreu no dia 10 de dezembro de 1916. Contudo, o exército continuou tendo dificuldades no processo de recrutamento, pois a maior parte dos alistados não apresentavam condições para compor a Força.

Em vista disso, pensar em um exército representando uma classe média nos parece um tanto distante da realidade demonstrada historiograficamente. A Revolução de 30 ocorreria em meio a intervenção militar, ou melhor, Pedro Aurélio de Góis Monteiro que aderiu e auxiliou Vargas a galgar a presidência. A conspiração havia sido organizada por políticos gaúchos, um dos emissários de Getúlio era Lindolfo Collor. Além deste, personagens de influência como, Osvaldo Aranha, Juárez Távora, Flores da Cunha, entre outros. Góes Monteiro nasceu em Alagoas, mas considerava-se gaúcho. De uma família extensa, seus irmãos ocuparam cargos na política. O futuro general e cargo de confiança do presidente Getúlio Vargas, era designado como um “legalista”, porém participou da conspiração que depôs Washington Luís e garantiu o governo a Vargas, ironicamente, a destituição de Getúlio partiria, também, da sua tomada de decisões. Frank McCann em “Soldados da Pátria” argumenta que a ascensão da governança varguista deve-se a fragmentação da república “café-com-leite”, a postura do exército seria um paliativo a crise, esse é o tipo de questão interminável, todavia Góis Monteiro recusou o oferecimento para candidatar-se a vice-presidente, mesmo sendo alguém engajado na política e tendo candidatado-se ao Senado pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947. Em suma, a

política varguista afastara-se dos princípios de Góis Monteiro cuja união com outros oficiais, por exemplo, Eurico Gaspar Dutra o levaria a sair do governo.

Por sua vez, Eurico Gaspar Dutra como estadista não apresentou uma agenda política de grande representatividade, aliás conseguiu acabar com as reservas cambiais do país. Nesse ínterim, a Clube Militar apresentava suas desconfianças quanto à política econômica, desconfianças e críticas difundidas amplamente na imprensa, além de uma população que na prática convivia com a alta dos preços e a carestia, por fim Vargas não havia se alinhado a classe média que buscava no futuro governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros e sua política de “limpar a vida pública” uma solução que Vargas não estava disposto a resolver. Vencido pela conjuntura, a sua última vaidade seria o suicídio.

Neste capítulo final, serão demonstrados os resultados obtidos a partir da aplicação do método prosopográfico ao *corpus* documental constituído a partir dos dados de cem oficiais do exército, elencados em cinco tabelas que buscam averiguar: data de nascimento, local de nascimento, filiação, cônjuge, escola de formação. Segunda tabela, ascensões às patentes e ano de cada promoção. Terceiro plano de trabalho, cargos ocupados e relação de subordinação, quarto plano de trabalho: acontecimentos elencados no capítulo anterior de que fizeram parte combatendo ou aderindo à proposta das causas (Tenentismo, Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 1932, repressão ao comunismo, repressão ao levante integralista e integrante da Cruzada Democrática).

Apoiados na premissa basilar da Força: hierarquia e disciplina pretendemos investigar fundamentados no tipo ideal, concebido por Max Weber os casos que fogem a norma estabelecida. Além disso, examinaremos questões de conflito em torno das memórias e retóricas holistas sob o enfoque de Joel Candau. A seguir analisaremos os conceitos desenvolvidos a fim de compreender a estrutura e o comportamento de seus agentes ao longo da constituição da república, já examinada no capítulo anterior.

5. Tipos de memórias e retórica holista: Abordando conceitos

A fim de compreender o desenvolvimento do conceito de memória a ser utilizado ao longo do capítulo, retomaremos o filósofo e diplomata Henri-Louis Bergson a partir da obra “*Matéria e Memória*” (1999), em seguida examinaremos a concepção de memória pensada em Maurice Halbwachs, sociólogo e ex-aluno de Bergson, em “*Memória coletiva*” (1990) e, por fim, “*Memória e identidade*” do antropólogo Joel Candau.

Henri Bergson trabalhou separadamente a ideia de matéria e espírito, afirmava que ambos tinham uma natureza distinta. Dessa maneira, o autor concebeu duas possibilidades diferentes de memória, a primeira decorreria do seguinte processo: o cérebro teria a função de transmitir os estímulos aos mecanismos sensórios motores estes conduziram tarefas como falar, correr, entre outros. Tarefas repetidas diariamente e que são automatizadas, ou seja, passam a ser conservadas no corpo, transformam-se em uma memória hábito. Todavia, essa lembrança não está armazenada no cérebro, ele é incumbido de atualizá-la. Essa diferenciação é feita porque o teórico defendia que a memória está contida no espírito. A memória hábito estaria intrinsecamente conectada ao “eu” superficial (especializado, automatizado, pragmático), preso às necessidades de sobrevivência e a vida social, *grosso modo*, uma memória corpórea.

Por conseguinte, existiria uma memória capaz de ser conservada inteiramente, assim o passado permaneceria de modo integral na memória dos indivíduos, porém não seria possível evoca-lo totalmente, só em partes. As imagens referentes ao passado estariam armazenadas no inconsciente do espírito humano. Para alcançar o passado ele deveria ser materializado em imagem no presente, saindo do seu estado de lembrança pura e intervindo no momento atual. Bergson Compreende a relação dos indivíduos com o passado a partir das seguintes premissas:

[...] Mas a verdade é que jamais atingiremos o passado se não nos colocarmos nele de saída. Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia [...]. (BERGSON, 1999, p. 158)

Em contrapartida, em relação ao presente o autor o estabelece como a união entre sensações e movimentos, assim “sensações e movimentos localizando-se em pontos determinados dessa extensão, só pode haver, a um momento dado, um único sistema de movimentos e de sensações. Por isso meu presente parece ser algo absolutamente determinado, e que incide sobre o meu passado”. (BERGSON, 1999, p. 152).

Maurice Halbwachs, ex-aluno de Bergson, aliou-se a Sociologia desenvolvida por Émile Durkheim. Diferentemente de seu primeiro mentor, Halbwachs compreendia que as imagens são representações realizadas pelo coletivo. As lembranças estariam apoiadas em um quadro social, exemplifica o autor:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p. 25)

A relação do indivíduo no grupo será determinante para despertar as suas lembranças, quanto mais próximo e inserido neste ele estiver, Halbwachs (1990, p.32) “esquecer um período de sua vida é perder o contato com aqueles que nos rodearam”. No entanto, são apontadas incongruências entre essa memória construída no interior dos grupos, Halbwachs:

[...] Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança [...]. (HALBWACHS, 1990, p.20)

Além disso, o sociólogo aponta à possibilidade dessas imagens serem reproduzidas erroneamente, embora ancoradas no interior de um grupo. Porém, o contrário é possível, ou seja, a reorientação e correção da lembrança a partir da narrativa do coletivo que, também, a incorporariam. A lembrança estaria relacionada a um estado de consciência puramente individual, “que – para distingui-lo das percepções onde entram tanto elementos do pensamento social – admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 1990, p. 37).

Dentre os elementos refutados na obra de Halbwachs será a não atenção aos conflitos e disputas entre memórias. Contudo, aponta à necessidade de que a identificação com a memória do grupo esteja em concordância com a do indivíduo, assim essas lembranças seriam reconstruídas sobre um argumento comum. Além disso, essa memória passaria por variações dependendo da posição e relação mantidas pelos indivíduos dentro do grupo (HALBWACHS, 1990).

Para compreender a reflexão acerca de uma memória coletiva fundamentada em um quadro social de memória, uma breve retomada as proposições concebidas por Émile Durkheim e Henri Bergson são inevitáveis, pois Maurice Halbwachs os utiliza para embasar seu trabalho. De acordo com, Cordeiro (2013) Durkheim ocupou-se da temática sobre memória em *As formas elementares*, associando os sonhos a memória:

[...] a ideia é a de que os sonhos mais se utilizam dos elementos da memória, como peças, para se construírem de acordo com sua intencionalidade específica do que eles teriam a capacidade de oferecer elementos à própria memória; eles não conseguiriam deixar na própria memória reminiscências significativas, isto pois ele simplesmente não consegue fazê-lo, tanto para Durkheim quanto para Halbwachs. Tal fraqueza se dá pela ausência de elementos sociais externos, isto é, pela presença coletiva que, de fato, (re) construiria a(s) memória(s) [...]. (CORDEIRO, 2013, p. 102, 103)

No que corresponde, aos acontecimentos que marcariam a memória do coletivo Durkheim ⁴⁹ distinguia os eventos de cunho passageiro ou extraordinários como passíveis de esquecimento, dado a sua efemeridade. Em contrapartida, Halbwachs se opõe a tal defesa e argumenta que os episódios ocorridos fora da agenda cotidiana do grupo são conservados de forma viva na memória (CORDEIRO, 2013). Ainda no campo das discordâncias, a ideia de um passado preservado na sua integralidade e evocado em partes pelos indivíduos, conforme acreditava Bergson, é refutada em *A memória coletiva*:

[...] Para nós, ao contrário, não subsistem, em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nos representamos de modo incompleto ou indistinto, ou que, até mesmo, cremos que provêm completamente de nossa memória [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 77)

Por fim, Halbwachs levará alguns referenciais construídos por Henri Bergson, às duas concepções de memória, ou seja, a memória hábito e a memória recordação que – através das imagens registraria todos os acontecimentos da vida do indivíduo – além disso, a compreensão bergsoniana sobre o tempo seria incorporada pelo sociólogo. Henri Bergson rompe com a concepção de um tempo fragmentado (anos, meses, dias...), para ele o tempo é duração, determinada pela continuidade e transformação.

A obra de Maurice Halbwachs foi consonante a do seu mentor Émile Durkheim, principalmente, na importância atribuída ao coletivo e a coesão desse grupo na constituição de uma memória, pode-se constatar que em parte o aluno avança em relação ao professor. Em contrapartida, conhecidas as diferenças, Henri Bergson e Halbwachs compartilhavam do mesmo pensamento crítico direcionado a psicologia que propunha uma explicação referente aos fenômenos da memória por meio de estudos científicos, além de sustentar que a linguagem aliada à razão seria capaz de compreender os diferentes estados da consciência.

Com o objetivo de, ampliar o horizonte do conceito de memória e seus desdobramentos o trabalho do antropólogo, Joel Candau em *Memória e identidade* (2001) torna-se uma fonte relevante à temática. Candau pondera que cada indivíduo dispõe de uma memória individual. Sendo assim, problematizou o entendimento do conceito de memória elaborado por Halbwachs, contradizendo a teoria de uma memória coletiva gerada a partir de um quadro

⁴⁹ [...] a vida cotidiana e suas formas de classificação seriam moldadas e garantidas pela *consciência coletiva* que, em outros momentos, pode ser entendida como *moral coletiva*. É neste sentido que a repetição da vida cotidiana baseada na consciência ou moral coletiva aponta para a ideia de tradição. Assim, moral e tradição poderiam ser compreendidas como elementos eminentemente constitutivos da memória. O meio social, a influência do grupo, interferiria ou mesmo conservaria as memórias. (CORDEIRO, 2013, p. 113)

social de memória. Em suma, recusou a ideia de que as memórias individuais e coletivas se interpenetrariam, esse é um ponto de tensão entre Candau e Maurice Halbswachs, pois o segundo não compreendia esses dois tipos de memória separadamente.

Joel Candau forjou a partir da obra do seu antecessor, Henri Bergson, a terminologia definida como memória de baixo nível nominada de protomemória que se apresenta sem a tomada de consciência dado o seu caráter imperceptível. Uma referência clara ao conceito de memória hábito⁵⁰, Candau (2011, p.22) “podemos dispor sob esse termo a memória procedural – a memória repetitiva ou memória - hábito de Bergson”. O antropólogo avança ao considerar o esquecimento como parte da memória de alto nível:

A memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sentimentos etc). (CANDAU, 2011, p. 23)

Ao se posicionar a favor da existência de uma memória individual o autor estabelece como metamemória a representação que cada indivíduo faz da sua memória (CANDAU, 2011). Na esteira das suas atribuições, Candau (2011, p. 23) “a protomemória e a memória de alto nível dependem diretamente da faculdade da memória. A metamória é uma representação relativa a essa faculdade”. (CANDAU, 2011, p. 23). É admissível relacionar as definições de reflexividade e mundanidade cunhadas por Paul Ricoeur como a capacidade de o indivíduo fazer uma reflexão interna alicerçada à sua memória, e no imaginário forjado pelas grandes culturas. Mundanidade seria a preocupação deste, sujeito, com o pensamento do outro. Dessa forma, essas duas dimensões estariam contempladas, incorporadas, no conceito de metamemória; fundamentado na representação de que o indivíduo faz sobre a sua memória. Por fim, a memória coletiva, também, segundo o antropólogo é uma forma de metamemória. Em relação ao conceito:

[...] Quando vários informantes afirmam recordar como eles acreditam que os outros recordam, a única coisa atestada é a metamemória, ou seja, eles acreditam se recordar da mesma maneira que os outros se recordam [...] a existência de um discurso metamemorial é um indicador precioso, revelador de uma relação particular que os membros de um grupo considerado mantêm com a representação que eles fazem da memória desse grupo, e, de outro lado, esse discurso pode ter efeitos performativos sobre essa memória, pois, retomado por outros membros, esse discurso pode reuni-los em sentimento de que a memória coletiva existe [...]. (CANDAU, 2011, p. 34)

⁵⁰ [...] “costumes introjetados no “espírito sem que neles se pense” ou se que disso se duvide, traços, marcas e condicionamentos constitutivos do *ethos* e mesmo alguns aspectos que jamais são verbalizados”. (CANDAU, 2011, p. 22)

A memória coletiva teria maiores chances de ser verificada em pequenos grupos, homogêneos, com uma identidade comum. Entretanto, o autor alerta para os equívocos entre memória e metamemória, assim irá pensar na conveniência do uso das retóricas holistas, todavia atenta para duas diferenças quanto às naturezas das representações:

[...] quando uma retórica holista remete a representações factuais supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, há uma forte probabilidade de que seu grau de pertinência seja elevado. Quando uma representação holista remete a representações semânticas supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, [...] há uma forte probabilidade para que seu grau de pertinência seja fraco ou nulo [...]. (CANDAU, 2011, 39)

Embora, faça essa ressalva e aponte os limites da análise a partir da retórica holista, admite a possibilidade do uso do conceito nas pesquisas direcionadas a grupos menores, observando os fatores internos e externos, CANDAU (2011, p.44) “(por exemplo, o carisma maior ou menor do líder do grupo ou a existência de condições que permitem que se constituam grandes categorias organizadoras de representações factuais e semânticas) e de fatores externos (frequência e intensidade da interação com outros grupos)”. A qualidade da retórica holista está vinculada a uma memória forte ou organizadora, descrita como uma memória massiva, coerente entre um grupo, podendo ser encontrada em coletivos de tamanhos diferentes, no entanto, ressalta Candau que a maior recorrência de uma memória forte é entre grupos menores.

Esses conceitos serão norteadores na análise do *corpus* documental, pois permitem compreender o modo como cada grupo ou indivíduo reagiu durante as transformações no interior da Força. A própria ideia de individualidade será averiguada, visto que os oficiais organizam toda a sua rotina em torno da caserna, inclusive, laços afetivos. Com base, nos resultados obtidos por meio do *corpus* documental serão averiguadas as transgressões as normas e como a estrutura respondia a tais atos. Dessa forma, o conceito de tipo ideal de Max Weber apontará os diferentes comportamentos de desobediência dos oficiais durante a carreira, assim, pode-se averiguar os pontos em que a estrutura torna-se flexível, mas evitando ser condescendente com aqueles que escapam às regras.

O conceito de tipo ideal em Weber está explicitado em “*A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*” (2006), grosso modo, o tipo ideal não se concretiza na realidade, ele atua como um modelo pensado na esfera das ideias. Sendo assim, criamos um *corpus* documental que estabelece a existência de um tipo ideal, modelo, de militar, a própria organização do banco de dados é um exemplo de tipo ideal. Nos próximos tópicos explicitaremos os modos como utilizamos a ideia.

5.1 *Corpus* documental: coleta, organização, sistematização e cruzamento dos dados

Esse trabalho teve como estímulo as inúmeras pesquisas direcionadas à compreensão do golpe civil militar de 1964, assim, foram examinadas diversas obras que abarcavam a temática entre elas o projeto *Visões do golpe*, da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Maria C. D' Araujo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro, o conteúdo das entrevistas dos militares atuantes no período de 64 revelavam diversas nuances a respeito de uma mesma instituição, claramente, alicerçada na heterogeneidade dos grupos que a compunham. Contudo, duas questões foram fundamentais para pensar na institucionalização do exército, primeiramente o tempo de carreira de cada depoente, era evidente a participação ativa ou passiva em acontecimentos em que o exército se fez presente, como: Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 1932, golpe do Estado Novo de 1937, entre outros. Além disso, os oficiais entrevistados recordavam episódios e nomes dos seus pares que não estavam entre os biografados pelo projeto.

A fim de compreender o histórico dos interlocutores e dos oficiais citados nos depoimentos pesquisamos o conteúdo do *Dicionário histórico biográfico-brasileiro pós-1930* (DHBB), que disponibiliza por meio dos seus verbetes a biografia de vários militares que construíram a história do exército. Assim, cada uma das páginas destinadas ao histórico desses indivíduos permitiu a ampliação dessa pesquisa. A consulta ao DHBB possibilitou a criação do *corpus* documental, bem como, a coleta, organização, sistematização e cruzamento dos dados a serem apresentados.

A princípio, chamou a atenção o tempo de carreira de um oficial integrante do exército brasileiro, mais que isso, a atuação profissional e ritualística dessa profissão. Ao alistar-se o indivíduo passa a ser um representante do exército e seu modo de estar no mundo compreende ao que foi instituído no seu ambiente de trabalho. Contudo, ser integrante da Força não o isola do contexto político, exatamente o contrário, os aspirantes a oficial que iniciaram suas carreiras em meados dos anos de 1900 submergiram em um contexto de institucionalização do exército e da construção da república, aliás, arquitetada em parte pelos militares.

A elaboração do *corpus* documental e a preferência pelo método prosopográfico viabilizaram uma análise capaz de generalizar sem abrir mão das singularidades. Por consequência, pretendemos responder de forma aprofundada as seguintes questões: Quais os elementos comuns entre os oficiais ingressantes no exército em meados de 1900? Como ocorria a ascensão às patentes? A que armas pertenciam, qual a escola de origem? Qual a relevância

das relações interpessoais? Debruçados sobre essas interrogações retomaremos os conceitos de memória e retórica holista, além do tipo ideal sob a óptica weberiana.

A construção do banco de dados deu-se a partir da análise da carreira de 100 aspirantes a oficial ⁵¹que avançaram até o alto escalão do exército. Assim, para acompanhar a trajetória desses homens foram elaboradas cinco tabelas com base no conteúdo disponível nas metafontes referidas acima. A primeira tabela corresponde aos dados de identificação: Nome, ano de nascimento, cidade de nascimento, estado de nascimento, filiação, profissão do pai e da mãe, cônjuge, nome da escola de formação e data do falecimento.

A segunda tabela especifica as patentes e datas das respectivas ascensões. O começo da carreira de um futuro oficial do exército inicia-se com o seu alistamento no exército, após a seleção da arma que irá atuar (artilharia, infantaria, cavalaria, engenharia, entre outras), após conforme o seu desempenho irá ascender hierarquicamente as seguintes patentes: segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, general-de-brigada, general-de-divisão, general-de-exército e marechal.

Por fim, as duas últimas irão referir-se a condecorações recebidas e a cargos e funções exercidas ao longo da profissão. Ao construir as tabelas de modo objetivo é possível observar as trajetórias que seguem um padrão, bem como carreiras desviantes do padrão serial o que permite definir esses como objetivos factíveis pela ilusão de racionalidade. Se as carreiras

⁵¹ Adyr Fiúza de Castro, Álvaro Fiúza de Castro, Albino Silva, André Trifino Correia, Anor Teixeira dos Santos, Antonio Bandeira, Amauri Kruel, Afonso Augusto Albuquerque Lima, Aurélio Lira Tavares, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Adalberto Pereira dos Santos, Alfredo Malan d'Angrogne, Alfredo Souto Malan, Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, Antônio José de Lima Câmara, Antero de Matos Filho, Artur Duarte Candal Fonseca, Artur da Costa e Silva, Ariel Paca da Fonseca, Augusto César de Castro Muniz de Aragão, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Antônio Carlos da Silva Murici, Álvaro Alves da Silva Braga, Benedito Olímpio da Silveira, Carlos Alberto da Fontoura, Carlos de Meira Mattos, Carlos Luís Guedes, Cyro Guedes Etchegoyen, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Canrobert Pereira da Costa, Delso Mendes da Fonseca, Dirceu de Araújo Nogueira, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Ênio Gouveia dos Santos, Euler Bentes Monteiro, Euclides Hermes da Fonseca, Ednardo D'Ávila Melo, Ernesto Geisel, Estêvão Leitão de Carvalho, Estênio Caio de Albuquerque Lima, Emílio Garrastazu Médici, Francisco Ramos de Andrade Neves, Francisco Gil Castelo Branco, Geraldo Alvarenga Navarro, Gilberto Marinho, Gustavo Moraes Rego Reis, Gustavo Cordeiro de Farias, Gregório Porto da Fonseca, Hastínfilo de Moura, Heraldo Tavares Alves, Hugo Abreu, Hugo Panasco Alvim, Humberto de Alencar Castelo Branco, Ismar de Góis Monteiro, Ivan Barros Ribeiro, Ivan de Sousa Mendes, Jaime Portela de Melo, Jefferson Cardim de Alencar Osório, José Luiz Coelho Netto, João Bina Machado, José Bina Machado, João Batista Mascarenhas de Moraes, José Luis Arnaldo Calderari, Joaquim Abreu Fonseca, José Joaquim de Andrade, João Batista de Oliveira Figueiredo, João Alberto Lins de Barros, José Caetano de Faria, Jurandir de Bizarria Mamede, Júlio Caetano Horta Barbosa, Júlio Perouse Pontes, Landri Sales Gonçalves, Léo Guedes Etchegoyen, Leonidas Pires Gonçalves, Leopoldo Néri da Fonseca Júnior nasceu, Mário Jorge da Fonseca Hermes, Mário Davi Andreazza, Mário Poppe de Figueiredo, Newton Cruz, Nestor Souto de Oliveira, Nemo Canabarro Lucas, Nestor Sezefredo dos Passos, Nilo Caneppe Silva, Osvino Ferreira Alves, Octávio Costa, Odílio Denis, Odon Bezerra Cavalcanti, Olímpio Falconière da Cunha, Orlando Geisel, Osvaldo Cordeiro de Farias, Oscar Luís da Silva, Olvaldo Vila Belo e Silva, Pantaleão da Silva Pessoa, Raimundo Rodrigues Barbosa, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Rubens Bayma Denis, Salvador César Obino, Siseno Sarmiento, Tasso de Oliveira Tinoco.

fossem racionais (tal como descrito por normas), não haveria chances para fugir às regras. Em suma, o banco de dados viabiliza a análise dos dois padrões de comportamento, que indicam relações tradicionais, carismáticas e racionais legais que, também, são tipos ideais.

Na esteira da concepção de um tipo ideal de militar para representar o exército, conforme Castro (2000) a disputa aconteceu entre os admiradores de Manuel Luís Osório e de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. O primeiro venerado como herói da Batalha do Tuiuti, um dos episódios de maior destaque da Guerra do Paraguai, a data era celebrada junto à sua estátua, “comemorava-se o 24 de Maio também em unidades militares espalhadas por todo o país. Os jornais muitas vezes referiam-se à data como “O Dia do Exército” ou “A Festa do Exército”.” (CASTRO, 2002, p. 105). Embora, referência entre os jovens aspirantes, durante quatro décadas, a partir de 1923 quem passou a ser um tipo ideal de soldado foi Caxias, tanto que a data de seu nascimento, 25 de agosto, tornou-se o dia de celebração do “Dia do Soldado”. Ainda, nesse ano, Caxias foi “patrono”⁵² de uma das turmas recém- formadas na Escola Militar do Realengo (CASTRO, 2000).

Em “*Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro*” Celso Castro argumenta que a exaltação a Caxias deve-se a “até 1930, o objetivo a ser alcançado, no plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas” (CASTRO, 2002, p. 107). O autor ainda atenta para as discórdias na seleção de Caxias como patrono do exército e o “esquecimento” a Osório. Além de ser uma questão de modernização da Força e sua busca por um novo símbolo, essa mudança pode ser analisada com base nas disputas em torno da memória, posto que havia discordâncias em tal predileção, ambos eram reconhecidos pelos seus préstimos ao exército. No entanto, a memória construída em torno de Caxias prestava-se a construção de um novo modelo ao exército que nas décadas de 1920 e 1930 se via fragmentado:

A partir de 1930, uma mudança importante ocorre no conteúdo das mensagens veiculadas em relação a Caxias e ao Dia do Soldado. Não se enfatiza mais em primeiro lugar a legalidade e a disciplina, e sim a fusão do Exército com a Nação, tendo como ponto focal Caxias, apresentado como o maior lutador pela unidade e integridade da Pátria. (CASTRO, 2002, p. 108)

⁵² O termo “patrono” não existia, até então, na tradição militar brasileira. A inspiração francesa para essa nova “tradição” encontrou, no entanto, terreno propício para vingar devido à admiração que então se tinha pela cultura militar francesa, vitoriosa na Primeira Guerra Mundial. (CASTRO, 2002, p. 106).

Um dos principais idealizadores da proposta do culto a Caxias fora o Ministro do Exército Setembrino de Carvalho, gaúcho, participou do combate aos revoltosos do Contestado, era contrário ao movimento dos tenentes, consequentemente abominado pelo grupo. O posto de ministro e seu histórico militar certamente influenciaram os seus pares na criação da “festa de Caxias”, a ideia do festejo teve origem no Instituto Geográfico Brasileiro, mas o incentivo do ministro e a sua identificação com Caxias é evidente, conforme o seu aviso 443º:

Senhor chefe do Departamento do Pessoal da Guerra. Convindo, para servir ao culto das nossas tradições, que, a exemplo do que se pratica com Osório e Barroso, se renda, cada ano, ao duque de Caxias a homenagem da nossa veneração, resolvi se realize hoje, data natalícia desse glorioso general, uma formatura de tropas do Exército, às quais se hão de reunir destacamentos da Marinha e da Brigada Policial, no terreno adjacente à sua estátua. E nenhuma ocasião é mais propícia do que esta, para instituir, como ora o faço, com o caráter permanente, a festa de Caxias, que se efetuará no dia 25 de agosto. (CASTRO, 2002, p. 105, 106)

O 25 de agosto pode ser interpretado a partir de uma retórica holista no momento em que a primeira turma a concluir o curso na Escola Militar do Realengo, em 1923, sob influência francesa adotou um padrinho, posto inexistente no exército. Não seria ao acaso a preferência a Caxias. Ademais, era uma turma não vinculada ao movimento tenentista do ano anterior, que havia provocado à expulsão da maior parte dos alunos de 1922, ou seja, uma memória utilizada para apaziguar e afastar os jovens oficiais do cenário político.

O exército tem como tradição a homenagem a oficiais cujo histórico é considerado um exemplo à tropa. São destaques: Antônio de Sampaio (1810-1866) patrono da arma de infantaria teve participação em diversos conflitos (Cabanagem, Balaiada, Guerra da Tríplice Aliança, entre outros), Emilio Mallet é patrono da arma de artilharia, João Carlos Villagran Cabrita da arma de engenharia. Por fim, uma mulher mereceu reconhecimento pela sua atuação, Maria Quitéria lutou pela independência do Brasil em 1822, ocupa o posto de Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Esses são exemplos de um investimento e manutenção de memórias de indivíduos que representam uma conduta a ser seguida. Uma das características da Força é a criação de memória e a perpetuação da memória de seus agentes, pode-se constatar essa postura a partir do nome de ruas, escolas e praças identificadas pelo nome de oficiais. Segundo, Pierre Nora em *“Entre memória e História”* (1993):

Os lugares de memória, são antes de tudo restos, a forma extrema onde subsistem uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização do nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é

preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.12,13)

Essa tendência em legitimar os seus feitos vai além de uma prática interna, as estreitas relações do estado brasileiro e do exército asseguram que a Força possa moldar a memória como desejarem. Fazendo com que a memória seja utilizada conforme os seus interesses, consequentemente os motivos de perpetuação dessas memórias não são puros ou casuais. Mais uma vez, o exército atua como um agente em negociação.

A recorrência de manifestações políticas no interior das escolas é uma constante ao longo das décadas, local de ensino, mas de encontros e formação de grupos com diversos interesses. A Escola Militar da Praia Vermelha teve sua origem no período monárquico Carvalho (1997, p.195) “esta escola evoluiu da Academia Real Militar de 1810, que se bipartiu, em 1858, para separar a parte de engenharia civil do ensino propriamente dito”. No entanto, o ensino era direcionado a matemática, filosofia e letras, após o fim da Guerra do Paraguai a escola tinha o professor e positivista Benjamin Constant. No ínterim de 1904 até 1911 a Escola da Praia Vermelha esteve fechada devido a revoltas internas, assim os alunos foram transferidos a Escola de Guerra de Porto Alegre, somente em 1911 retomou as atividades no Rio de Janeiro, no Realengo (CARVALHO, 1997). De acordo, com a tabela organizada com base nos dados de cem oficiais é possível saber a data e quais foram os aspirantes que compartilharam o espaço da escola Militar da Praia Vermelha e, posterior mente, da Escola Militar do Realengo.

Quadro 1: Escola de formação e Data anterior ao posto de oficial

Nome	Escola de Formação	Aspirante (ANO)
José Luiz Coelho Netto	Escola Militar do Realengo	Não consta
Tasso de Oliveira Tinoco	Escola Militar do Realengo	Não consta
José Caetano de Faria	Escola Militar da Praia Vermelha	1868
Alfredo Malan d'Angrogne	Escola Militar da Praia Vermelha	1890
Raimundo Rodrigues Barbosa	Escola Militar da Praia Vermelha	1890
Benedito Olímpio da Silveira	Escola Militar da Praia Vermelha	1893
Júlio Caetano Horta Barbosa	Escola Militar da Praia Vermelha	1897
Estêvão Leitão de Carvalho	Escola Militar da Praia Vermelha	1898
Leopoldo Néri da Fonseca Júnior	Escola Militar do Realengo	1901
Anor Teixeira dos Santos	Escola Militar do Realengo	1906
Álvaro Fiúza de Castro	Escola Militar do Realengo	1907
Gustavo Cordeiro de Farias	Escola Militar do Realengo	1911
Antônio José de Lima Câmara	Escola Militar do Realengo	1912
Odílio Denis	Escola Militar do Realengo	1912

Nome	Escola de Formação	Aspirante (ANO)
.Olimpio Falconière da Cunha	Escola Militar do Realengo	1912
Ciro do Espírito Santo Cardoso	Escola Militar do Realengo	1915
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso	Escola Militar do Realengo	1915
Osvino Ferreira Alves	Escola Militar do Realengo	1915
José Bina Machado	Escola Militar do Realengo	1916
Nestor Souto de Oliveira	Escola Militar do Realengo	1917
Osvaldo Cordeiro de Farias	Escola Militar do Realengo	1917
Amauri Kruel	Escola Militar do Realengo	1918
Antero de Matos Filho	Escola Militar do Realengo	1918
Artur da Costa e Silva	Escola Militar do Realengo	1918
Humberto de Alencar Castelo Branco	Escola Militar do Realengo	1918
Júlio Perouse Pontes	Escola Militar do Realengo	1918
Hugo Panasco Alvim	Escola Militar do Realengo	1919
João Alberto Lins de Barros	Escola Militar do Realengo	1919
Augusto César de Castro Muniz de Aragão	Escola Militar do Realengo	1922
Landri Sales Gonçalves	Escola Militar do Realengo	1922
Mário Poppe de Figueiredo	Escola Militar do Realengo	1922
Odon Bezerra Cavalcanti	Escola Militar do Realengo	1922
Antônio Carlos da Silva Murici	Escola Militar do Realengo	1923
Aurélio Lira Tavares	Escola Militar do Realengo	1923
Carlos Luís Guedes	Escola Militar do Realengo	1923
Jurandir de Bizarria Mamede	Escola Militar do Realengo	1923
Orlando Geisel	Escola Militar do Realengo	1923
Siseno Sarmento	Escola Militar do Realengo	1923
Adalberto Pereira dos Santos	Escola Militar do Realengo	1924
Alfredo Souto Malan	Escola Militar do Realengo	1924
Emílio Garrastazu Médici	Escola Militar do Realengo	1924
Ismar de Góis Monteiro	Escola Militar do Realengo	1924
Artur Duarte Candal Fonseca	Escola Militar do Realengo	1925
Ernesto Geisel	Escola Militar do Realengo	1925
Gilberto Marinho	Escola Militar do Realengo	1925
João Bina Machado	Escola Militar do Realengo	1926
Afonso Augusto Albuquerque Lima	Escola Militar do Realengo	1927
Albino Silva	Escola Militar do Realengo	1927
Jefferson Cardim de Alencar Osório	Escola Militar do Realengo	1930
Oscar Luís da Silva	Escola Militar do Realengo	1930
Carlos Alberto da Fontoura	Escola Militar do Realengo	1931
Dirceu de Araújo Nogueira	Escola Militar do Realengo	1931
José Luis Arnaldo Calderari	Escola Militar do Realengo	1931
Ariel Paca da Fonseca	Escola Militar do Realengo	1932
Carlos de Meira Mattos	Escola Militar do Realengo	1933
Euler Bentes Monteiro	Escola Militar do Realengo	1933
Antonio Bandeira	Escola Militar do Realengo	1934
Geraldo Alvarenga Navarro	Escola Militar do Realengo	1934
Hugo Abreu	Escola Militar do Realengo	1934
João Batista de Oliveira Figueiredo	Escola Militar do Realengo	1935
Ênio Gouveia dos Santos	Escola Militar do Realengo	1936

Nome	Escola de Formação	Aspirante (ANO)
Adyr Fiúza de Castro	Escola Militar do Realengo	1938
Heraldo Tavares Alves	Escola Militar do Realengo	1938
Mário Davi Andreazza	Escola Militar do Realengo	1938
Gustavo Moraes Rego Reis	Escola Militar do Realengo	1939
Leônidas Pires Gonçalves	Escola Militar do Realengo	1939
Ivan de Sousa Mendes	Escola Militar do Realengo	1940
Joaquim Abreu Fonseca	Escola Militar do Realengo	1942

Quadro elaborado pela autora

O *corpus* documental é um exemplo de tipo ideal, ao ser estabelecido os diversos critérios a serem acrescentados (nome, filiação, data de nascimento, estado de nascimento, entre outros) idealizamos o preenchimento de todos os campos, entretanto, conforme a premissa básica do tipo ideal weberiano ao transpor o banco de dados para a realidade não foi possível completar todos os campos. A tabela acima exemplifica tal conjuntura, do grupo de 68%, cursaram a Escola Militar do Realengo 91, 2% (62 aspirantes) e 8, 8% (6 aspirantes) frequentaram a Escola Militar da Praia Vermelha. Do total, do *corpus* não se obteve a origem da formação ou cursaram diferentes instituições 32% (32 aspirantes).

Fazer parte da mesma instituição de ensino significa estar submetido aos mesmos princípios da escola, nesse caso ao processo de décadas de institucionalização do exército. A vida dos praças e a relação com os oficiais é explorada em “*Soldados da pátria*” (2004) , o recrutamento forçado impunha aos oficiais lidar com o desgosto e falta de preparação dos soldados, para impor a disciplina o uso da violência era recorrente , aliás, alguns soldados chegaram ao suicídio devido ao contexto de coação:

Quando o comandante julgava que determinada infração disciplinar merecia uma surra, não se dava ao trabalho de convocar um tribunal ou redigir um relatório. Formava a tropa em um retângulo no pátio do quartel, ordenava ao infrator que tirasse a camisa e, com a banda da unidade tocando marchas para abafar os gritos, mandava que lhe dessem uma surra de espada flexível ou vara. Em 1909 o 8º Regimento de Infantaria em Cruz Alta, Rio grande do Sul, mantinha em exibição permanente centenas de varas de marmelo na sala do oficial de dia para incentivar a disciplina. [...] (MCCANN, 2004, p. 112)

A violência e o cerceamento a liberdade dos indivíduos é um costume de longa data no exército, vide a década de 1950 com a prisão de oficiais que tentavam votar no candidato a presidente do Clube Militar Estillac Leal. Em Beattie (2004) “*Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas Brasileiras (1860-1930)*”, o historiador construiu o texto referido apoiado na obra *Bom crioulo* de Adolfo Caminha, cujo conteúdo é trabalhado junto de 19 casos de inquéritos militares sobre sodomia na Marinha e Exército (BEATTIE, 2004). O ato sexual entre pessoas de mesmo sexo era considerado imoral, contudo

“A maioria dos brasileiros categorizava seu conceito de sexo entre homens em termos de honra. Os indivíduos não eram nem homossexuais nem heterossexuais *per se*. A “ofensa” legal se originava de um ato imoral, mais que de uma identidade abstrata formada por uma preferência sexual”. (BEATTIE, 2004, p.?). Referente a posição de subalternidade :

A identificação sexual brasileira refletia uma crença numa hierarquia em que penetradores dominavam os penetrados. A vergonha era principalmente dos parceiros passivos, enquanto os parceiros ativos muitas vezes se gabavam de conquistas sexuais ilícitas como prova de virilidade. Nem todos (incluindo muitos praças) enxergavam a sexualidade dessa forma, mas parece ter sido um entendimento social predominante em todos os níveis da sociedade (e ainda continua sendo no Brasil e na América Espanhola). (BEATTIE, 2004, p.?)

Ainda que, não seja objetivo aprofundar questões de gênero a violação dos corpos no exército é uma pauta frequente, não se pode renegar que a violência sexual retrata uma relação de hierarquia, ou melhor, de submissão entre penetrado e penetrador. Amparados na hierarquia e na disciplina são cometidos atos de toda a ordem. Ademais, a vítima do abuso passa a ser identificada como alguém que perdeu a sua honra.

De acordo com, Beattie (2004) o código militar alicerçado nas normas acordadas pelo conde de Lippe não mencionava uma punição para a prática da sodomia, todavia a lei civil aplicada no Império e no período republicano criminalizava como estupro a atividade sexual com menores de 16 anos. Quem fosse coagido a manter relações sexuais poderia denunciar o caso ao Tribunal Militar que julgaria o caso, porém a exposição da vítima dificultava a denúncia (BEATTIE, 2004). Ainda que o caso fosse levado ao Tribunal Militar:

As exigências de provas tornavam a sodomia difícil mas não impossível de provar. De 1870 a 1925 os relatórios anuais do Ministério da Guerra registraram 79 cortes marciais por ofensas sexuais. Mais de um terço das sentenças que se conhecem resultaram em condenações (algumas para oficiais). (BEATTIE, 2004, p.?)

A respeito da normatização dos castigos físicos não encontramos explicitamente os tipos de comportamentos que levariam a aplicação das punições, no entanto dos referenciais bibliográficos abordados e da construção do *corpus* documental constata-se que os vínculos⁵³ pessoais e profissionais estavam interligados, conforme (MCCANN, 2004) no início das décadas de 1900, os soldados organizavam as suas vidas em torno dos quartéis, tanto que em casos de desentendimentos ou brigas domésticas os oficiais tinham de interferir.

⁵³ O exército refletia o caráter patriarcal da sociedade brasileira. Os soldados tinham com seus oficiais, muitos dos quais passaram longos anos no mesmo posto, uma relação não muito diferente da que existia entre o fazendeiro e seus peões. (MACCANN, 2004, p. 117)

Quadro 2: Aspirantes a oficial antes de 1900

Nome	Aspirante	Nome do Pai	Profissão pai	Ano de falecimento
Júlio Caetano Horta Barbosa	1897	José Caetano Horta Barbosa	Engenheiro	1965
Raimundo Rodrigues Barbosa	1890			1932
Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso	1884	Felicíssimo Espírito Santo Cardoso		1947
José Joaquim de Andrade	1896	Joaquim José de Andrade		1940
Alfredo Malan d'Angrogne	1890	João Pedro (Gian Pietro)	Professor	1932
Benedito Olímpio da Silveira	1893			1935
José Caetano de Faria	1868			1936
Estêvão Leitão de Carvalho	1898	Francisco Leitão de Carvalho		1970
Francisco Ramos de Andrade Neves	1889			1951
Gregório Porto da Fonseca	1896	Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo		
Nestor Sezefredo dos Passos	1888	José Filipe dos Passos		1941
Hastínfilo de Moura	1885	João Ribeiro de Moura		1956

Quadro elaborado pela autora

O conjunto de informações exposto acima inclui os seis oficiais alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, todavia a tabela especifica os nomes dos indivíduos que estavam presentes na caserna até o ano de 1900, ou seja, 12 % do *corpus*. Observando o campo aspirante e data de falecimento aferimos o quão longeva é a atuação desses homens, mesmo conduzidos à reserva ser militar transcende os muros dos quartéis. Além disso, todos estavam na ativa durante o movimento tenentista, Revolução de 30 e Revolução Constitucionalista de 32. Desses posicionaram-se em favor da Revolução de 30: Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Alfredo Malan d'Angrogne e Hastínfilo de Moura. Os únicos a apoiarem a Revolução Constitucionalista de 32: José Joaquim de Andrade e Estêvão Leitão de Carvalho.

Um breve histórico a respeito da carreira de alguns desses oficiais retrata a tradição mantida no exército até os dias atuais, isto é, intervenção de cunho político. Júlio Caetano Horta Barbosa esteve entre o grupo de aquartelados que se rebelou contra a vacinação obrigatória, inclusive chegou a ser expulso da Força por esse motivo. José Joaquim de Andrade combateu os revoltosos do Contestado e os responsáveis pela deflagração da Revolta da Chibata, curiosamente, formou-se em medicina enquanto oficial do exército. Em contra partida, Alfredo Malan d'Angrogne fora punido por se rebelar contra o governo deodorista, oposto a ele Benedito Olímpio da Silveira recebeu advertência pela sua postura anti florianista. O general José Caetano de Faria presidiu o Clube Militar em 1908 e 1910, ainda recebeu a promoção de chefe do Estado-Maior com apoio do então presidente Hermes da Fonseca. Essa pequena

amostra constituída por aspirantes a oficial antes da década de 1900 preanuncia a postura da Força no decorrer da formação da república e da institucionalização do exército.

Referente ao coletivo explorado participaram do movimento tenentista 15%: Amauri Kruehl, Afonso Albuquerque de Lima, Alfredo Augusto Ribeiro Jr., André Triffino Corrêa, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, João Alberto Lins de Barros, Jurandir Bizarria Mamede, Landri Sales Gonçalves, Leopoldo Néri da Fonseca, Mário Poppe Figueiredo, Nestor Sezefredo dos Passos, Odon Bezerra Cavalcanti, Olímpio Falconiére da Cunha, Osvaldo Cordeiro de Farias e Tasso de Oliveira Tinoco.

Dos oficiais de cada estado constatou-se que 31 % nasceram no Rio Grande do Sul e 27% no Rio de Janeiro. Das outras regiões 7 % no Paraná, 5% no Ceará, 3 % (São Paulo, Alagoas, Minas Gerais), 2 % (Paraíba e Pernambuco), por fim 1 % (Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas e Bahia). Do *corpus* 20% integravam a arma de Infantaria⁵⁴, 16 % a arma de Cavalaria⁵⁵, 18% a Artilharia⁵⁶ e 19% a arma de engenharia⁵⁷.

É expressivo o número de oficiais de origem gaúcha e carioca no exército, dois pontos estratégicos o Rio Grande do Sul como um estado de fronteira e o Rio de Janeiro Distrito Federal. Em entrevista concedida no livro “*Ernesto Geisel*” (1998), o general rememora a vida na Escola Militar do Realengo e comenta a presença dos paulistas no exército “os paulistas só começaram a ir para a Escola depois da Revolução de 32, quando sentiram que lhes faltava maior penetração no Exército” (CASTRO, D’ARAÚJO, 1998).

Geisel afirma que a rede de relações se dava entre colegas da mesma turma, assim conforme a Tabela 1, Amauri Kruehl, Antero de Matos, Artur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Júlio Perouse Pontes tornaram-se aspirantes no mesmo ano, 1918. No ano de 1923, os aspirantes foram Antônio Carlos da Silva Murici, Aurélio Lira Tavares, Carlos

⁵⁴ Antonio Bandeira, Carlos de Meira Mattos, Geraldo Alvarenga Navarro, Sisenio Sarmento, Nestor Souto de Oliveira, João Bina Machado, Jurandir de Bizarria Mamede, Ednardo D’ávila Melo, Hugo Abreu, Rubens Bayma Denys, Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Álvaro Alves da Silva Braga, Júlio Perouse Fontes, José Joaquim de Andrade, Estevão Leitão de Carvalho, André Triffino Correia, Mário Davi Andreazza e Ismar de Góis Monteiro.

⁵⁵ Ênio Gouveia dos Santos, Gustavo Moraes Rego Reis, Amauri Kruehl, Mário Poppe de Figueiredo, José Luis Arnaldo Calderari, Emílio Garrastazu Médici, João Batista de Oliveira Figueiredo, Adalberto Pereira dos Santos, Augusto César Muniz de Aragão, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Nilo Caneppe Silva, Heraldo Tavares Alves, Alfredo Malan d’Angrogne, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso e Francisco Ramos de Andrade Neves.

⁵⁶ Adyr Fiúza de Castro, Leônidas Pires Gonçalves, Jaime Portela de Melo, José Bina Machado, Osvino Ferreira Alves, Osvaldo Cordeiro de Farias, Newton Cruz, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Antonio Carlos Murici, Canrobert Pereira da Costa, Anor Teixeira dos Santos, Ariel Paca da Fonseca, Delso Mendes da Fonseca, Jeferson Cardin de Alencar Osório, João Alberto de Lins Barros e Joaquim Abreu da Fonseca.

⁵⁷ Ivan de Souza Mendes, Afonso Albuquerque de Lima, Albino Silva, Euler Bentes Monteiro, Aurélio Lira Tavares, Dirceu de Araújo Nogueira, Gilberto Marinho, Júlio Caetano Horta Barbosa, Rodrigo Otávio Jordão dos Ramos, Alfredo Souto Malan, Artur Duarte Candal Fonseca, Olímpio Falconiére da Cunha e Hastínfilo de Moura.

Luís Guedes, Jurandir de Bizarria Mamede, Orlando Geisel, Siseno Sarmento. Averiguando os pontos comuns entre essas duas turmas, inicialmente a participação política de nomes já conhecidos na historiografia, dos onze, nove participaram efetivamente da Revolução de 1930, não consta informações a respeito de Humberto Castelo Branco e Aurélio Lira Tavares.

Alguns encontros ocorreram antes da convivência na mesma instituição de ensino, por exemplo Castelo Branco tornou-se aluno, inicialmente, na Escola Militar de Porto Alegre e estendeu relações com os irmãos e militares Amauri Krueel e Riograndino Krueel, Alcides Guedes Etchegoyen e Néelson Guedes Etchegoyen, também conheceu Artur da Costa e Silva (ABREU, et al., 2001). Entretanto, seria na Escola Militar do Realengo que Castelo Branco encontraria um dos seus desafetos, Henrique Teixeira Lott.

O mineiro Henrique Teixeira Lott era aspirante a oficial em 1914. Participou da Missão indígena com Odylio Denis e Olimpio Falconière, 9 anos depois, foi instrutor de Costa e Silva e de Castelo Branco (WILLIAM, 2006). A rivalidade entre professor e ex aluno:

Na Escola de Aperfeiçoamento, teve como colega de turma o antigo aluno Castello Branco, que fora catapultado a essa condição graças às inúmeras prisões dos oficiais ligados ao movimento de 1922. [...] Lott era mais antigo que Castello, fora seu instrutor no Realengo e o fez cavar muita trincheira. Essa primazia de Lott sobre Castello nunca seria aceita pelo ex aluno. Na EsAO, Lott aprendeu táticas, estudos de estratégia e doutrinas militares, e a organizar exercícios de combate. Percebia também que a influência alemã, desde a derrota na Primeira Guerra, deixara de inspirar o Exército. (WILLIAM, 2006, p.34)

Wagner William em *“O Soldado absoluto”* salienta o posicionamento legalista de Castelo Branco e Lott, ambos, não participaram do movimento tenentista, Revolução de 1930 e mantinham-se a favor do governo. No entanto, Castelo Branco, futuramente, seria um ditador. Em contra partida, Henrique Teixeira Lott ⁵⁸sofrerá as consequências por seguir o caminho da legalidade, desencadeada a Revolução de 30 garantiu que a unidade sob o seu comando não se sublevar-se. De acordo com, William (2006, p. 36) “com a vitória da revolução e a consequente chegada de Getúlio Vargas ao poder, Lott manteve-se sua posição de neutralidade e pediu demissão. Iria tomar “duas caronas” na promoção para major e para tenente-coronel”. Assim sendo, o costume de promover oficiais que apoiavam o governante da situação era mantido, ou seja, mais uma vez, a norma era quebrada, em dez anos foi promovido somente duas vezes. A cerca das normas, a subjetividade era uma constante, por exemplo, a ideia de promoção por merecimento:

⁵⁸ Ganhou um apelido que lhe soava como elogio: “Caxias”, figura histórica que mais admirava. Sua rigidez não lhe permitia entender como problemas pessoais poderiam interferir na vida da caserna. Nunca levantava a voz para punir, e fez com que o índice de punições diminuísse. Era um oficial diferente que amava o que fazia. Jamais deixou escapar um palavrão, seja na presença da família ou nos quartéis. (WILLIAM, 2006, p.41)

Um modo tal que a vida do oficial, ao invés de ser avaliada com base em um critério vago, se enquadrasse em aspectos objetivos: curso da escola, notas, funções com destaque, participação em combate, elogio por bravura. Tudo isso valia pontos. Depois fazia-se a soma desses pontos para cada um dos oficiais e, de acordo com o resultado dessa soma, os oficiais eram classificados. Durante o tempo em que fui ministro procedi assim e propus ao presidente da república que não modificasse a ordem em que os oficiais eram apresentados, resultando que durante minha passagem pelo Ministério da Guerra os oficiais do quadro de acesso de merecimento eram promovidos na ordem proposta. (WILLIAM, 2006, p. 62 apud LOTT, 2002).

Lott teve sua persuasão desafiada no que tange ao cumprimento do regulamento. O ano era 1954, parte dos oficiais estavam receosos com a possibilidade de uma conspiração interna para impor um militar como presidente do Brasil. Em correspondência endereçada a Café Filho, os signatários declaravam sua oposição a um governo administrado por um militar, Teixeira Lott estava entre os assinantes. Esse modo de comunicação e formação de grupos que pleiteavam junto ao presidente era prática comum, além de reuniões nas casas de oficiais de alta patente para pensar o contexto político nacional. Logo, as negociações não estavam restritas a espaços como o Clube Militar, Clube 3 de outubro ou a Escola Superior de Guerra.

Teixeira Lott suspeitava de um plano conspiratório que lançaria um militar ao posto de presidente, estava correto, dos possíveis indicados estava Canrobert Pereira da Costa. Em 1937, designado Chefe do gabinete do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, após dois anos tornou-se Chefe de gabinete do Estado Maior do Exército, em 1943, foi Secretário Geral do Ministério da Guerra Eurico Gaspar Dutra, após esse posto, foi Ministro do Ministério da Guerra. O oficial ascendeu à patente de general de brigada em maio de 1942 e fora promovido a general de divisão em agosto de 1945, ou seja, pouco tempo se comparada a data de promoção de Antônio José de Lima Câmara, general de brigada em setembro de 1946, e elevado ao posto de general de divisão em setembro de 1952.

Canrobert Pereira da Costa foi acometido por um câncer e faleceu antes da indicação, apesar disso sua memória fora utilizada com maestria por Jurandir Bizarria Mamede, aproveitando o velório de Canrobert, o coronel que havia participado da organização da Escola Superior de Guerra em 1948, sob o comando do general Osvaldo Cordeiro de Farias, discursou:

[...] pouco importa, afinal, se hajam exibidos hipocritamente escandalizados, ante a justeza de tuas palavras, os maiores interessados na perpetuação dessa “mentira democrática” que tão bem conhecem e exploram, e da “pseudolegalidade imoral e corrompida”, em que buscam justificativa fácil para os seus apetites de poder e mando. Não será por acaso indiscutível mentira democrática, um regime um regime presidencial que, dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da nação, uma vitória da minoria? (WILLIAM, 2006, p. 102)

João Batista de Oliveira Figueiredo	2	1	2	4	9	5	6	5	10				34
João Batista Mascarenhas de Moraes			6	5	5	5			5				21
João Bina Machado	4	0	1	6	8	6	4	9	2	4			38
Joaquim Abreu Fonseca	2	1	2	3	5	9	4	9					35
José Bina Machado	2	1	2	2	11	6	3	5			0		32
José Caetano de Faria	7	3			7	3	8	3	0				31
José Joaquim de Andrade	9	2	7	5	6			4	3	15			33
José Luis Arnaldo Calderari	3	1	2	6	8	5	6	5	6	4			36
José Luiz Coelho Netto													0
Júlio Caetano Horta Barbosa			1	3	10	5	4	3	7				26
Júlio Perouse Pontes	4	0	1	10	9	6	4						34
Jurandir de Bizarria Mamede	4	0	2	3	8	4	7						28
Landri Sales Gonçalves	5	0	2	4	8	4	6	6					35
Léo Guedes Etchegoyen													0
Leonidas Pires Gonçalves	3	1	1	3	5	9	5	7	3	4			34
Leopoldo Néri da Fonseca Júnior	7	1	5	5	11								29
Mário Davi Andreazza	2	1	2	2	8	7	5						27
Mário Jorge da Fonseca Hermes													0
Mário Poppe de Figueiredo					7	4	6	8	5		0		25
Nemo Canabarro Lucas	4	0	1				5						10
Nestor Sezefredo dos Passos			1	4	7	3	2	3	4				20
Nestor Souto de Oliveira	2	2	1	8	6	4	3	6	6				32
Newton Cruz	3	0	1	4			5	8	5				21
Nilo Caneppa Silva	3	0	2	5	8	6	6	7					37
Octávio Costa													0
Odílio Denis	3	2	4			4			4	6			13
Odon Bezerra Cavalcanti													0
Olimpio Falconière da Cunha	3	1	5	9	3	4	3	3	5	7			31
Olvaldo Vila Belo e Silva	1	1	5	6	9	3	6	0					31
Orlando Geisel	2	0	3	5	8	4	7	6	6	1			35
Oscar Luis da Silva	2	1	1	6	8	4	7	5	4	4			34
Osvaldo Cordeiro de Farias	2	1	1	9			4	5	4	6	13	0	22
Osvino Ferreira Alves	3	1	2	4	8	5	5	8	5	2	5		36
Pantaleão da Silva Pessoa			5	6	9	3	1	1	2	19			25
Raimundo Rodrigues Barbosa				1	5	5	3	10	0				24
Rodrigo Otávio Jordão Ramos	3	0	1	3	8	5	6	11	2	3			37
Rubens Bayma Denis	5	1	1	3					5				10
Salvador César Obino	7	1	5	5	10	2	3	6	5	1			39
Sisene Sarmento	5	0	2	3	9	4	6	8	4	3			37
Tasso de Oliveira Tinoco		0	2	10	3	4	6	5	5	6			30
Média do tempo de promoção	3,46	0,78	2,21	4,89	7,51	5,03	4,79	6,59	4,58	4,57	4,38	0	27,29
Desvio Padrão	1,46	1,06	1,62	2,41	2,26	1,87	1,68	2,88	1,75	3,53	4,07	-	11,68

Tabela elaborada pela autora

Os cálculos aplicados à tabela acima são primeiramente a média do tempo de promoção para cada patente alcançada e o seu desvio padrão. Considerando que desvio padrão significa uma dispersão em torno da média calculada. Para calcular a média é necessário somar todos os valores e dividir pela totalidade desses valores. O desvio padrão é calculado em cima dessa média para analisar os pontos fora da curva de distribuição.

Para analisarmos melhor a dispersão e disparidades dos tempos de promoção de cada militar, foram aplicados os cálculos básicos de soma e subtração conforme a equação abaixo:

$$\sum \frac{x_i}{n} \pm \sigma$$

Σ =Somatório das medidas

n = Número de repetições

σ =Desvio padrão

Simplificando, utilizamos a média do tempo de promoção a aspirante e desse cálculo obtivemos 2 anos abaixo da média e 4,92 acima da média calculada. Assim, marcamos em vermelho quem estava abaixo e em verde quem estava acima da média calculada. Dessa forma, pode-se verificar o tempo médio em que cada oficial permanece em sua patente, utilizando dessa mesma metodologia. Ao observar o desvio padrão é perceptível a quebra de uma norma a ascensão à patentes, bem como, verificar uma tensão entre os agentes e a estrutura, pois uma diferença de 4,92 é bastante significativa.

Entre os casos que se destacam estão os dos oficiais: Antero de Matos Filho, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Amauri Kruehl, Antônio Carlos Murici, Artur da Costa e Silva, Carlos Alberto da Fontoura e Tasso de Oliveira Tinoco, todos permaneceram na patente de primeiro tenente em média 6 ou mais anos, lembrando que a próxima patente é a de capitão, ou seja, uma patente intermediária. De acordo com, a biografia de Matos Filho ele não esteve envolvido em nenhum levante que provocasse a sua exoneração, inclusive, integrou as forças legalistas no combate ao tenentismo, porém a sua promoção para capitão levou dez anos.

Em contrapartida, participaram de levantes Alcides Gonçalves Etchegoyen e seu irmão Nelson Etchegoyen, ambos lideraram a coluna relâmpago, em 1926, cujo objetivo era impedir a posse de Washington Luis. Os irmãos rebelaram-se na unidade do Regimento de Artilharia Montado em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, e atacaram o quartel militar, entretanto foram contidos (ABREU. et.al, 1994). Alcides Etchegoyen participou como membro do grupo revolucionário que lutou na Revolução de 30 no Rio Grande do Sul, foi anistiado no mesmo

ano, em oito anos, ou seja, dois anos a menos que Antero Matos Filho passou ao posto de capitão.

Artur da Costa e Silva revoltou-se contra a eleição de Artur Bernardes para presidente e contra a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, foi preso por ter se recusado a reprimir os seus colegas adeptos a rebelião. Em 1922, teve de prestar depoimento por conta da sua participação no levante na Vila Militar. Mesmo afastado da Força, tentou se vincular ao movimento tenentista de 1924, não o fez, porque sofreu uma crise aguda de apendicite (ABREU. et. al, 1994). Não é possível afirmar que Costa e Silva fora de fato punido pelo seu envolvimento no levante da Vila Militar, pois continuou atuando no exército, tanto que, foi premiado com uma viagem à França pelo seu desempenho na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, além disso, em 1925 casou-se com a filha de seu instrutor. Sendo assim, o que permite a ascensão ou não a determinado posto parece ser definido pela subjetividade ou pelo comportamento insurreto que a instituição de certo modo comporta.

Por outro lado, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Olimpio Falconier da Cunha e Tasso Oliveira Tinoco ascenderam ao posto de major em três anos, além deles Amauri Kruel em dois anos recebeu a promoção para a mesma graduação.

Referente a graduação de general de brigada, alta patente, e o tempo de ascensão a tal cargo destacaram-se: Álvaro Fiúza de Castro, Anor Teixeira dos Santos, Benedito Olímpio da Silveira, José Caetano de Faria, Júlio Caetano Horta Barbosa, Nestor Sezefredo dos Passos e Olimpio Falconière da Cunha todos alcançaram o generalato em três anos. Alfredo Malan d'Angrogne em dois anos e Pantaleão da Silva Pessoa em um ano.

Além disso, somamos o tempo de promoção a partir da entrada dos indivíduos no exército, aspirante a oficial, até alcançarem o posto de general de brigada e após calculamos a média dessa soma e o seu desvio padrão. Assim, constatamos que 27, 29 é a média da soma de cada carreira analisada, por conseguinte 11,27 é o desvio padrão, ou seja, um número representativo.

Esses são alguns casos que esboçam as disparidades em torno do tempo de promoções e quais os critérios para ascensão, assim, somos conduzidos a pensar nas relações interpessoais. Dessa maneira, a situação em que Teixeira Lott não foi promovido devido a sua posição política é ilustrativa na importância das relações interpessoais.

O *corpus* documental possibilitou averiguar os laços de parentescos entre os oficiais 19% eram filhos de militares, Adyr Fiúza de Castro, Álvaro Fiúza de Castro, Augusto César de Castro Muniz de Aragão, Antônio Carlos da Silva Murici, Artur Duarte Candal Fonseca, Cyro Guedes Etchegoyen, Círo do Espírito Santo Cardoso, Dulcidio do Espírito Santo Cardoso, Euler Bentes Monteiro, Euclides Hermes da Fonseca, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Osvaldo

Cordeiro de Farias, Rubens Bayma Denis, Humberto de Alencar Castelo Branco, Ivan Barros Ribeiro, Gustavo Cordeiro de Farias, Jefferson Cardim de Alencar Osório, Pantaleão da Silva Pessoa e Tasso de Oliveira Tinoco. Dos representantes mais antigos da Força, Mário Jorge da Fonseca Hermes seu tio bisavô foi o Marechal Deodoro e seu bisavô Hermes da Fonseca.

Pertenciam a mesma família e eram integrantes do exército, Ismar Fiúza de castro irmão de Adyr Fiúza de Castro e filho de Álvaro Fiúza de Castro. Além deles, eram irmãos: Osvaldo Cordeiro de Farias e Gustavo Cordeiro de Farias⁵⁹, Ismar de Góis Monteiro e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, João Bina Machado e José Bina Machado, Estênio Caio de Albuquerque Lima Orlando e Afonso Augusto de Albuquerque Lima, Gisel e Ernesto Geisel; Alcides Guedes Etchegoyen e Néelson Etchegoyen. Alcides Etchegoyen era avô do atual Ministro chefe do Gabinete de Segurança da presidência do Brasil, Sérgio Westphalen Etchegoyen filho do militar Léo Guedes Etchegoyen.

Carlos Alberto da Fontoura foi casado com Otília Neves da Fontoura, filha do militar Isidoro da Fonseca. A esposa de Costa e Silva, Iolanda Barbosa, era filha de um instrutor da Escola Militar do Realengo. A segunda esposa de Henrique Teixeira Lott era mãe de um capitão do Exército. A filha de Ivan de Souza Mendes, Márcia Mendes, casou-se com Jurandir Dantas Mamede filho do general Bizarria Mamede. Alfredo Malan d' Angrogne contraiu núpcias com a filha do major João Batista Pereira Souto, dessa união nasceu Maria Souto Malan que casou com o general Antero de Matos Filho. Ainda casaram-se Francisco Ramos de Andrade Neves com a filha, Zalda Vilela, do general Setembrino de Carvalho.

A formação desses pequenos núcleos em famílias formadas por integrantes do exército pode ser analisada a partir das redes de relações interpessoais e da concepção de uma memória forte mantida por meio das retóricas holistas. É ilustrativa a presença de três gerações de uma mesma família no exército brasileiro, como a Etchegoyen. Um núcleo presente em questões políticas a começar nos levantes da década de 1920, Tenentismo, Revolução de 1930 e até mesmo na década de 1954 como integrante da Cruzada Democrática movimento que tentava retirar Vargas do poder, atualmente, o atual Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional é o gaúcho de Cruz Alta, Sérgio Westphalen Etchegoyen. Neto de Alcides Etchegoyen e filho do, também, militar Léo Etchegoyen.

O avô de Sérgio Etchegoyen junto do irmão Nelson Etchegoyen, foi líder de uma coluna denominada coluna relâmpago, cujo intuito era impedir a posse de Washington Luis ao

⁵⁹ Seu pai era Joaquim Barbosa Cordeiro de Faria, militar do exército.

Governo, em 1933, Alcides Etchegoyen ocupou o posto de oficial de gabinete junto ao ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (ABREU et al.,1994).

As relações de parentesco são uma forma de manter o caráter endógeno no interior do exército, além do mais pode-se pensar em uma memória partilhada e reforçada pela retórica holista, o caso acima expõe essa possibilidade.

Além dessas relações pessoais mantidas entre os integrantes da Força, o reconhecimento e premiação por mérito é um modo de legitimar a postura do indivíduo que é condecorado, além de demonstrar o tipo de comportamento esperado dele pela instituição.

Quadro 3: Condecorações

Oficial	Cavaleiro	Oficial	Comendador	Grande oficial	Grã Cruz
Adyr Fiúza de Castro	20/08/1960	17/08/1964	15/08/1974		
Antonio Bandeira	18/08/1959	17/08/1964	15/08/1974	10/08/1976	23/07/1979
Carlos Alberto da Fontoura	08/08/1989		06/08/1968		
Carlos de Meira Mattos	08/08/1952	18/08/1959	06/08/1968	15/08/1974	
Cyro Guedes Etchegoyen	17/08/1972	25/07/1978			
Leonidas Pires Gonçalves	18/08/1959	17/08/1964	15/08/1974	23/07/1979	16/08/1982
João Paulo Moreira Burnier		04/08/1965	05/08/1969		
Euler Bentes Monteiro	08/08/1953	18/08/1959	04/08/1965	11/08/1970	14/08/1973
Léo Guedes Etchegoyen	04/08/1965	17/08/1972	25/07/1978		
João Bina Machado	04/08/1949	09/08/1956	17/08/1964	04/08/1967	16/08/1971

Elaborado pela autora

Conclusão

A pesquisa desenvolvida buscou ampliar os horizontes referentes a institucionalização do exército e a formação da república. Afim de, analisar os diversos aspectos que conformam a Força e a sua relação com a política nacional pode-se pensar nas diferentes conjunturas em que estavam presentes os militares associados a questões políticas. Se o Brasil estava em desenvolvimento e buscando uma identidade nacional, o exército também almejava uma posição de respeito diante da população civil e, principalmente, dos governos. Sendo assim, comprovamos tamanho poder de negociação com o governo central.

A desvalorização do exército frente a Guarda Nacional e a dificuldade da Força em promover o recrutamento obrigatório evidencia o quão dificultoso foi o processo de institucionalização e de legitimação da Força, não só pelo poder público, mas pela população em geral. Dado que, o recrutamento militar era realizado, inicialmente, a força. Ser integrante do exército era um modo de castigo e não garantia credibilidade ou uma boa condição financeira aos engajados. Além disso, a normatização era baseada em um código de conduta obsoleto de origem portuguesa, quer dizer, já não era eficiente. A recorrência de castigos físicos era comum, a normatização se dava conforme a conduta do oficial responsável pela tropa. Os abusos são uma constante ao longo do histórico da Força. Embora, os oficiais recebessem melhores salários, reclamavam da falta de qualidade do efetivo, da indisposição dos soldados para seguir carreira, obviamente, há de se considerar o contexto já mencionado.

Além do efetivo de baixa qualidade, as verbas destinadas à manutenção dos quartéis e alimentação eram reduzidas. No que tange as promoções e cargos ocupados, dependia das relações mantidas ao longo da carreira, independente do mérito, pois se existisse um confronto entre pares, a qualidade das relações de compadrio com o oficial superior ou a posição favorável ao governo da situação, asseguravam as vantagens diante do seu desafeto. Para aqueles que eram filhos ou parentes de militares a situação dentro dos quartéis era facilitada, por estar inserido num meio em que disciplina e hierarquia são práticas basilares, exercidas, tanto no ambiente doméstico como na caserna.

Além disso, os militares atuantes nas décadas iniciais de 1900 permaneceram na ativa durante todas as administrações até a década de 30, ou seja, testemunhos dos conflitos do período da República Velha e dos embates entre os estados que compunham a oligarquia do

café com leite. Os movimentos tenentistas representam parte da insatisfação de alguns oficiais da Força com a situação política institucional daquele período, inclusive nomes que seriam referência no interior do exército apoiaram o movimento, por exemplo, Costa e Silva. Atores como Getúlio Vargas ensaiavam junto ao exército a retirada de Washington Luís, aliás, o Rio Grande do Sul foi um expoente para o término da República Velha. Ademais, os ideais positivistas esboçados na Constituição do estado em 1891, funcionaram como inspiração à administração varguista.

Isto posto, a partir da Revolução de 30 e da retirada de Washington Luis formaram-se grupos pró Getúlio Vargas, encabeçado por Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Esses indivíduos iriam contribuir diretamente à ascensão de Vargas e, futuramente, para a sua derrocada, em agosto de 1954. Embora, Góis Monteiro tenha prometido assegurar a neutralidade do exército durante o mandado varguista, o controle dos oficiais não cabia somente ao general, a dissemelhança é a característica que pormenoriza o exército.

O *corpus* documental demonstrou que a maioria dos aspirantes a oficial eram dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, ou seja, criar laços e afinidades com pessoas da mesma região propicia constituição de vínculos. Ademais, a idade dos ingressantes é variável o que possibilitava o encontro de jovens aspirantes com indivíduos de maior experiência e traquejo para manter-se na instituição, seguindo as regras da mesma, possivelmente existisse um compartilhamento entre memórias e a influência dos mais experientes sobre os mais jovens. Por exemplo, os conflitos em torno da luta contra os insurgentes do movimento do Contestado e Canudos, indica diferentes modos de proceder dos oficiais em campo. Embora, a instituição seja reconhecida pela sua rigidez ela comporta práticas antagônicas, por exemplo, a praticidade do general Setembrino de Carvalho ao combater os revoltosos do Contestado, ao contrário, o capitão João Teixeira de Matos chegou a levar dois integrantes da revolta até a presença do governo central para demonstrar que o uso da força deveria ser reavaliado, pois se tratava de pessoas assoladas pela miserabilidade. A ação de um oficial pertencente a uma posição hierárquica intermediária, capitão, indica a quebra da hierarquia, atitude recorrente no interior do exército. Por uma questão de exemplo, o nome enaltecido e homenageado pelos seus préstimos é o do general Setembrino de Carvalho.

Aferimos que o modos operante do exército rompe com um tipo ideal de exército centrado na hierarquia e na disciplina. A estrutura se manteve a partir de sucessivas disputas internas e de uma relação de barganha institucional com o governo federal. Ainda que, existissem grupos de oficiais preocupados em manter o exército longe da esfera política essa não era uma possibilidade, até mesmo para quem tinha aversão ao tema. O caso de Teixeira

Lott exemplificou o quanto tentar se afastar dessas negociatas poderia prejudicar a carreira de um oficial.

Sendo assim, mesmo que, exista um conjunto de atitudes que possam conduzir a ascensão por mérito estes são subjetivos, caberá, mais uma vez, a ordem das relações. Não estamos afirmando que todas as ascensões ou condecorações sejam atribuídas as relações de compadrio, mas, não se deve ignorar as possibilidades de ascender ou não com base nas relações interpessoais.

A perpetuação da memória de alguns oficiais como ocorreu entre Osório e Duque de Caxias vão além de uma homenagem, mas, revela como a Força utiliza essas memórias para que se tornem exemplos de comportamento. Além disso, certifica que não há memória espontânea, particularmente, no exército. São realizados investimentos a partir de homenagens, celebrações, titulações em memórias de militares cuja posição representa uma conduta a ser seguida. Assim, ocorreu na concepção do culto a Caxias, antes deste, a inspiração aos demais era Osório, no entanto o exército buscava o afastamento de questões políticas e a memória de Caxias se prestava a tal proposta.

No que tange as retóricas holistas e a memória forte o Clube Militar e a Escola Superior de Guerra (ESG), são locais em que esses dois conceitos são perfeitamente aplicáveis, pois a ordem dos discursos nesses dois meios, onde pequenos grupos da alta cúpula discutiam e determinavam os rumos do exército e o posicionamento das Forças Armadas frente ao governo central, ou seja, compartilhava-se uma retórica capaz de representar o posicionamento dos generais, isto é, de um grupo de alta patente, não significa que as suas posições correspondessem aos demais. O Clube Militar desde a sua criação atuou como um local de demandas de cunho político, a incapacidade do governo central em administrar a autonomia e as exigências dos integrantes do Clube, acarretou no fechamento do local. Sendo assim, pode-se mensurar o quanto a alta cúpula do exército determinava o destino político do Brasil.

Em síntese, a pesquisa almejou a partir da construção do *corpus* documental ampliar horizontes que podem ser futuramente estudados, são diversas variáveis para determinar como se desenvolve a organização e, principalmente, a tensão entre os agentes e a estrutura que comporta grupos de diferentes posições. Contudo, a noção de hierarquia e disciplina, é um tema a ser abarcado de forma mais aprofundada.

Entre as questões abarcadas ao longo do trabalho tomadas como um norte para compreender a estrutura e seus agentes, foi examinado a partir da averiguação das carreiras dos cem integrantes elencados para constituírem a base de dados, desse modo, foi possível

averiguar aspectos comuns ao desenvolvimento da carreira dos jovens aspirantes, a começar pela escola militar de origem: do grupo de 68%, cursaram a Escola Militar do Realengo 91, 2% (62 aspirantes) e 8, 8% (6 aspirantes) frequentaram a Escola Militar da Praia Vermelha. Do total, do *corpus* não se obteve a origem da formação ou cursaram diferentes instituições 32% (32 aspirantes). Além disso, todos direta ou indiretamente participaram da institucionalização do exército e do processo de concepção da República Federativa do Brasil, sendo assim, asseveramos que fazer parte do exército é estar vinculado a uma instituição em que o cenário político é o protagonista, isto é, há uma relação intrínseca entre a estrutura e o estado brasileiro, embora, existissem indivíduos que repudiavam essa posição.

A partir do *corpus* documental e dos cálculos de desvio padrão aferimos inúmeras disparidades no que toca a promoção dos indivíduos. A partir da equação de média e desvio padrão em que utilizamos o conhecimento de estatística básica resultando em 2 anos abaixo da média e 4,92 para acima da média calculada. Simplificando, a média do tempo de promoção de um aspirante verificou-se como sendo 3,46 anos e seu desvio de 1,46 anos para mais ou para menos, ou seja, subtraímos e somamos o desvio à média para revelar os pontos irregulares. Após, fizemos cálculo de soma dos anos de carreira de cada militar analisado, dessa soma foi tirada a média e o desvio padrão, que apresentou os seguintes resultados: 27,29 anos para média e variância de 11,68 anos. Assim sendo, um militar poderia levar 15,61 para chegar ao posto de general de brigada ou 38,97 anos para alcançar o mesmo posto.

Em suma, a pesquisa procurou abarcar a partir do método prosopográfico e da composição do *corpus* documental aspectos gerais e singulares relativos a institucionalização do exército, sua organização e relação com o estado brasileiro. Dessa maneira, foi possível acompanhar o desenvolvimento das carreiras dos cem integrantes do banco de dados e as diferentes posturas durante a formação da república. Além do mais, produzimos fichas de funções exercidas durante a carreira de metade dos integrantes do *corpus* e a ficha individual de cada um dos oficiais, assim, elaboramos um conteúdo relevante para aprofundar abordagens de diversas naturezas sobre o exército brasileiro.

Considerações finais

O método prosopográfico contribuiu de modo decisivo para que fosse possível coletar, organizar e sistematizar o *corpus* documental que atuou como fonte da pesquisa realizada. Além disso, a metodologia propiciou abarcar generalidades sem que houvesse a recusa das singularidades, assim, oportunizou averiguar carreiras de militares que ainda são desconhecidos, mas exerceram distintos papéis no interior do exército, consequentemente,

ampliamos o horizonte do trabalho e, principalmente, observamos nuances de diferentes ordens que estão vinculadas a formação do exército. Em vista disso, nos aproximamos de alguns aspectos que demonstraram a heterogeneidade e a capacidade da estrutura de comportar individualidades de toda a ordem.

Com base, nos trabalhos historiográficos e no cruzamento dos dados constatamos a atuação constante dos estados do Rio Grande do sul e o Rio de Janeiro como as regiões mais militarizadas e, por consequência, com um poder acentuado de barganha. São Paulo, embora economicamente forte investiu na sua própria polícia estadual, normalmente, os jovens preferiam fazer parte da polícia paulista a alistar-se no exército. Confirmamos essa ausência de aspirantes paulistas a partir do *corpus* documental. Além disso, os inúmeros governos da República Velha vincularam-se aos oficiais do exército, embora existissem desacordos entre a Força e a administração central, o exército sempre figurou como um elemento a ser observado e, principalmente, nutrido pelo poder central. Desse modo, para manter-se no poder o governo necessitava do apoio do exército, até mesmo, Getúlio Vargas alimentava-se dessa relação, tanto que na sua última eleição chegou a propor a Góis Monteiro a sua candidatura a vice-presidência, mesmo tendo sido o general o arquiteto da sua deposição em 1945. O convite se justifica, pois Vargas sabia do carisma e respeito que a alta cúpula militar lhe dedicava.

Sendo assim, entre as contribuições da pesquisa apresentada esta a demonstração de que o estado brasileiro dialoga com o exército a começar do período da República Velha, além disso, os oficiais ingressantes na Força a partir da década de 1900 estavam presentes no golpe do Estado Novo, na deposição de Getúlio Vargas, na tentativa de impedir Juscelino Kubitschek e no golpe civil militar de 1964, ou seja, não há novidade na presença do exército na política nacional, aliás, ainda pode-se encontrar filhos, netos de oficiais que atuaram nesse período no governo atual do presidente Michel Temer, como o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da presidência do Brasil, gaúcho de Cruz Alta, o general de exército Sérgio Westphalen Etchegoyen.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Ética cristã, riqueza e poder: reflexões sobre a elite dirigente da cidade de Colônia na Idade Média tardia. In: **XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2009**. Fortaleza. Anais do ... Simpósio Nacional de História. Fortaleza: UFCE, 2009. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0936.pdf> Acesso em: 25/06/2017
- ABREU, Alzira Alves de et al.(Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ABREU, Hugo. **Tempo de crise**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- ARCHI, Alfonso. The “lords”, lugal-lugal, of ebla a prosopographic study. *Vicino Oriente*, v. 12, 2002. Disponível em: http://www.sagas.unifi.it/upload/sub/eblaweb/s_on_prosopography/archi-2000.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.
- ASDRACHA, Catherine. Les Rhodopes au X^{IV}e siècle. *Histoire administrative et Prosopographie. Revue des études byzantines*, v. 34, 1976. (Disponível em https://www.persee.fr/doc/rebyz_0766-5598_1976_num_34_1_2052 acesso em 11 maio 2018.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. *Rev. bras. polít.int.* [online]. Rio de Janeiro, v.43, n.2, 2000, pp.150-169. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003-73292000000200007 Acesso em: 05/03/2018
- BARMAN, Jean; BARMAN, Roderick. The Prosopography of the Brazilian Empire. **Latin American Research Review**, v. 13, n.2, 1978. Disponível em: <file:///D:/Usu%C3%A1rio/Downloads/artigo+barman+5.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- BERNSTEIN, Alvin. **Prosopography and the Career of Publius Mucius Scaevola**. Chicago, v. 67, n. 1, 1972.
- BIANCARELLI, André Martins, CALIXTRE, André Bojikian, CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.
- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.????????
- BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e sociedade**, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.
- BRADLEY, Jonh; SHORT, Harold. **Texts into Databases: The Evolving Field of New-style Prosopography**. *Literary and Linguistic Computing*, v.20, may, 2005.
- BROADY, Donald. French prosopography: definition and suggested readings. **Poetics**. n. 30, p ? out./dez. 2002.
- BRUBAKER, Roger; COOPER, Frederick. **Más allá de “Identidad”**: Apuntes de Investigación del CECyP , v.7, 2001. Disponível em: <http://comunicacionycultura.sociales.uba.ar/files/2013/02/Brubaker-Cooper-espanol.pdf> Acesso:25/06/2017
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III, V.2 Sociedades e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997,

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEY, Thomas Francis. Prosopography: Payoffs and Pitfalls. **Phoenix**. V. 27, n. 2, 1973.

CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas” In: HEINZ, Flavio M. (org) **Para uma outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 11-14

CHASTAGNAOL, André. La fin de l'ordre equestre: réflexions sur La prosopographie des derniers chevaliers romains. Mélanges de l'Ecole française de Rome. Moyen-Age, **Temps modernes**, v 100, n.1, p. 1-14, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: A memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

DAVIES, Benedict G. **Who's Who at Deir el-Medina: A Prosopographic Study of the Royal Workmen's Community**. Netherlands InsStituut Voor Het Nabije Oosten Leiden, 1999.****

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira - Brasil Republicano III**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007, p. 95-144.

ECK, Werner. **Prosopographie und Sozialgeschichte**. Studien zur Methodik und Erkenntnismöglichkeit der Kaiserzeitlichen Prosopographie. Kolloquium Köln, 1991.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira República**: Rio de Janeiro, 1987.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 31 maio 2017.

FIELD, Clive. **Methodist Prosopography: Sources and Exemplars of Collective Biography in British Methodism**. Disponível em <https://clivedfield.files.wordpress.com/2012/03/methodist-prosopography-published.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.

HEINZ, Flavio M. Introdução. In: _____ **Para outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 11-14

HONDEGHEM, Annie, ROUSSEAUX, Xavier, SCHOENAERS, Frédéric. **Modernisation of the Criminal Justice Chain and the Judicial System**. New Insights on Trust, Cooperation and Human Capital. Springer, New York, 2006. Disponível em: <http://www.springer.com/cn/book/9783319258003>. Acesso em: 19 jun. 2017. ****

JAN, Dumolyn, KOENRAAD, Verboven, MYRIAM, Carlier. A short manual to the art of prosopography, in: KEATS-ROHAN K.S.B. (ed.), **Prosopography Approaches and Applications**. A Handbook, Oxford, Unit for Prosopographical Research (Linacre College), 2007, p. 35-69. Disponível em: <http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/images/01%20verboven%20pdf.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

LEMERCIER, Claire, PICARD, Emmanuelle. **Quelle approche prosopographique?**. à paraître (sans l'annexe) dans l'ouvrage collectif issu de deux colloques Biographie et prosopog. 2011. file:///D:/Usu%C3%A1rio/Downloads/Quelle_approche_prosopographique.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017. ****

MALONE, Stephen James. **Legio Xx Valeria Victrix a Prosopographical And Historical Study.** University of Nottingham, 2005. Disponível em: <http://eprints.nottingham.ac.uk/13316/>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964- vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. ****

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria:** história do Exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MORAES, João Quartim. **A esquerda Militar no Brasil.** São Paulo: Siciliano, 1991. v. 1.

MONTEIRO, Livia Nascimento. **Administrando o bem comum:** Homens bons e a câmara de São João del Rei 1730-1760. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROHAN, Katharine. B. S. K. Biography, Identity and Names: Understanding the Pursuit of the Individual in Prosopography. In K.S.B . KEATS-ROHAN, **Prosopography:** Approaches and Applications. Oxford: Prosopographica et Genealogica, 2007. Disponível em: <http://www.coelweb.co.uk/NamesIdentity.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SAUNIER, ÉRIC. La Prosopographie: Une Nouvelle Voie Pour L’histoire De La Franc-Maçonnerie. REHMLAC, v.1, n.1, 2010. Disponível em: file:///D:/Usu%C3%A1rio/Downloads/Dialnet-LaProsopografia-3097228_3.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017. ****

STONE, Lawrence. **Prosopography:** Daedalus, v. 100, n. 1, 1971.

SEIDL Ernesto. **A formação de um Exército à brasileira:** lutas corporativas e adaptação institucional. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a05.pdf> Acessado em: 25/06/2017 *** se é scielo, está numa revista. ****

SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à ditadura militar:** memórias de um soldado. Petrópolis: Vozes, 1988.

WILLIAM, Wagner. **O soldado absoluto:** uma biografia do marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Anexos

Ficha individual de		Adalberto Pereira dos Santos	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1905	Taquara	RS
Nome da Mãe:	Otília Pereira dos Santos	Profissão:	
Nome do Pai:	Urbano Alves dos Santos	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1984
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1924
Aspirante-a-oficial	1927
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1929
Capitão	1933
Major	1941
Tenente-coronel	1945
Coronel	1951
General-de-brigada	1958
General-de-divisão	1963
General-de-exército	1965
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 1932	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Adyr Fiúza de Castro		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1920	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Haldéia Viana Fiúza de Castro	Profissão:	
Nome do Pai:	Alvaro Fiúza de Castro	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Maria Helena Fiúza de Castro	Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1938
Aspirante-a-oficial	1941
Segundo-tenente	1941
Primeiro-tenente	1942
Capitão	1945
Major	1952
Tenente-coronel	1961
Coronel	1965
General-de-brigada	1974
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 1932	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	20/08/1960
Oficial	Sim	17/08/1964
Comendador	Sim	15/08/1974
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Afonso Augusto Albuquerque Lima

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1909	Fortaleza	CE
Nome da Mãe:	Maria Luísa de Albuquerque Lima	Profissão:	
Nome do Pai:	Joaquim Lima	Profissão:	Advogado
Cônjuge:		Falecimento:	1981
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1927
Aspirante-a-oficial	1930
Segundo-tenente	1930
Primeiro-tenente	1931
Capitão	1934
Major	1942
Tenente-coronel	1947
Coronel	1953
General-de-brigada	1964
General-de-divisão	1966
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	A favor
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Integrante
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Albino Silva		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1909	Curitiba	PR
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Aldo Silva	Profissão:	
Cônjuge:	Maria Aparecida Pimpão Silva	Falecimento:	1976
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1927
Aspirante-a-oficial	1930
Segundo-tenente	1930
Primeiro-tenente	1931
Capitão	1934
Major	1942
Tenente-coronel	1947
Coronel	1953
General-de-brigada	1962
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Alcides Gonçalves Etchegoyen

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1901	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:	Brandina Gonçalves Etchegoyen	Profissão:	
Nome do Pai:	Ramon Vicente Etchegoyen	Profissão:	
Cônjuge:	Regina Guedes Etchegoyen	Falecimento:	1956
Escola de Formação		Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1918
Aspirante-a-oficial	1921
Segundo-tenente	1921
Primeiro-tenente	1922
Capitão	1930
Major	1933
Tenente-coronel	1938
Coronel	1942
General-de-brigada	1946
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Alfredo Augusto Ribeiro Júnior**Dados gerais do militar**

Nascimento:	1889		
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Alfredo Augusto Ribeiro	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1938
Escola de Formação		Arma de:	infantaria/c avalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1908
Aspirante-a-oficial	1911
Segundo-tenente	1915
Primeiro-tenente	1920
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Alfredo Malan d'Angrogne		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1873	Gênova	Itália
Nome da Mãe:	Maria Magdalena Malan	Profissão:	Professora
Nome do Pai:	João Pedro (Gian Pietro)	Profissão:	Professor
Cônjuge:	Clementina Pereira Souto	Falecimento:	1932
Escola de Formação	Escola Militar da Praia Vermelha	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1890
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	1914
Tenente-coronel	1919
Coronel	1922
General-de-brigada	1924
General-de-divisão	1931
General-de-exército	1932
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Alfredo Souto Malan		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1908	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:	Clementina Souto Malan D’Angrogne	Profissão:	
Nome do Pai:	Alfredo Malan d’Angrogne	Profissão:	Militar
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1924
Aspirante-a-oficial	1929
Segundo-tenente	1929
Primeiro-tenente	1931
Capitão	1934
Major	1942
Tenente-coronel	1946
Coronel	1952
General-de-brigada	1960
General-de-divisão	1964
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1972

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Álvaro Alves da Silva Braga

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1906	Curitiba	PR
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Antônio Alves da Silva Braga.	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1924
Aspirante-a-oficial	1927
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1929
Capitão	1934
Major	1943
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 1932	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do Club 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Álvaro Fiúza de Castro	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1889	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Eulina Dias de Castro	Profissão:	
Nome do Pai:	Álvaro Fiúza de Castro	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Izar Pederneiras de Freitas e Castro	Falecimento:	1971
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1907
Aspirante-a-oficial	1910
Segundo-tenente	1913
Primeiro-tenente	1917
Capitão	1920
Major	1929
Tenente-coronel	1931
Coronel	1937
General-de-brigada	1940
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Adepto

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Amauri Kruel

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1901	Santa Maria	RS
Nome da Mãe:	Ana Weber Kruel	Profissão:	
Nome do Pai:	José Carlos Kruel	Profissão:	Fazendeiro
Cônjuge:	Cezimbra Kruel/Maria Helena Kruel	Falecimento:	1996
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1918
Aspirante-a-oficial	1921
Segundo-tenente	1921
Primeiro-tenente	1922
Capitão	1931
Major	1933
Tenente-coronel	1943
Coronel	1947
General-de-brigada	1954
General-de-divisão	
General-de-exército	1963
Marechal	1966
Reserva	1966

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Integrante
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de André Trifino Correia

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1904	Alegrete	RS
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:	Estela de Paiva Lacerda Correia	Falecimento:	1976
Escola de Formação		Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	1933
Capitão	1934
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Anor Teixeira dos Santos		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1890	Curitiba	PR
Nome da Mãe:	Alzira Loiola Santos	Profissão:	
Nome do Pai:	Urbano Teixeira dos Santos	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1958
Escola de Formação	Escola de Guerra de Porto Alegre (Realengo)	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1906
Aspirante-a-oficial	1911
Segundo-tenente	1913
Primeiro-tenente	1917
Capitão	1920
Major	1931
Tenente-coronel	1933
Coronel	1939
General-de-brigada	1942
General-de-divisão	1946
General-de-exército	1952
Marechal	
Reserva	1956

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Contra
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Antero de Matos Filho	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1901	Corumbá	MS
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Antero Agripio Gualberto de Matos	Profissão:	
Cônjuge:	Maria Souto Malan	Falecimento:	1971
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1918
Aspirante-a-oficial	1922
Segundo-tenente	1922
Primeiro-tenente	1922
Capitão	1933
Major	1940
Tenente-coronel	1945
Coronel	1951
General-de-brigada	1958
General-de-divisão	
General-de-exército	1963
Marechal	
Reserva	1963

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Integrante
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Antonio Bandeira		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1916	Guarabira	PB
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Carlos Alberto da Fontoura	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	2005
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1934
Aspirante-a-oficial	1937
Segundo-tenente	1937
Primeiro-tenente	1939
Capitão	1944
Major	1951
Tenente-coronel	1958
Coronel	1964
General-de-brigada	1968
General-de-divisão	1974
General-de-exército	1977
Marechal	
Reserva	1980

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	A favor
Repressão ao levante Integralista	Integrante
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	18/08/1959
Oficial	Sim	17/08/1964
Comendador	Sim	05/08/1969
Grande Oficial	Sim	10/08/1976
Grã-Cruz	Sim	23/07/1979

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Antônio Carlos da Silva Murici		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1906	Curitiba	PR
Nome da Mãe:	Josefina Costa Carneiro	Profissão:	
Nome do Pai:	José Cândido da Silva Murici	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Ondina Pires e Albuquerque Murici/ Vir	Falecimento:	2000
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1923
Aspirante-a-oficial	1925
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1928
Capitão	1934
Major	1942
Tenente-coronel	1946
Coronel	1952
General-de-brigada	1960
General-de-divisão	1964
General-de-exército	1966
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Antônio José de Lima Câmara

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1895	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Olímpia Niemeyer de Lima Câmara	Profissão:	
Nome do Pai:	Antônio José de Lima Câmara	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1973
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1912
Aspirante-a-oficial	1915
Segundo-tenente	1917
Primeiro-tenente	1919
Capitão	1922
Major	1933
Tenente-coronel	1937
Coronel	1942
General-de-brigada	1946
General-de-divisão	1952
General-de-exército	1958
Marechal	1965
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Sim	04/08/1965
Comendador	Sim	05/08/1969
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Ariel Paca da Fonseca	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1915	Rio Grande do Sul	RS
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:	Arlete Manhães da Fonseca	Falecimento:	1985
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1932
Aspirante-a-oficial	1934
Segundo-tenente	1935
Primeiro-tenente	1937
Capitão	1942
Major	
Tenente-coronel	1953
Coronel	1961
General-de-brigada	1966
General-de-divisão	1971
General-de-exército	1976
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Artur da Costa e Silva		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1989	Taquari	RS
Nome da Mãe:	Almerinda Mesquita da Costa e Silva	Profissão:	
Nome do Pai:	Aleixo Rocha da Silva	Profissão:	Comercian
Cônjuge:	Iolanda Barbosa	Falecimento:	1969
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1918
Aspirante-a-oficial	1921
Segundo-tenente	1921
Primeiro-tenente	1922
Capitão	1931
Major	1937
Tenente-coronel	1942
Coronel	1944
General-de-brigada	1952
General-de-divisão	1958
General-de-exército	1961
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Artur Duarte Candal Fonseca

Dados gerais do militar

Nascimento:	1909	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:	Lavínia Candal Fonseca	Profissão:	
Nome do Pai:	Oscar de Araújo Fonseca	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Helena Sodré Pereira de Sampaio Fonse	Falecimento:	2007
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1925
Aspirante-a-oficial	1929
Segundo-tenente	1929
Primeiro-tenente	1931
Capitão	1934
Major	1942
Tenente-coronel	1946
Coronel	1952
General-de-brigada	1964
General-de-divisão	1965
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Augusto César de Castro Muniz de Aragão

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1906	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Maria Augusta de Castro Muniz de Ara	Profissão:	
Nome do Pai:	João Muniz Barreto de Aragão	Profissão:	Militar
Cônjuge:		Falecimento:	1993
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1922
Aspirante-a-oficial	1927
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1929
Capitão	1934
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 1932	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1867	Goiás	GO
Nome da Mãe:	Emerenciana Azevedo Espírito Santo C	Profissão:	
Nome do Pai:	Felicíssimo Espírito Santo Cardoso	Profissão:	
Cônjuge:	Ana Fernandes Cardoso	Falecimento:	1947
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1884
Aspirante-a-oficial	1890
Segundo-tenente	1894
Primeiro-tenente	
Capitão	1906
Major	1912
Tenente-coronel	1917
Coronel	1919
General-de-brigada	1932
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1933

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Aurélio Lira Tavares		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1905	Paraíba	PB
Nome da Mãe:	Rosa Amélia Tavares de Lira	Profissão:	
Nome do Pai:	João de Lira Tavares	Profissão:	político
Cônjuge:	Isolina Lira Tavares	Falecimento:	1998
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1923
Aspirante-a-oficial	1925
Segundo-tenente	1926
Primeiro-tenente	1928
Capitão	1932
Major	1939
Tenente-coronel	1942
Coronel	1946
General-de-brigada	1955
General-de-divisão	1961
General-de-exército	1964
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Benedito Olímpio da Silveira		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1877	Amazonas	AM
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1935
Escola de Formação	Escola Militar da Praia Vermelha	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1893
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1907
Primeiro-tenente	1908
Capitão	1917
Major	1920
Tenente-coronel	1923
Coronel	1926
General-de-brigada	1929
General-de-divisão	1934
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Canrobert Pereira da Costa**Dados gerais do militar**

Nascimento:	1895	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Júlia Amélia Coutinho da Costa	Profissão:	
Nome do Pai:	Francisco Pereira da Costa Filho	Profissão:	
Cônjuge:	Anadina Tumba Pereira da Costa	Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1914
Aspirante-a-oficial	1918
Segundo-tenente	1918
Primeiro-tenente	1919
Capitão	1921
Major	1932
Tenente-coronel	1935
Coronel	1938
General-de-brigada	1942
General-de-divisão	1945
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Adepto

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Carlos Alberto da Fontoura		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1912	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:	Otília Neves da Fontoura	Profissão:	
Nome do Pai:	Graciliano Porto da Fontoura	Profissão:	
Cônjuge:	Maria Lucila Freitas Vale da Silva Font	Falecimento:	1997
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1931
Aspirante-a-oficial	1934
Segundo-tenente	1934
Primeiro-tenente	1936
Capitão	1943
Major	1951
Tenente-coronel	1954
Coronel	1961
General-de-brigada	1966
General-de-divisão	1971
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	08/08/1989
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Carlos de Meira Mattos		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1913	São Carlos	SP
Nome da Mãe:	Benedita de Meira Matos	Profissão:	
Nome do Pai:	Liberato de Matos	Profissão:	
Cônjuge:	Maria Aparecida Caetano da Silva	Falecimento:	2007
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1933
Aspirante-a-oficial	1935
Segundo-tenente	1935
Primeiro-tenente	1937
Capitão	1942
Major	1951
Tenente-coronel	1957
Coronel	1963
General-de-brigada	1968
General-de-divisão	1973
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	08/08/1952
Oficial	Sim	18/08/1959
Comendador	Sim	06/08/1968
Grande Oficial	Sim	15/08/1974
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Carlos Luís Guedes	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1905	São João del Rei	MG
Nome da Mãe:	Alice Guadalupe Guedes	Profissão:	
Nome do Pai:	Carlos Luís Guedes	Profissão:	Comercian
Cônjuge:	Odete de Oliveira Guedes	Falecimento:	1976
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1923
Aspirante-a-oficial	1925
Segundo-tenente	1926
Primeiro-tenente	1928
Capitão	1933
Major	1942
Tenente-coronel	1947
Coronel	1952
General-de-brigada	1960
General-de-divisão	1964
General-de-exército	1969
Marechal	
Reserva	1969

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Ciro do Espírito Santo Cardoso		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1898	Lapa	PR
Nome da Mãe:	Ana Fernandes Cardoso	Profissão:	
Nome do Pai:	Augusto Inácio do Espírito Santo Cardo	Profissão:	Militar
Cônjuge:		Falecimento:	1979
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1915
Aspirante-a-oficial	1918
Segundo-tenente	1919
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1930
Major	1934
Tenente-coronel	1940
Coronel	1942
General-de-brigada	1946
General-de-divisão	1952
General-de-exército	1958
Marechal	
Reserva	1959

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Cyro Guedes Etchegoyen

Dados gerais do militar

Nascimento:	1929	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:	Regina Guedes Etchegoyen	Profissão:	
Nome do Pai:	Alcides Etchegoyen	Profissão:	Militar
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação	Academia Militar das Agulhas Negras	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	1964
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1983

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 1932	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	17/08/1972
Oficial	Sim	25/07/1978
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Delso Mendes da Fonseca			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1899	Floriano	PI
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:	Beatriz Cavalcanti da Fonseca	Falecimento:	1984
Escola de Formação		Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1917
Aspirante-a-oficial	1919
Segundo-tenente	1920
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1930
Major	1937
Tenente-coronel	1941
Coronel	1944
General-de-brigada	1952
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Integrante
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Dirceu de Araújo Nogueira		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1912	Santana do Livramento	RS
Nome da Mãe:	Maria Araújo Nogueira	Profissão:	
Nome do Pai:	Carlos Domingos Nogueira	Profissão:	
Cônjuge:	Abigail Faria Nogueira	Falecimento:	2002
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1931
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1934
Primeiro-tenente	1936
Capitão	1937
Major	1944
Tenente-coronel	1951
Coronel	1955
General-de-brigada	1964
General-de-divisão	1967
General-de-exército	1971
Marechal	1974
Reserva	1974

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Dulcídio do Espírito Santo Cardoso		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1896	Lapa	PR
Nome da Mãe:	Ana Fernandes Cardoso	Profissão:	
Nome do Pai:	Augusto Inácio do Espírito Santo Cardo	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Hortência Barreto Cardoso/Maria Beatri	Falecimento:	1978
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1915
Aspirante-a-oficial	1918
Segundo-tenente	1919
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1929
Major	1937
Tenente-coronel	1939
Coronel	1944
General-de-brigada	1958
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Integrante
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Ednardo D'Ávila Melo			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1911	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:	Áurea Melo	Falecimento:	1984
Escola de Formação		Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1928
Aspirante-a-oficial	1932
Segundo-tenente	1932
Primeiro-tenente	1933
Capitão	1937
Major	1947
Tenente-coronel	1952
Coronel	1957
General-de-brigada	1965
General-de-divisão	1969
General-de-exército	1973
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 1932	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Emílio Garrastazu Médici		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1905	Bajé	RS
Nome da Mãe:	Júlia Garrastazu Médici	Profissão:	
Nome do Pai:	Emílio Médici	Profissão:	Comercian
Cônjuge:	Scila Gaffrée Médici	Falecimento:	1985
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1924
Aspirante-a-oficial	1927
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1929
Capitão	1934
Major	1943
Tenente-coronel	1948
Coronel	1953
General-de-brigada	1961
General-de-divisão	
General-de-exército	1969
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Ênio Gouveia dos Santos		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1918	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Vera Gouveia dos Santos	Profissão:	
Nome do Pai:	Alberto Dias dos Santos	Profissão:	
Cônjuge:	Vera Brás da Cunha Santos	Falecimento:	2000
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1936
Aspirante-a-oficial	1938
Segundo-tenente	1939
Primeiro-tenente	1941
Capitão	1944
Major	1952
Tenente-coronel	1959
Coronel	1964
General-de-brigada	1973
General-de-divisão	1977
General-de-exército	1981
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	A favor
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Ernesto Geisel	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1907	Bento Gonçalves	RS
Nome da Mãe:	Lídia Beckmann Geisel	Profissão:	
Nome do Pai:	Augusto Guilherme Geisel	Profissão:	
Cônjuge:	Luci Markus Geisel	Falecimento:	1996
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1925
Aspirante-a-oficial	1928
Segundo-tenente	1928
Primeiro-tenente	1930
Capitão	1935
Major	1943
Tenente-coronel	1948
Coronel	1953
General-de-brigada	1960
General-de-divisão	1964
General-de-exército	1966
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Estênio Caio de Albuquerque Lima

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1897	Ceará	CE
Nome da Mãe:	Luísa de Albuquerque Lima	Profissão:	
Nome do Pai:	Joaquim Lima	Profissão:	Advogado
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1916
Aspirante-a-oficial	1918
Segundo-tenente	1919
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1923
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	1948
General-de-divisão	1954
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1962

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Estêvão Leitão de Carvalho		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1881	Penedo	AL
Nome da Mãe:	Maria Cerqueira Leitão de Carvalho	Profissão:	
Nome do Pai:	Francisco Leitão de Carvalho	Profissão:	
Cônjuge:	Laura Costa Leitão de Carvalho.	Falecimento:	1970
Escola de Formação	Escola Militar da Praia Vermelha	Arma de:	Infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1898
Aspirante-a-oficial	1903
Segundo-tenente	1907
Primeiro-tenente	1913
Capitão	1919
Major	1923
Tenente-coronel	1928
Coronel	1930
General-de-brigada	1935
General-de-divisão	1940
General-de-exército	1945
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	A Favor
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Euclides de Oliveira Figueiredo Filho			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1919	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Valentina Silva de Oliveira Figueiredo	Profissão:	
Nome do Pai:	Euclides de Oliveira Figueiredo	Profissão:	Militar
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1938
Aspirante-a-oficial	1940
Segundo-tenente	1942
Primeiro-tenente	1943
Capitão	1945
Major	1952
Tenente-coronel	1961
Coronel	1965
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Euclides Hermes da Fonseca		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1883	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Orsina Hermes da Fonseca	Profissão:	
Nome do Pai:	Hermes Rodrigues da Fonseca	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Leolina de Ovalle Fonseca	Falecimento:	1962
Escola de Formação	Escola Militar de Porto Alegre	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1902
Aspirante-a-oficial	1909
Segundo-tenente	1913
Primeiro-tenente	1917
Capitão	1919
Major	1931
Tenente-coronel	
Coronel	1938
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Euler Bentes Monteiro		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1917	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Olga do Nascimento Bentes Monteiro	Profissão:	
Nome do Pai:	José Bentes Monteiro	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Maria José Pais Bentes	Falecimento:	2002
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1933
Aspirante-a-oficial	1936
Segundo-tenente	1936
Primeiro-tenente	1937
Capitão	1940
Major	1947
Tenente-coronel	1952
Coronel	1955
General-de-brigada	1965
General-de-divisão	1969
General-de-exército	1974
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 1936	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	08/08/1953
Oficial	Sim	18/08/1959
Comendador	Sim	04/08/1965
Grande Oficial	Não	11/08/1970
Grã-Cruz	Sim	14/08/1973

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Francisco Gil Castelo Branco		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1886	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Francisco Gil Castelo Branco	Profissão:	
Cônjuge:	Celita Penalva Santos Castelo Branco	Falecimento:	1956
Escola de Formação	Escola de Guerra de Porto Alegre	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1902
Aspirante-a-oficial	1907
Segundo-tenente	1908
Primeiro-tenente	1915
Capitão	1920
Major	
Tenente-coronel	1931
Coronel	
General-de-brigada	1942
General-de-divisão	1946
General-de-exército	
Marechal	1958
Reserva	1958

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Francisco Ramos de Andrade Neves

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1874	Rio Grande do Sul	RS
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:	Zalda Vilela de Carvalho Andrade	Falecimento:	1951
Escola de Formação	Escola Militar de Porto Alegre	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1889
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1893
Primeiro-tenente	1901
Capitão	1908
Major	1916
Tenente-coronel	1919
Coronel	
General-de-brigada	1926
General-de-divisão	1931
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Geraldo Alvarenga Navarro			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1916	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Manuel Serrano Navarro	Profissão:	Médico
Cônjuge:		Falecimento:	1998
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1934
Aspirante-a-oficial	1937
Segundo-tenente	1937
Primeiro-tenente	1939
Capitão	1944
Major	1951
Tenente-coronel	1958
Coronel	1964
General-de-brigada	1969
General-de-divisão	1976
General-de-exército	1979
Marechal	
Reserva	1982

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Gilberto Marinho		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1907	Pelotas	RS
Nome da Mãe:	Nena Marinho	Profissão:	
Nome do Pai:	Gonçalo Marinho	Profissão:	
Cônjuge:	Enilda Leite Marinho	Falecimento:	1985
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1925
Aspirante-a-oficial	1928
Segundo-tenente	1928
Primeiro-tenente	1930
Capitão	1934
Major	1938
Tenente-coronel	1945
Coronel	1953
General-de-brigada	1958
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Gregório Porto da Fonseca			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1875	Cachoeira do Sul	RS
Nome da Mãe:	Luzia Mariana Porto da Fonseca	Profissão:	
Nome do Pai:	Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo	Profissão:	
Cônjuge:	Argentina Valdetaro da Fonseca	Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1896
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Gustavo Cordeiro de Farias		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1983	Jaguarão	RS
Nome da Mãe:	Corina Padilha Cordeiro de Farias	Profissão:	
Nome do Pai:	Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Noêmia Brasil Cordeiro de Farias	Falecimento:	1948
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1911
Aspirante-a-oficial	1915
Segundo-tenente	1916
Primeiro-tenente	1918
Capitão	1921
Major	
Tenente-coronel	1932
Coronel	1937
General-de-brigada	1941
General-de-divisão	1946
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Integrante
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Gustavo Moraes Rego Reis			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1920	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Maria de Lourdes de Moraes do Rego	Profissão:	
Nome do Pai:	Artur Henoch	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1997
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1939
Aspirante-a-oficial	1944
Segundo-tenente	1944
Primeiro-tenente	1945
Capitão	1949
Major	1954
Tenente-coronel	1963
Coronel	1967
General-de-brigada	1975
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Hastínfilo de Moura	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1865	Itapicuru-Mirim	MA
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	João Ribeiro de Moura	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1956
Escola de Formação	Escola Militar do Rio de Janeiro	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1885
Aspirante-a-oficial	1888
Segundo-tenente	1890
Primeiro-tenente	
Capitão	1893
Major	1908
Tenente-coronel	1911
Coronel	1912
General-de-brigada	1922
General-de-divisão	1926
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Heraldo Tavares Alves		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1919	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Celina Tavares Alves	Profissão:	
Nome do Pai:	Almiro de Macedo Alves	Profissão:	
Cônjuge:	Lígia Fernandes Alves	Falecimento:	2009
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1938
Aspirante-a-oficial	1941
Segundo-tenente	1942
Primeiro-tenente	1944
Capitão	1946
Major	1954
Tenente-coronel	1961
Coronel	1966
General-de-brigada	1974
General-de-divisão	1982
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1985

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Hugo Abreu			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1916	Juiz de Fora	MG
Nome da Mãe:	Antônia de Andrade Abreu	Profissão:	
Nome do Pai:	José Ribeiro de Abreu	Profissão:	
Cônjuge:	Consuelo Procópio de Abreu	Falecimento:	1979
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1934
Aspirante-a-oficial	1937
Segundo-tenente	1937
Primeiro-tenente	1938
Capitão	1943
Major	1951
Tenente-coronel	1957
Coronel	1964
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Hugo Panasco Alvim			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1901	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:	Maria Ofélia Cabral Alvim	Falecimento:	1978
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1919
Aspirante-a-oficial	1922
Segundo-tenente	1922
Primeiro-tenente	1923
Capitão	1932
Major	1940
Tenente-coronel	
Coronel	1943
General-de-brigada	1956
General-de-divisão	1962
General-de-exército	1964
Marechal	1966
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Humberto de Alencar Castelo Branco

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1897	Fortaleza	CE
Nome da Mãe:	Antonieta de Alencar Castelo Branco	Profissão:	
Nome do Pai:	Cândido Borges Castelo Branco	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Argentina Viana	Falecimento:	1967
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1918
Aspirante-a-oficial	1921
Segundo-tenente	1921
Primeiro-tenente	1922
Capitão	1932
Major	1938
Tenente-coronel	1943
Coronel	1945
General-de-brigada	1952
General-de-divisão	1958
General-de-exército	1962
Marechal	1964
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Ismar de Góis Monteiro		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1906	Maceió	AL
Nome da Mãe:	Constança Cavalcanti de Góis Monteiro	Profissão:	
Nome do Pai:	Pedro Aureliano Monteiro dos Santos	Profissão:	
Cônjuge:	Florinda Moreira de Góis Monteiro	Falecimento:	1990
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1924
Aspirante-a-oficial	1927
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1929
Capitão	1932
Major	1941
Tenente-coronel	1945
Coronel	1950
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Ivan Barros Ribeiro			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1911	São Carlos do Pinhal	SP
Nome da Mãe:	Belisa Ramos Ribeiro	Profissão:	
Nome do Pai:	Alfredo Ribeiro Júnior	Profissão:	Militar
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira	
Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	1934
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	1944
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos	
Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira		
Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Ivan de Sousa Mendes			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1922	Cordeiro	RJ
Nome da Mãe:	Celeste Freitas de Sousa Mendes	Profissão:	
Nome do Pai:	Alfredo de Sousa Mendes	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	2010
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1940
Aspirante-a-oficial	1943
Segundo-tenente	1943
Primeiro-tenente	1944
Capitão	1948
Major	1952
Tenente-coronel	1962
Coronel	1966
General-de-brigada	1974
General-de-divisão	1979
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Jaime Portela de Melo		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1911	Lagoa Nova	RN
Nome da Mãe:	Regina Sampaio de Melo	Profissão:	
Nome do Pai:	Higino Portela de Melo	Profissão:	
Cônjuge:	Cirene Portela de Melo	Falecimento:	1984
Escola de Formação	Escola Militar do Rio de Janeiro	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1928
Aspirante-a-oficial	1934
Segundo-tenente	1934
Primeiro-tenente	1936
Capitão	1941
Major	1948
Tenente-coronel	1953
Coronel	1961
General-de-brigada	1965
General-de-divisão	1969
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do Club 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Jefferson Cardim de Alencar Osório		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1912	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Corina Cardim de Alencar Osório	Profissão:	Professora/
Nome do Pai:	Roberto de Alencar Osório	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Rosa Lopetegui de Alencar Osório	Falecimento:	1995
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1930
Aspirante-a-oficial	1934
Segundo-tenente	1934
Primeiro-tenente	1936
Capitão	1941
Major	1948
Tenente-coronel	1953
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 1934	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	João Alberto Lins de Barros		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1897	Recife	PE
Nome da Mãe:	Maria Carmelita Lins de Barros	Profissão:	
Nome do Pai:	Joaquim Cavalcanti Leal de Barros	Profissão:	Professor
Cônjuge:		Falecimento:	1955
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1919
Aspirante-a-oficial	1922
Segundo-tenente	1922
Primeiro-tenente	1923
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 1932	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	João Batista de Oliveira Figueiredo		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1918	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Valentina Silva Oliveira Figueiredo	Profissão:	
Nome do Pai:	de Euclides de Oliveira Figueiredo	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1999
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1935
Aspirante-a-oficial	1937
Segundo-tenente	1938
Primeiro-tenente	1940
Capitão	1944
Major	1953
Tenente-coronel	1958
Coronel	1964
General-de-brigada	1969
General-de-divisão	1979
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	A favor
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	João Batista Mascarenhas de Moraes		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1883	São Gabriel	RS
Nome da Mãe:	Manuela Mascarenhas de Moraes	Profissão:	
Nome do Pai:	Lafaiete Apolinário de Moraes	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1904
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1907
Primeiro-tenente	1913
Capitão	1918
Major	1923
Tenente-coronel	1928
Coronel	
General-de-brigada	1937
General-de-divisão	1942
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1946

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de João Bina Machado			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1908	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:	Maria da Anunciação Bina Machado	Profissão:	
Nome do Pai:	Antônio Vilhena Machado	Profissão:	
Cônjuge:	Wally Brockman Machado	Falecimento:	2000
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1926
Aspirante-a-oficial	1930
Segundo-tenente	1930
Primeiro-tenente	1931
Capitão	1937
Major	1945
Tenente-coronel	1951
Coronel	1955
General-de-brigada	1964
General-de-divisão	1966
General-de-exército	1970
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	04/08/1949
Oficial	Não	09/08/1956
Comendador	Sim	17/08/1964
Grande Oficial	Sim	04/08/1967
Grã-Cruz	Sim	16/08/1971

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Joaquim Abreu Fonseca			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1922	Pouso Alegre	MG
Nome da Mãe:	Sílvia Ribeiro de Abreu Fonseca	Profissão:	
Nome do Pai:	Olinto Guimarães Fonseca	Profissão:	
Cônjuge:	Léa Sílvia Cavalcanti Fonseca	Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1942
Aspirante-a-oficial	1944
Segundo-tenente	1945
Primeiro-tenente	1947
Capitão	1950
Major	1955
Tenente-coronel	1964
Coronel	1968
General-de-brigada	1977
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1986

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de José Bina Machado			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1896	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:	Maria da Anunciação Bina Machado	Profissão:	
Nome do Pai:	Antônio Vilhena Machado	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1964
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1916
Aspirante-a-oficial	1918
Segundo-tenente	1919
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1923
Major	1934
Tenente-coronel	1940
Coronel	1943
General-de-brigada	1948
General-de-divisão	
General-de-exército	1958
Marechal	1958
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	A Favor
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		José Caetano de Faria	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1855	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1936
Escola de Formação	Escola Militar da Praia Vermelha	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1868
Aspirante-a-oficial	1875
Segundo-tenente	1878
Primeiro-tenente	
Capitão	1884
Major	1891
Tenente-coronel	1894
Coronel	1902
General-de-brigada	1905
General-de-divisão	1905
General-de-exército	
Marechal	1916
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de José Joaquim de Andrade			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1879	Ceará	CE
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Joaquim José de Andrade	Profissão:	
Cônjuge:	Olga Phyro de Andrade	Falecimento:	1940
Escola de Formação	Escola Preparatória do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1896
Aspirante-a-oficial	1905
Segundo-tenente	1907
Primeiro-tenente	1914
Capitão	1919
Major	1925
Tenente-coronel	
Coronel	1931
General-de-brigada	1935
General-de-divisão	1938
General-de-exército	1953
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	A Favor
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	José Luis Arnaldo Calderari		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1913	Irati	PR
Nome da Mãe:	Amélia Ciola Calderari	Profissão:	
Nome do Pai:	Francisco Xavier Calderari	Profissão:	Comercian
Cônjuge:		Falecimento:	1997
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1931
Aspirante-a-oficial	1934
Segundo-tenente	1935
Primeiro-tenente	1937
Capitão	1943
Major	1951
Tenente-coronel	1956
Coronel	1962
General-de-brigada	1967
General-de-divisão	1973
General-de-exército	1977
Marechal	
Reserva	1979

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		José Luiz Coelho Netto	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1921		
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira	
Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	1964
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos	
Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira		
Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Júlio Caetano Horta Barbosa		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1881	Pinheiro	RJ
Nome da Mãe:	Bárbara Bueno Horta Barbosa	Profissão:	
Nome do Pai:	José Caetano Horta Barbosa	Profissão:	Engenheir
Cônjuge:	Dirce Matos Horta Barbosa	Falecimento:	1965
Escola de Formação	Escola Militar da Praia Vermelha (Realengo)	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1897
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1907
Primeiro-tenente	1908
Capitão	1911
Major	1921
Tenente-coronel	1926
Coronel	1930
General-de-brigada	1933
General-de-divisão	1940
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Júlio Perouse Pontes		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1899	Salvador	BH
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	João Perouse Pontes	Profissão:	
Cônjuge:	Iolanda Cavalcanti Perouse Pontes	Falecimento:	1953
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1918
Aspirante-a-oficial	1922
Segundo-tenente	1922
Primeiro-tenente	1923
Capitão	1933
Major	1942
Tenente-coronel	1948
Coronel	1952
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Jurandir de Bizarria Mamede			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1906	Salvador	BH
Nome da Mãe:	Celeuta Bizarria Mamede	Profissão:	
Nome do Pai:	Eduardo Borges Mamede	Profissão:	
Cônjuge:	Beatriz Dantas Mamede	Falecimento:	1998
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1923
Aspirante-a-oficial	1927
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1929
Capitão	1932
Major	1940
Tenente-coronel	1944
Coronel	1951
General-de-brigada	
General-de-divisão	1965
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Landri Sales Gonçalves		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1904	Acaraú	CE
Nome da Mãe:	Efigênia Sales Gonçalves	Profissão:	
Nome do Pai:	Francisco Losada Gonçalves	Profissão:	
Cônjuge:	Zilma Cavalcanti Gonçalves	Falecimento:	1978
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1922
Aspirante-a-oficial	1927
Segundo-tenente	1927
Primeiro-tenente	1929
Capitão	1933
Major	1941
Tenente-coronel	1945
Coronel	1951
General-de-brigada	1957
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1957

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Léo Guedes Etchegoyen			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1925	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	2003
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira	
Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos	
Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira		
Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	04/08/1965
Oficial	Sim	17/08/1972
Comendador	Sim	25/07/1978
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Leonidas Pires Gonçalves	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1921	Rio Grande do Sul	RS
Nome da Mãe:	Rute Dumoncel Gonçalves	Profissão:	
Nome do Pai:	José Pires Gonçalves	Profissão:	Médico
Cônjuge:	Dóris Coelho Neto Pires Gonçalves	Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1939
Aspirante-a-oficial	1942
Segundo-tenente	1943
Primeiro-tenente	1944
Capitão	1947
Major	1952
Tenente-coronel	1961
Coronel	1966
General-de-brigada	1979
General-de-divisão	1982
General-de-exército	1986
Marechal	
Reserva	1986

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Sim	18/08/1959
Oficial	Sim	17/08/1964
Comendador	Sim	15/08/1974
Grande Oficial	Sim	23/07/1979
Grã-Cruz	Sim	16/08/1982

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Leopoldo Néri da Fonseca Júnior		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1885	Amazonas	AM
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1901
Aspirante-a-oficial	1908
Segundo-tenente	1909
Primeiro-tenente	1914
Capitão	1919
Major	1930
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Mário Davi Andreazza

Dados gerais do militar			
Nascimento:	1918	Caxias do Sul	RS
Nome da Mãe:	Inês Corso Andreazza	Profissão:	
Nome do Pai:	Atílio Andreazza	Profissão:	
Cônjuge:	Liliana Urtiaga Andreazza	Falecimento:	1988
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1938
Aspirante-a-oficial	1940
Segundo-tenente	1941
Primeiro-tenente	1943
Capitão	1945
Major	1953
Tenente-coronel	1960
Coronel	1965
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Mário Jorge da Fonseca Hermes			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1926	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Zaira Jorge da Fonseca Hermes	Profissão:	
Nome do Pai:	Mário Assis da Fonseca Hermes	Profissão:	
Cônjuge:	Carmem Alba Igrejas da Fonseca Herme	Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira	
Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos	
Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira		
Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Mário Poppe de Figueiredo		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1904	Niterói	RJ
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Leopoldo Antunes de Figueiredo	Profissão:	
Cônjuge:	Maria Emília de Castro Correia	Falecimento:	1985
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1922
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1930
Primeiro-tenente	
Capitão	1933
Major	1940
Tenente-coronel	1944
Coronel	1950
General-de-brigada	1958
General-de-divisão	1963
General-de-exército	
Marechal	1966
Reserva	1966

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Nemo Canabarro Lucas			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1908	São Francisco de Assis	RS
Nome da Mãe:	Mariana Canabarro Lucas	Profissão:	
Nome do Pai:	João Antônio Lucas	Profissão:	
Cônjuge:	Julieta Martins Álvares	Falecimento:	1990
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1926
Aspirante-a-oficial	1930
Segundo-tenente	1930
Primeiro-tenente	1931
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	1951
Coronel	1956
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Integrante
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Nestor Sezefredo dos Passos		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1872	Florianopolis	SC
Nome da Mãe:	Maria Vicência dos Passos	Profissão:	
Nome do Pai:	José Filipe dos Passos	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1941
Escola de Formação	Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1888
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1902
Primeiro-tenente	1903
Capitão	1907
Major	1914
Tenente-coronel	1917
Coronel	1919
General-de-brigada	1922
General-de-divisão	1926
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Nestor Souto de Oliveira		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1900	Porto Alegre	RS
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Trogílio de Oliveira	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1917
Aspirante-a-oficial	1919
Segundo-tenente	1921
Primeiro-tenente	1922
Capitão	1930
Major	1936
Tenente-coronel	1940
Coronel	1943
General-de-brigada	1949
General-de-divisão	1955
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Newton Cruz			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1924	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz	Profissão:	
Cônjuge:	Leni da Costa Raimundo	Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1941
Aspirante-a-oficial	1944
Segundo-tenente	1944
Primeiro-tenente	1945
Capitão	1949
Major	
Tenente-coronel	1963
Coronel	1968
General-de-brigada	1976
General-de-divisão	1981
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Nilo Caneppe Silva			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1916	Rio Grande do Sul	RS
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1999
Escola de Formação		Arma de:	cavalaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1934
Aspirante-a-oficial	1937
Segundo-tenente	1937
Primeiro-tenente	1939
Capitão	1944
Major	1952
Tenente-coronel	1958
Coronel	1964
General-de-brigada	1971
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Octávio Costa			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1920	Alagoas	AL
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira	
Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos	
Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do Club 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira		
Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Odílio Denis	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1892	Santo Antônio de Pádua	RJ
Nome da Mãe:	Maria Luísa Denis	Profissão:	
Nome do Pai:	Otávio Denis	Profissão:	
Cônjuge:	Maria Helza Bayma Denis	Falecimento:	1985
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1912
Aspirante-a-oficial	1915
Segundo-tenente	1917
Primeiro-tenente	1921
Capitão	
Major	1933
Tenente-coronel	1937
Coronel	
General-de-brigada	1942
General-de-divisão	1946
General-de-exército	1952
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do Club 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Odon Bezerra Cavalcanti		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1901	Bananeiras	PB
Nome da Mãe:	Júlia Gabino Bezerra Cavalcanti	Profissão:	
Nome do Pai:	Leopoldo Bezerra Cavalcanti	Profissão:	Proprietári
Cônjuge:	Aline Cunha Bezerra Cavalcanti	Falecimento:	1949
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1922
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	
Capitão	
Major	
Tenente-coronel	
Coronel	
General-de-brigada	
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Olimpio Falconière da Cunha		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1891	Itajai	RS
Nome da Mãe:	Leopoldina da Cunha	Profissão:	
Nome do Pai:	Olimpio da Cunha	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1967
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1912
Aspirante-a-oficial	1915
Segundo-tenente	1916
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1930
Major	1933
Tenente-coronel	1937
Coronel	1940
General-de-brigada	1943
General-de-divisão	1948
General-de-exército	1955
Marechal	
Reserva	1961

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do Club 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Olvaldo Vila Belo e Silva			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1879	São Paulo	SP
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:	José Rodrigues Vila Belo e Silva	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1906
Aspirante-a-oficial	1907
Segundo-tenente	1908
Primeiro-tenente	1913
Capitão	1919
Major	1928
Tenente-coronel	1931
Coronel	1937
General-de-brigada	1937
General-de-divisão	
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	A Favor
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Orlando Geisel	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1905	Estrela	RS
Nome da Mãe:	Lidia Beckmann Geisel	Profissão:	
Nome do Pai:	Augusto Guilherme Geisel	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1979
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1923
Aspirante-a-oficial	1925
Segundo-tenente	1925
Primeiro-tenente	1928
Capitão	1933
Major	1941
Tenente-coronel	1945
Coronel	1952
General-de-brigada	1958
General-de-divisão	1964
General-de-exército	1965
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Oscar Luís da Silva	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1911	Pernambuco	PE
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:	Marina da Silva	Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1930
Aspirante-a-oficial	1932
Segundo-tenente	1933
Primeiro-tenente	1934
Capitão	1940
Major	1948
Tenente-coronel	1952
Coronel	1959
General-de-brigada	1964
General-de-divisão	1968
General-de-exército	1972
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Osvaldo Cordeiro de Farias		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1901	Jaguarão	RS
Nome da Mãe:	Corina Padilha Cordeiro de Farias	Profissão:	
Nome do Pai:	Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Avani Cordeiro de Farias	Falecimento:	1981
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1917
Aspirante-a-oficial	1919
Segundo-tenente	1920
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1930
Major	
Tenente-coronel	1933
Coronel	1937
General-de-brigada	1942
General-de-divisão	1946
General-de-exército	1952
Marechal	1965
Reserva	1965

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Osvino Ferreira Alves		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1897	Itaqui	RS
Nome da Mãe:	Vitorina Ferreira Alves	Profissão:	
Nome do Pai:	Propício Antônio Alves	Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1981
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1915
Aspirante-a-oficial	1918
Segundo-tenente	1919
Primeiro-tenente	1921
Capitão	1925
Major	1933
Tenente-coronel	1938
Coronel	1943
General-de-brigada	1951
General-de-divisão	1956
General-de-exército	1958
Marechal	1963
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Pantaleão da Silva Pessoa		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1885	Bajé	RS
Nome da Mãe:	Ifigênia da Silva Pessoa	Profissão:	
Nome do Pai:	Antônio Francisco Pessoa	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Corina de Abreu Pessoa	Falecimento:	1980
Escola de Formação	Escola de Guerra de Porto Alegre	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1908
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	1908
Primeiro-tenente	1913
Capitão	1919
Major	1928
Tenente-coronel	1931
Coronel	1932
General-de-brigada	1933
General-de-divisão	1935
General-de-exército	1954
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Contra
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Raimundo Rodrigues Barbosa			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1875	Pará	PA
Nome da Mãe:		Profissão:	
Nome do Pai:		Profissão:	
Cônjuge:		Falecimento:	1968
Escola de Formação	Escola Militar da Praia Vermelha	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1890
Aspirante-a-oficial	
Segundo-tenente	
Primeiro-tenente	1907
Capitão	1908
Major	1913
Tenente-coronel	1918
Coronel	1921
General-de-brigada	1931
General-de-divisão	1931
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	1943

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Rodrigo Otávio Jordão Ramos			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1910	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Filomena Jordão Ramos	Profissão:	
Nome do Pai:	Henrique Ramos	Profissão:	
Cônjuge:	Celeste César Jordão Ramos	Falecimento:	
Escola de Formação		Arma de:	engenharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1927
Aspirante-a-oficial	1930
Segundo-tenente	1930
Primeiro-tenente	1931
Capitão	1934
Major	1942
Tenente-coronel	1947
Coronel	1953
General-de-brigada	1964
General-de-divisão	1966
General-de-exército	1969
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de Rubens Bayma Denis			
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1929	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Maria Helza Bayma Denis	Profissão:	
Nome do Pai:	Odílio Denis	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Rita Marina Aeron Denis	Falecimento:	
Escola de Formação	Escola Militar de Resende	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1944
Aspirante-a-oficial	1949
Segundo-tenente	1950
Primeiro-tenente	1951
Capitão	1954
Major	
Tenente-coronel	1968
Coronel	
General-de-brigada	1982
General-de-divisão	1987
General-de-exército	
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 1932	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de		Salvador César Obino	
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1886	Bajé	RS
Nome da Mãe:	Georgina Obino	Profissão:	
Nome do Pai:	Salvador Obino	Profissão:	
Cônjuge:	Noêmia Maurell Obino	Falecimento:	1979
Escola de Formação	Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo	Arma de:	infantaria/a artilharia

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1901
Aspirante-a-oficial	1908
Segundo-tenente	1909
Primeiro-tenente	1914
Capitão	1919
Major	1929
Tenente-coronel	1931
Coronel	1934
General-de-brigada	1940
General-de-divisão	1945
General-de-exército	1946
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Sisene Sarmento		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1907	Manaus	AM
Nome da Mãe:	Carmem Ramos Sarmento	Profissão:	
Nome do Pai:	Otávio Sarmento	Profissão:	
Cônjuge:	Sirlei Vilas Boas Camargo Sarmento	Falecimento:	1983
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	infantaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira

Posto	Ano
Sentou Praça	1923
Aspirante-a-oficial	1928
Segundo-tenente	1928
Primeiro-tenente	1930
Capitão	1933
Major	1942
Tenente-coronel	1946
Coronel	1952
General-de-brigada	1960
General-de-divisão	1964
General-de-exército	1967
Marechal	
Reserva	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos

Movimento	Participação
Revolução de 1930	A Favor
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do CLUB 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira

Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Ficha individual de	Tasso de Oliveira Tinoco		
Dados gerais do militar			
Nascimento:	1897	Rio de Janeiro	RJ
Nome da Mãe:	Clarinda Oliveira Tinoco da Sil	Profissão:	
Nome do Pai:	Jorge Gustavo Tinoco da Silva	Profissão:	Militar
Cônjuge:	Benedita Jorge Correia Tinoco	Falecimento:	1970
Escola de Formação	Escola Militar do Realengo	Arma de:	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Promoções no decorrer da carreira	
Posto	Ano
Sentou Praça	
Aspirante-a-oficial	1918
Segundo-tenente	1918
Primeiro-tenente	1920
Capitão	1930
Major	1933
Tenente-coronel	1937
Coronel	1943
General-de-brigada	1948
General-de-divisão	1953
General-de-exército	1959
Marechal	
Reserva	1959

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Participação do militar em movimentos	
Movimento	Participação
Revolução de 1930	Não Consta
Revolução Constitucionalista de 193	Não Consta
Repressão ao Comunismo	Não Consta
Repressão ao levante Integralista	Não Consta
Integrante do Club 3 de Outubro	Não Consta
Cruzada Democrática	Não Consta

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Condecorações no decorrer da carreira		
Condecoração	Auferiu	Ano
Cavaleiro	Não	
Oficial	Não	
Comendador	Não	
Grande Oficial	Não	
Grã-Cruz	Não	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome**Adalberto Pereira dos Santos**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Oficial de ligação na 1ª Divisão de Blindados do Exército norte-americano	Itália	1939	1945	
Comandante da Escola de Motomecanização				
Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre	Porto Alegre	1952		
Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria	Uruguaiana (RS)	1958		
Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras	Resende (RJ)	1958		
Representante do Exército na delegação brasileira às comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio	Buenos Aires	1960		
Comandante da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI)	Porto Alegre	1964		
Embaixador, representante das Forças Armadas, na cerimônia de posse de Eduardo Frei		1964		
Comandante a 1ª DI e a Guarnição da Vila Militar	Rio de Janeiro	1964		
Chefe da delegação do Exército brasileiro		1965		

Presidente da III Conferência dos Chefes de Serviços de Informações dos Exércitos Sul-Americanos	Rio de Janeiro			
Comandante do I Exército	Rio de Janeiro	1965	1968	
Chefe do Estado-Maior do Exército (EME)		1968	1969	
Embaixador extraordinário e Ministro plenipotenciário, nas solenidades comemorativas de mais um período presidencial do general Alfredo	Paraguai	1968		
Ministro do Superior Tribunal Militar (STM)		1969	1973	
Presidente do STM		1973	1974	
Vice-presidente da República		1974		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Adyr Fiúza de Castro			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Chefe da Divisão de Informações (D2) do gabinete do Ministro da Guerra		1967	1969	Gen.Aurélio Lira Tavares
Secretário	Não conta	1971		Gen. Sílvio Frota

Chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)		1972	1973	Gen.Sílvio Frota
Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1974		Não consta
Comandante da 6ª Região Militar	Salvador	1975		Não consta
Reserva		1978		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Afonso Augusto Albuquerque Lima**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Comandante das obras de construção da estrada Macapá-Clevelândia	Amapá			
Subcomandante da Brigada Militar de Pernambuco	Pernambuco			Jurandir Mamede
Comandante do 3º Batalhão da Brigada Militar de Pernambuco	Pernambuco	1932		
Dirigiu a construção da estrada Joinville-Curitiba	Paraná	1939	1941	
Subcomandante e oficial executivo do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, o primeiro contingente brasileiro a entrar em luta com os	Alemanha	1944	1945	Coronel José Machado Lopes

Comandante do 2º Batalhão Rodoviário (chefe da construção de um trecho da BR-2 e de uma ferrovia paralela ao Tronco Principal Sul,	Lajes (SC)	1953		
Chefe da Divisão de Planejamento e Coordenação da Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações do Exército		1955	1956	
Comandou o 1º Grupamento de Engenharia e Construção	João Pessoa	1958		
Representou as forças armadas no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codene)		1959	1960	
Diretor-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e coordenou os serviços de assistência às vítimas das enchentes		1961		
Chefe o gabinete do Departamento de Provisão Geral do Exército		1962	1963	
Interventor na Rede Ferroviária Federal (RFFSA)		1964		
Chefe do estado-maior do I Exército	Rio de Janeiro	1965		Gen. Otacílio Terra Ururáí
Comando da 2ª Divisão de Cavalaria	Uruguaiana (RS)			
Diretor-geral das Vias e Transportes do Exército		1966		
Diretor-geral de Engenharia e Comunicações				1966 1967

Primeiro Ministério do Interior (antiga,Ministério Extraordinário para Coordenação dos órgãos Regionais)		1967	1969	
Chefe da Diretoria Geral de Material BélicoChefia. da Diretoria Geral de Material BélicoChefe. da Diretoria Geral de Material Bélico		1969		
Diretor-presidente da Confecções Sparta e Sparta Nordeste				
Vice-presidente da União de Empresas Brasileiras				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Albino Silva			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Chefe do estado-maior do III Exército	Porto Alegre			
Assessor militar da delegação brasileira na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos				
Ajudante-geral do quartel-general da guarnição de Porto Alegre		1962		
Chefe do estado-maior do III Exército		1962		
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República				1962

Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional		1962		
Presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras		1962		
Presidente do Grupo Executivo do Arroz (GEA)				
Presidente da Petrobras				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Alcides Gonçalves Etchegoyen**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Serviu na chefia do estado-maior da 3ª Região Militar (3ª RM)	Rio Grande do Sul			
Delegado militar revolucionário junto à 3ª RM	Rio Grande do Sul			
Oficial-de-gabinete do ministro da Guerra		1936	1938	Eurico Gaspar Dutra
Comandante o Grupo Escola de maio		1938	1939	
Comandou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)		Porto Alegre	1939	1940

Chefe do estado-maior da 2ª Divisão de Cavalaria	São Paulo	1940	1942	
Chefe de polícia do Distrito Federal	Rio de Janeiro	1942	1943	
Comandante o Grupamento Leste de Defesa da Costa		1943	1946	
Comandante a artilharia da 3ª RM		1946	1948	
Comandante da Artilharia da Costa da 1ª RM	Distrito Federal	1948	1950	
Comandante do Núcleo da Divisão Blindada	Rio de Janeiro	1951	1952	
Inspetor da Artilharia da Costa e da Artilharia Antiaérea		1954		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Álvaro Alves da Silva Braga			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Oficial de transmissões de instrutor de tiro de guerra no 15º BC	Curitiba	1927		
Comandante de companhias no 15º Batalhão de Caçadores (15ºBC)	Curitiba	1927		

Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR).		1930		
comandante da 3ª Companhia do 15º BC	Paraná e vale do	1930		
Auxiliar do estado-maior do Destacamento Coronel Dornelles	Itapetininga (SP)	1930		
Encarregado do parque na Escola de Sargentos da Infantaria	Rio de Janeiro	1931		
Instrutor na Escola de Sargentos da Infantaria		1931	1932	
Ajudante-de-ordens do comandante da unidade do 4º Batalhão de Infantaria	São Paulo	1932		Gen.Manuel de Cerqueira Daltro Filho
Comandante do contingente da Companhia da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI)	São Paulo	1933		
Ajudante-de-ordens do comandante da 4ª BI		1933		
Comandante da Companhia de Metralhadoras do 2º Batalhão		1934		
Auxiliar de instrutor do curso de infantaria(Escola das Armas)	Rio de Janeiro	1936	1937	
Serviu no 12º Regimento de Infantaria	Juiz de Fora (MG)	1937		

Oficial suplementar da 3ª Seção do estado-maior do Agrupamento D da 1ª Zona	Ibituva (PR)	1937		
Ajudante-de-ordens no quartel-general e comandante do mesmo.	Ibituva (PR)	1937		
Comamndante da Companhia de Itaqui	Itaqui (RS)	1937		
Diretor de instrução de infantaria da Força Pública de São Paulo	São Paulo	1938		
Em caráter interino foi Diretor-geral de instrução	São Paulo	1938		
Estagiário nos EUA		1943		
Chefe do estado-maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE).	Europa	1944		
Chefe da 3ª Seção da 1ª DIE, serviu como oficial de operações.	Itália	1944		Gen. Zenóbio da Costa
Estáguario na linha de frente do V Exército norte-americano.		1944		
Chefe da 3ª Seção do Grupamento do Oeste	Itália	1945		
Chefe a 3ª seção do estado-maior da 1ª DIE				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Álvaro Fiúza de Castro				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Adjunto do Estado-Maior do Exército(EME)				Coronel Panchar
Oficial-de gabinete do ministro da Guerra do Governo Provisório		1930	1932	Gen.José Fernandes Leita Castro
Membro da Comissão de Estudos da Indústria Militar Brasileira	Europa	1933		General. Leite de Castro
Dirigiu o Arsenal de Guerra do (RJ)/membro da Comissão de Eficiência do Ministério da Guerra/Chefe de gabinete do ministro da guerra	Rio de Janeiro	1937	1939	Gen. Eurico Gaspar Dutra
Comandante da Escola Militar do Realengo	Rio de Janeiro	1939		Não consta
comandante da Artilharia Divisionária da 3ª Região	Cruz Alta	1941		Não consta
comandante da Artilharia Divisionária da 7ª RM	Campina Grande (PB)	1942		Não consta
Chefe da Diretoria de Material Bélico do Exército/membro do Conselho Superior de Economia de Guerra		1943		Não consta
Departamento Técnico e de Produção do Exército		1946	1948	Não consta

Chefe do EME		1948		Gen. Eurico Gaspar Dutra

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Amauri Kruehl			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Instrutor de equitação de oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)	Rio de Janeiro			
Instrutor do curso de cavalaria na Vila Militar	Rio de Janeiro	1927	1928	
Ajudante-de-ordens do subchefe do Estado-Maior do Exército (EME)	Rio de Janeiro	1929	1931	
Diretor de trânsito do Distrito Federal	Rio de Janeiro	1933		
Instrutor de tática de cavalaria na Vila Militar		1934	1936	
Comandante da Polícia Municipal	Rio de Janeiro	1936	1937	
Adjunto do gabinete da Inspeção Geral de Ensino do Exército		1937	1939	
Subcomandante do 12º Regimento de Cavalaria Independente	Bajé (RS)	1939	1940	

Instrutor-chefe do curso de cavalaria da Escola de Estado-Maior		1941	1943	
Integrante do Estado-Maior Divisionário/Estado-Maior Especial	Rio de Janeiro			
Criou o Serviço de Contra-Inteligência, vinculado à 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª DIE				
Chefe do Estado-Maior da Inspetoria da Arma de Cavalaria	Rio de Janeiro	1945		
Adjunto do adido militar junto à embaixada do Brasil em Londres	Londres	1945	1947	
Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior	Rio de Janeiro			
Comandante do 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado				
Comandante o 1º Regimento de Cavalaria Mecanizada	Rio de Janeiro			
Comandante do regimento mecanizado local	Santo Ângelo			
Chefe da 2ª Seção da 1ª Subchefia do EME		1949	1953	
1º Regimento de Cavalaria de Guardas (Dragões da Independência)	Rio de Janeiro	1953		

Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria		1954		
Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria		1954	1955	
Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Sul	Rio Grande do Sul	1955		
Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria	Rio de Janeiro	1956	1957	
Comandante do Núcleo de Divisão Blindada		1957		
Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)		1957	1959	
Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)		1957	1959	
Comandante da Divisão Blindada				
Assessor militar do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU)	Nova Iorque	1959		
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República	João Goulart			

secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional				
presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras				
Empossado no Ministério da Guerra		1962	1963	
comando do II Exército	São Paulo			
suplente de deputado federal pela Guanabara (MDB)		1966		
Membro efetivo da Comissão de Segurança na Câmara		1967	1971	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Antonio Bandeira**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Instrutor do curso de infantaria do Centro de Reparação de Oficiais da Reserva(CPOR)	Recife			Não consta
Chefe da 2ª secção/Adjunto da 3ª Secção/chefe da 4ª Secção	Zona Militar Norte			Não consta
Chefe da Secção do Planejamento do estado- maior do IV Exército/Secretário da (Coprone)	Recife	1958		Não consta

Chefe da 2ª Secção do IV Exército	Não consta			Gen. Justino Alves Bastos
Chefe interino do estado-maior do IV Exército/Comandante do 14º RI (Regimento Guararapes)	Jaboatão (PE)			Não consta
Dirigiu o escalão avançado do Gabinete de Aurélio Lira Tavares		1967	1969	Aurélio Lira Tavares
Comandante da 3ª Brigada de Infantaria/Chefe do Comando Militar do Planalto (DF) e da 11ª Região Militar (11ªRM)	Brasília	1971	1973	Não consta
Comandante das tropas contra a Guerilha fomentada pelo (PCdoB)	Araguaia	1972		Não consta
Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal		1973		Gen. Emílio Garrastazu Médici
Comandante da 4ªRM	Juiz de Fora (MG)			Não consta
Chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército				Não consta
Chefe do III Exército	Porto Alegre	1979		Não consta
Reserva		1980		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome		Antônio Carlos da Silva Murici			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:	
Serviu no 1º Regimento de Artilharia	Rio de Janeiro	1927			
Serviu no 5º Grupo de Artilharia de Montanha	Curitiba	1931			
Designado para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)	Rio de Janeiro	1932			
Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais		1935			
serviu no 3º Regimento de Artilharia Montada	Curitiba	1940			
1º Batalhão do 3º Regimento de Artilharia Mista	Curitiba	1940			
Instrutor da EEM	Rio de Janeiro	1942			
Curso de comando e estado-maior em Fort Leavenworth	Estados Unidos	1944			
Comandante o 3º Grupo de Obuses	Cachoeira do Sul	1946			
Assessor do gabinete do ministro da Guerra		1947	1950	Gen. Canrobert Pereira da Costa	

Comandante do Grupo de Artilharia Ferroviária	Niterói (RJ)	1955		
Serviu nos Estados Unidos	EUA	1956	1958	
Comandante do CPOR de Recife.	Recife	1958		
Serviu em Cruz Alta	Cruz Alta (RS)	1960		
Chefe do estado-maior do III Exército	Porto Alegre	1961		
Comandante da Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar (sede em Natal)	Rio Grande do Norte	1962	1963	
Chefe da Subdiretoria da Reserva	Rio de Janeiro	1963		
Comando da 7ª Região Militar	Recife	1964		
Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército		1966	1969	
Chefe do EME		1969		
Presidente da holding Nora Laje/ presidente fiscal da mesma.		1970	1986	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Antônio José de Lima Câmara				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Transferiu-se para a Escola de Cadetes da Aeronáutica	Campo dos Afonsos			
Serviu na chefia da seção de informações do gabinete do ministro da Aeronáutica				Brig. Márcio de Sousa e Melo
Chefe de Gabinte do brigadeiro Márcio de Sousa e Melo		1968		
Comando da III Zona Aérea (ZA)	Rio de Janeiro	1970		
Fundador da Xtal do Brasil		1974		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Artur da Costa e Silva				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Serviu como inspetor do Tiro de Guerra na 3ª Região Militar (3ª RM)	Porto Alegre	1924	1925	

Integrante do 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), atuando em operações de guerra	São Leopoldo	1926	1927	
Serviu na 1ª Circunscrição de Recrutamento	Rio de Janeiro	1929	1930	
Serviu numa companhia de metralhadoras do 1º RI		1931	1932	
Serviu na Escola de Infantaria na Vila Militar do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1932	1935	
Serviu no gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército (EME)		1938		Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro
Instrutor-adjunto de tática geral na Escola do Estado-Maior do Exército	Rio de Janeiro	1940	1941	
Diretor da Escola de Motomecanização		1941		
Representante da Escola de Automecanização na comissão do (Plano de Motomecanização do Exército)		1941		
Estagiário nos EUA	Fort Knox	1944		
Comandante do 9º RI	Pelotas	1946	1948	
Chefe do estado-maior da 3ª RM	Porto Alegre	1948	1949	

Adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina	Argentina	1950	1952	
Comandante do Núcleo da Divisão Blindada	Rio de Janeiro	1952	1954	
Comandante a 2ª Brigada de Infantaria	Caçapava (SP)	1954		
Comandante da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI)				
Diretor de Motomecanização do Exército		1955	1957	
Comandante da 3ª RM		1957	1959	
Comandante da 2ª DI		1959	1961	
Comandante do IV	Recife	1961	1962	
Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército	Rio de Janeiro	1962		
Chefe do Departamento de Produção e Obras		1963		
Chefe do Ministério Da Guerra		1964	1966	

Presidente da República		1967		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Augusto César de Castro Muniz de Aragão

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
auxiliar de instrutor na Escola Militar do Realengo				
Auxiliar de instrutor da educação física		1931	1932	
Auxiliar de Intrutor na cavalaria		1932	1934	
Instrutor-chefe na Escola Militar do Realengo		1936	1937	
	Rio de Janeiro	1931	1932	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:	

comandante do 4º Regimento de Cavalaria	Três Corações	1922		
Ministro do Ministério da Guerra		1932	1933	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Aurélio Lira Tavares				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Ajudante-de-ordens do diretor de Engenharia Militar	Rio de Janeiro			
Ajudante-de-ordens do primeiro subchefe do Estado-Maior do Exército (EME)				
Ajudante-de-ordens do comandante da 5ª Região Militar (5ª RM)	Curitiba	1931	1932	
Instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)	Rio de Janeiro	1932	1933	
Adjunto do subdiretor de ensino da Escola de Engenharia do Exército		1933		
Comandante da companhia do 3º Batalhão de Engenharia		1935		
comandante da companhia no 2º Batalhão de Pontoneiros	Cachoeira do Sul	1935		

Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da 5ª RM	Curitiba	1940		
subcomandante e fiscal do 3º Batalhão Rodoviário	Lagoa Vermelha	1940		
Instrutor de tática geral da Escola de Estado-Maior		1942	1943	
Observador militar do Exército brasileiro junto às forças norte-americanas envolvidas na Segunda Guerra Mundial				
Membro do Estado-Maior Especial encarregado da organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB)		1943		Gen. Anor Teixeira dos Santos
Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior Especial da FEB no Brasil		1944	1945	
Oficial-de-gabinete do ministro da Guerra		1945		Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro
Subchefe da missão militar brasileira junto ao Conselho de Controle Aliado na Alemanha		1945		
Chefe da Missão Militar brasileira junto ao Conselho de Controle Aliado na Alemanha	Alemanha	1947	1948	
Comandante o 3º Batalhão de Engenharia	Rio Grande do Sul	1950	1952	
subcomandante e, posteriormente, comandante da 3ª Divisão de Infantaria	Rio Grande do Sul	1950	1952	

Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)		1952		
Membro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes		1953	1955	
Chefe de gabinete do Estado-Maior do Exército (EME)		1955		
Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria	Paraná	1955	1957	
Diretor de Comunicações do Exército		1958	1960	
Chefe do Estado-Maior do I Exército		1960	1961	
Diretor de Ensino e Formação do Exército		1961		
Diretor de Ensino e Formação do Exército				
Comandante da 2ª Região Militar	São Paulo	1962	1963	
Primeiro subchefe do EME		1963		Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco
Chefe do Gabinete Militar do governo	João Goulart	1963		

Subchefe do EME		1963		
Comandante do IV Exército	Recife	1964	1965	
Chefe do Departamento de Produção de Obras do Exército		1965	1966	
Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG)		1966	1967	
Ministro do Exército		1967	1969	Gen. Artur da Costa e Silva
Eleito para a Academia Brasileira de Letras		1970		
Embaixador do Brasil na França	França	1970	1974	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Canrobert Pereira da Costa			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Adjunto do estado-maior do Destacamento Sul		1924		
Instrutor da EsAO		1928	1929	

Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)	Rio de Janeiro	1932		
Integrante da Comissão de Estudos da Indústria Militar Brasileira				Gen. José Fernandes Leite de Castro
subdiretor de estudos da Escola de Estado-Maior do Exército		1935		
Comandante o Grupo-Escola da Vila Militar do Rio de Janeiro		1935		
chefe de gabinete do ministro da Guerra		1937		Gen. Eurico Gaspar Dutra
comandante do 9º Regimento de Artilharia Montada	Curitiba			
chefe de gabinete do Estado-Maior do Exército (EME)		1939		
integrante da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado-Maior		1940	1942	
comandante da 3ª Divisão de Cavalaria	Bajé	1942	1943	
Integrante da Comissão de Promoções do Exército		1943		
secretário-geral do Ministério da Guerra				Gen. Eurico Gaspar Dutra

Integrante a Comissão de Planejamento Econômico do Conselho de Segurança Nacional				
Ministro do Ministério da Guerra				
chefe do Departamento Técnico de Produção do Exército		1952		
chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)		1955		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Carlos Alberto da Fontoura				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Subchefe de gabinete do ministro do Exército		1965	1966	Gen. Artur da Costa e Silva
Instrutor da ECEME/comandante do 8º Regimento de Cavalaria/chefe do estado-maior da 2ª Divisão de Cavalaria e da 6ª Divisão de Infantaria (6ª	Não consta			Não consta
Chefe do estado-maior do III Exército		1967	1969	Não consta
Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI)		1970	1974	Emílio G. Médici
Embaixador brasileiro em Lisboa	Não consta			Gen. Ernesto Geisel

Reserva		1976		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Carlos de Meira Mattos			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Instrutor na Escola Militar do Realengo	Rio de Janeiro	1940	1941	Não consta
Integrante do estado-maior da Força Expedicionária Brasileira (FEB)	Itália	1939	1945	Gen. João Batista Mascarenhas de Moraes
Instrutor-chefe de infantaria da Escola Militar de Resende	Não consta	1945		Não consta
instrutor da Escola de Estado-Maior		1953	1954	Não consta
Adido militar na Bolívia	Bolívia	1954		Não consta
Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército		1958		Não consta
instrutor de geopolítica da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica		1959		Não consta
Oficial-de-gabinete do ministro da Guerra		1961	1962	Gen. João de Segadas Viana

chefe da 2ª subseção da 2ª seção do Estado-Maior do Exército		1962		Não consta
comandante do 16º Batalhão de Caçadores		1964		Não consta
Chefe do governo estadual como interventor federal		1964	1965	Humberto Castelo Branco
Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República				Ernesto Geisel
Comandante da Polícia do Exército da 11ª Região Militar	Brasília	1966		Não consta
adjunto da Divisão de Assuntos Militares		1967		Gen. Artur da Costa e Silva
Presidente da Comissão Especial no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC)		1967	1968	Não consta
Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Resende	1969	1971	
Diretor dos Transportes do Exército		1972		
Vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)		1974		Gen.Humberto Sousa Melo
vice-diretor do Inter-American Defense College	Washington	1975	1977	

diretor do curso de especialização de estudos brasileiros	Universidade Mackenzie	1978		
Vice-presidente da empresa holding do grupo brasileiro de engenharia Montreal	1978		1985	
Conselheiro da ESG				
Colaborador da Folha de São Paulo				
Colaborador do Jornal do Comércio				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Carlos Luís Guedes				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Cyro Guedes Etchegoyen				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:

Instrutor da ECEME		1964	1966	
Instrutor da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai		1966	1969	
Serviu no gabinete do ministro do Exército		1970	1974	Gen. Orlando Geisel
Instrutor da ECEME				
Chefe da Divisão do II Exército		1979	1982	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Dirceu de Araújo Nogueira**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Comandante da 8ª Região Militar (8ª RM)	Belém	1967		
Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército		1971		
Chefe do Ministério dos Transportes		1974		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Ednardo D'Ávila Melo				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Integrante do Regimento Sampaio da Força Expedicionária Brasileira (FEB)	Itália			
Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)				
Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1957		
Comandante do 15º Regimento de Infantaria				
Comissionado no Estado-Maior do Exército (EME)				
Chefe do Serviço de Informações e Contra-informações				
Integrante do estado-maior da 4ª Região Militar (RM)	Juiz de Fora (MG)			
Comandante da Infantaria Divisionária (ID-2),	Caçapava (SP)	1965	1967	
Comandante do Grupamento Unidade-Escola	Rio de Janeiro	1967		

Adido militar junto à embaixada brasileira em Washington	Washington	1969		
Chefe a delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JID)	Washington			
Comandante da 7ª RM	Recife	1969	1971	
Vice-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC) do Exército		1971	1973	
Comandante do II Exército	São Paulo	1973	1976	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Emílio Garrastazu Médici**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Chefe supremo dos revolucionários				
Comandante do 12º RC				
Ajudante-secretário na Escola de Estado-Maior		1937		

Matriculou-se na Escola de Armas (atual) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais		1939		
Transferido para o 8º Regimento de Cavalaria Independente	Uruguaiana (RS)	1939		
Instrutor-auxiliar na Escola de Armas		1943		
Chefe de , várias, secções do estado-maior da 3ª Divisão de Cavalaria	Bajé	1944		
Chefe do estado-maior da 3ª Divisão de Cavalaria				
Transferido para o quartel-general da 3ª Região Militar (3ª RM)	Porto Alegre	1950		Gen. Olímpio Falconière da Cunha
Chefe da 2ª seção (informações) do estado-maior regional	Rio Grande do Sul	1950		
Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)	Porto Alegre			
Chefe do estado-maior		1957	1960	Gen. Artur da Costa e Silva
subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Resende (RJ)	1960	1961	Gen. Adalberto Pereira dos Santos
Comandante da 4ª Divisão de Cavalaria	Campo Grande	1961		

Comandante da AMAN		1963		
Adido militar em Washington	Estados Unidos	1964	1966	
Chefe do SNI		1967		
Comandante do III Exército	Porto Alegre	1969		
Presidente da República		1969	1974	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Ênio Gouveia dos Santos			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Instrutor de equitação na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)		1947	1948	
Instrutor do curso de cavalaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais		1953	1955	
Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais		1958	1959	
Instrutor-chefe de geografia e história militar da ECEME		1960	1964	

Comandante do 6º Regimento da Cavalaria		1967	1968	
.Chefe de gabinete da Diretoria do Serviço Militar (DSM)		1970	1971	
Assistente-secretário do vice-chefe do Departamento Geral do Pessoal		1972	1973	
Subchefe do Estado-Maior do IV Exército	Recife	1972	1973	
Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada		1973	1975	
Estagiário na Escola Superior de Guerra (ESG)		1975	1976	
Comandante da 4ª Brigada de Infantaria	Belo Horizonte	1976	1977	
Diretor da DSM		1978		
Titular Diretoria de Especialização e Extensão (DEE)		1979		
Comandante da 1ª Região Militar		1980		
Comandante do IV Exército		1981		

Chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército (DGS)		1983	1984	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Ernesto Geisel**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Comandante de uma das baterias do Destacamento Miguel Costa	São Paulo	1930		
Comandante da transferência de uma das Baterias do 1º Grupo de Artilharia de Montanha	João Pessoa (Paraíba)	1930		
À disposição do interventor federal do Rio Grande do Norte		1931		Primeiro-tenente Aluísio de Andrade Moura
secretário-geral do governo estadual		1931		
Chefe do Departamento de Segurança Pública		1931		
Comandante de bateria na repressão ao levante do 21º Batalhão de Caçadores	Recife	1931		
Ocupou a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba	Paraíba	1934	1935	
Instrutor de artilharia na Escola Militar do Realengo	Rio de Janeiro	1939	1941	

serviu na Seção de Operações do Estado-Maior da 3ª Região Militar (3ª RM)	Porto Alegre	1945		
Chefe do gabinete do general Álcio Souto	Rio de Janeiro	1945		Gen. Álcio Souto
chefe do Núcleo de Divisão Blindada do estado-maior		1945		
Chefe da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional		1946	1947	
Adido militar junto à embaixada brasileira no Uruguai	Uruguai			
Adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)		1950		
Membro permanente da Escola Superior de Guerra (ESG)		1952		
Comandante do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado	Rio de Janeiro	1954		
subchefe do Gabinete Militar do presidente João Café Filho		1955		Juarez Távora
Comandante do Regimento Escola de Artilharia				
superintendente-geral da Refinaria Presidente Bernardes	Cubatão (SP)	1955	1956	

comandante do 2º Grupo de Canhões Antiaéreos	Quitaúna (SP)	1956		
Chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (EME)		1957		
Representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo (CNP)		1957		
Oficial-de-gabinete do ministro da Guerra		1961		Marechal Odílio Denis
Chefe do Comando Militar de Brasília e da 11ª RM.		1961		
Chefe do Gabinete Militar de Pascoal Ranieri Mazzilli		1961		Presidente da República Ranieri Mazzilli
Chefe do Gabinete Militar de Pascoal Ranieri Mazzilli		1961		Presidente da República Ranieri Mazzilli
Chefe a Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria	Curitiba	1962		
Comandante Interino da 5ª RM		1963		
subchefe do Departamento de Provisão Geral do Exército.				
Chefe do Gabinete Militar		1964		Presidente Castelo Branco

Ministro do Superior Tribunal Militar (STM)		1967		
Presidente da Petrobras		1969		
Presidente do Brasil		1974		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Euclides de Oliveira Figueiredo Filho			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Serviu na Guarnição de Uruguaiana	Uruguaiana (RS)	1940	1942	
Comandante da 7ª Companhia de Instrução do Centro de Instrução Especializada (CIE)		1944		
Instrutor-chefe da arma de cavalaria	Escola Militar de	1945		
Instrutor de guerra química		1946		
Comandante do esquadrão de metralhadoras e morteiros do Regimento Escola de Cavalaria (REC)		1947	1950	
Ajudante-de-ordens do comandante, Quartel-General da Zona Militar do Centro		1950	1952	

Estagiário no Quartel-General da 4ª Divisão de Cavalaria de Campo Grande (MS).		1943		
Incorporado ao Estado-Maior do Exército (EME)		1955		
Diretor de ensino da Escola de Motomecanização		1956	1963	
Instrutor da seção de cavalaria e blindados da ECEME		1956	1963	
Diretor da Coudelaria de Campinas		1963	1965	
Chefe da 1ª/2ª seções do EME.	Guanabara	1965		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Euler Bentes Monteiro

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Incorporado aos efetivos da 3ª Região Militar (3ª RM)	Rio Grande do Sul			Gen. Manuel Daltro Filho
Serviu na Unidade de engenharia de construção do Exército	Lajes (SC)	1938	1939	
Graduou-se engenheiro pela Escola Militar de Engenharia				

Professor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1950		
Membro efetivo do conselho deliberativo do Clube Militar		1950		
Subchefe do estado- maior do 1 ° Exército	Rio de Janeiro	1955		
Chefe da Comissão Mista Brasil-Paraguai		1964		
Nomeado para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)		1967	1969	
Diretor da direção do Departamento de Economia e Finanças do Ministério do Exército		1974	1975	Gen. Orlando Geisel
Chefe do Departamento de Material Bélico do Exército		1975	1977	
Filia-se ao MDB				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Francisco Gil Castelo Branco			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
ajudante-de-ordens do ministro da Guerra		1919		Gen. Alfredo Vieira de Melo

Adido militar junto à embaixada do Brasil no Uruguai	Montevidéu	1922	1926	
Subcomandante do 3º Regimento de Cavalaria Independente	são Luís das Missões	1928	1930	TEN.CELPedro Aurélio de Góis Monteiro
Comandante do 3º Regimento de Cavalaria Divisionária		1931		
Chefe do estado-maior da Circunscrição Militar de Mato Grosso		1932	1933	
Chefe do estado-maior da 2ª Região Militar (2ª RM)	São Paulo	1934		
Chefe da 2ª Seção do EME		1936	1937	
Chefe do estado-maior da 2ª RM		1937		
Comandante do 5º Regimento de Cavalaria Divisionária	Paraná	1938	1939	
chefe do estado-maior da Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares	Rio de Janeiro	1939	1941	
chefe do estado-maior das Inspetorias do 2º e 3º grupos de Regiões Militares		1941		
Comandante da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME)	Rio de Janeiro			

chefe do Gabinete Militar da Presidência da República		1945	1946	
comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1946		
comandante da 9ª RM	Mato Grosso	1946	1947	
Comandante da 7ª RM	Recife	1947	1948	
Comandante da 3ª RM	Porto Alegre	1948		
Ministro do Superior Tribunal Militar (STM)		1949		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Geraldo Alvarenga Navarro**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Gilberto Marinho			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Ajudante-de-ordens do interventor federal	São Paulo	1930		João Alberto
auxiliar de ensino e depois catedrático no Colégio Militar	Porto Alegre			
chefe de gabinete Coordenação de Mobilização Econômica		1939	1945	João Alberto
chefe do gabinete do Departamento Federal de Segurança Pública				
Professor da Escola Militar do Realengo	Rio de Janeiro			
subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República		1946		Gen. Eurico Gaspar Dutra
secretário-geral da Prefeitura do Distrito Federal				Gen. Ângelo Mendes de Moraes
Diretor da Caixa Econômica	Rio de Janeiro	1951		
Senador	Rio de Janeiro	1954		

Senador	Guanabara	1962		
Secretário no Senado		1963		
Presidente do Senado		1969	1971	
Presidente da Arena fluminense		1975		
Presidente da Engenharia de Sistemas e Processamento de Dados (Datamec)		1976		
Integrante do conselho fiscal do Banco Novo Rio Investimentos		1976		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Gustavo Moraes Rego Reis**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Instrutor de motomecanização				
Adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar (RM)	Belém			
Assistente-secretário	Belém	1959		Gen.Humberto Castelo Branco

Presidente da comissão especial para a escolha do local destinado do 8º Pelotão de Fronteira e da comissão para os trabalhos de reconhecimento e	Belém	1959		
Chefe do Estado-Maior do Grupamento de Elementos de Fronteira		1960		
Assistente-secretário	Recife	1961		Gen. Humberto Castelo Branco
Chefe de Planejamento e Cooperação e de Relações Públicas do IV Exército	Recife	1962	1963	
Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da Divisão Blindada	Rio de Janeiro	1963		
Assistente-secretário				Gen. Ernesto Geisel
Comandante de Fronteira de Solimões	Tabatinga (AM)	1969		
Chefe de gabinete	Rio de Janeiro			Gen. Ernesto Geisel
Assessor especial de gabinete do presidente	Brasília	1974		Ernesto Geisel
Comandante da 11ª Brigada de Infantaria	Campinas (SP)	1975		
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República	Brasília	1978		Gen. Ernesto Geisel

Secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional	Brasília	1978		Ernesto Geisel
Comandante da 6ª Região Militar (RM)	Salvador			
Comandante operacional da corporação	Bahia	1981		Válter Pires
Membro do Grupo de Estudos da Amazônia				
Representante do Gabinete Militar da Presidência da República no Grupo de Trabalho Interministerial criado para elaborar nova formulação de				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Hugo Abreu			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
comandante da 9ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria na FEB	Itália			
Chefe da subseção da Diretoria Geral de Ensino do Exército				
Chefe do estado-maior do Grupamento de Unidades Escolas		1964		Gen. Augusto Muniz de Aragão
Chefe do estado-maior da 1ª Divisão de Infantaria na Vila Militar	Rio de Janeiro	1964		

Comandante do 1º Batalhão de Guardas	Rio de Janeiro			
Assessor da delegação brasileira na Junta Interamericana de Defesa e na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos	Estados Unidos	1968		
Adjunto do adido militar do Exército junto à embaixada do Brasil em Washington	Washington	1968		
Comandante a 2ª Brigada Mista	Corumbá (MS)	1969		
Comandante da Brigada Pára-quedista	Rio de Janeiro	1970	1974	
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República		1974	1978	Gen. Ernesto Geisel
Subchefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército		1978	1979	
pertenceu à Associação dos Ex-combatentes do Brasil e foi membro do conselho deliberativo do Clube Militar e do conselho deliberativo da				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Humberto de Alencar Castelo Branco

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Auxiliar de instrutor de infantaria da Escola Militar do Realengo	Rio de Janeiro	1927	1929	

Servir junto à Missão Militar Francesa				
Assistente do diretor dos estudos militares na Escola Militar do Realengo	Rio de Janeiro	1932		
Instrutor da EMM		1934	1935	
Subcomandante do 15º Batalhão de Caçadores (15º BC)	Curitiba	1935	1936	
Adjunto de tática da EEM	Rio de Janeiro	1936		
Ingressar na École Supérieure de Guerre	Paris	1936	1938	
Instrutor-assistente da EEM		1939	1940	
Oficial-de-gabinete do ministro da guerra general Eurico Gaspar Dutra		1940		Gen. Eurico Gaspar Dutra
Comandante do batalhão e instrutor-chefe de infantaria da Escola Militar do Realengo		1941		
Estagiário na Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth	Kansas			
Chefe a 3ª seção (de operações) do estado-maior da 1ª DIE		1944		

Chefe do Estado-Maior da FEB	Itália	1945		
Diretor de ensino da EEM		1945	1949	
Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME)		1949	1952	
Assessor militar da delegação brasileira nos EUA	Estados Unidos			
Comandante da 10ª Região Militar (10ª RM)	Fortaleza	1952	1954	Cordeiro de Farias (responsável pela Zona Norte)
Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)	Rio de Janeiro	1952	1954	Mascarenhas de Moraes
Comandante da EEM		1954	1956	
Assistente do chefe do EMFA		1956		
Diretor do departamento de estudos da ESG		1956		
Comandante militar da Guarnição da Amazônia e da 8ª RM	Belém	1956	1960	
Diretor de Ensino e Formação do Exército		1960		

Comandante do IV Exército	Recife	1962		
Chefe do EME		1963	1964	
Chefe do EME		1963	1964	
Presidente da República	Brasil	1964	1967	
Professor da Escola Superior de Guerra (ESG)		1967		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Ivan Barros Ribeiro				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Ivan de Sousa Mendes

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:

Interventor na Prefeitura de Brasília	Brasília			
Serviu no Gabinete Militar				Gen. Ernesto Geisel
Adido militar na embaixada do Brasil no Peru	Peru	1966		
Comandante da 8ª. Região Militar	Belém	1974		
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1974		
Integrante permanente da Escola Superior de Guerra (ESG)		1974		
Ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI)		1985	1990	José Sarney

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Jaime Portela de Melo			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Comandante o 9º Regimento de Cavalaria	Mato Grosso			
Oficial da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional				Coronel Golberi do Couto e Silva

Comandante do 3º Grupo de Obuses 155	Cachoeira do Sul	1961		
Comandante da Artilharia Divisória da 3ª Divisão de Infantaria		1961		
Comandante do 3º Grupo de Obuses 155	Cachoeira do Sul	1962		
Serviu, em comissão, junto ao Estado-Maior do Exército (EME)	Rio de Janeiro	1962		
Chefe de gabinete da secretaria do Conselho de Segurança Nacional		1964	1966	Gen. Artur da Costa e Silva
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República		1967		Gen. Artur da Costa e Silva
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (Decreto-Lei 384)		1968		Gen. Artur da Costa e Silva
Comandante da 10ª Região Militar (10ª RM)	Fortaleza	1970	1971	
Terceiro-subchefe do Departamento Geral de Serviços do Exército		1971	1973	
Articulador da campanha para fazer do general Sílvio Frota, ministro do Exército		1977		
Articulador da Campanha de João Figueiredo				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome João Batista de Oliveira Figueiredo				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Ajudante-de-ordens	Rio de Janeiro	1941	1943	Gen. Cristóvão de Castro Barcelos
Instrutor de cavalaria na Escola Militar do Realengo	Rio de Janeiro	1944	1945	
Instrutor da cadeira de fortificações da Escola Militar de Resende, posteriormente, AMAN	Resende	1947	1948	
Instrutor de cavalaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)		1949	1952	
Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1954		
Membro da missão militar de instrução ao Exército paraguaio	Assunção	1955	1958	
Serviu na 5ª Seção (relações públicas) do Estado-Maior do Exército (EME)		1958	1960	
Trabalhou no Conselho de Segurança Nacional		1961		Cel. Golberi do Couto e Silva
Instrutor da ECEME		1961		Gen. Jurandir Bizarria Mamede

Chefe da agência do SNI	Rio de Janeiro	1964		Gen. Golberi do Couto e Silva
Comandante da Força Pública				
Chefe do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (Dragões da Independência)	Brasília	1968		
Chefe do Gabinete Militar		1969		
Chefe do SNI		1974	1978	
presidente do Brasil		1979		
Integrante do Conselho Nacional de Mobilização (CMN)				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	João Bina Machado			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Serviu no 7º Batalhão de Caçadores (BC)	Porto Alegre			
Participou da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB)	Itália			

Instrutor da EsAO	Rio de Janeiro	1946		
Adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)		1947	1950	
Adido militar na Colômbia	Colômbia	1952	1954	
Comandante do 20º BC	Maceió	1955		
Chefe a 13ª Circunscrição de Recrutamento	Três Corações	1956	1957	
Subcomandante da ESAO		1958	1959	
Chefe de gabinete do EMFA		1960		
Subchefe de gabinete da Presidência da República		1961		
Subcomandante da ECEME		1962	1964	Gen. Jurandir de Bizarria Mamede
Comandante da Infantaria Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria	Porto Alegre	1964		
Comandante da Escola de Estado-Maior do Exército	Porto Alegre	1964	1966	

Comandante da 2ª Região Militar (RM)	São Paulo	1966	1968	
Diretor de Ensino e Formação do Exército		1968		
Subchefe do Estado-Maior do Exército (EME)		1968	1969	
Diretor do Serviço Militar		1969		
Vice-chefe do EME		1970		
Comandante do IV Exército	Recife	1971		
Comandante do I Exército	Rio de Janeiro	1971	1972	
Comandante da ESG		1972	1974	
Presidente do Conselho de Coordenação do Projeto Rondon		1975		
Professor da disciplina estudo de problemas brasileiros	Universidade s Federal e			
Presidente da Associação Brasileira para Superdotados				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome José Bina Machado				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais	Rio de Janeiro			
Comandante da 4ª Bateria de Artilharia	Costa do forte da Laje	1930	1932	
Adido militar na Diretoria da Artilharia de Costa		1932		
Comandante do 4º Grupo de Artilharia de Costa	forte de Óbidos, no			

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome José Joaquim de Andrade				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Serviu no 4º Regimento de Infantaria (4º RI)	Rio de Janeiro	1910		
Serviu no 5º Batalhão de Infantaria	Ponta Grossa			

Serviu como oficial-de-gabinete do ministro da Guerra		1927		Gen. Nestor Sezefredo dos Passos
Comandante do 12º RI	Belo Horizonte	1930		
Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior do Exército		1934		
Comandante da 1ª Brigada de Infantaria e da guarnição da Vila Militar do RJ	Rio de Janeiro	1935		
comandante da 5ª Brigada de Infantaria e da guarnição de Santa Maria	Santa Maria	1935		
Comandante da 3ª RM	Porto Alegre	1938		
adido à Secretaria Geral do Ministério da Guerra		1939	1940	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **José Luis Arnaldo Calderari**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Estagiário na Armored School	Estados Unidos			
Instrutor da Escola de Motomecanização		1944	1951	

Oficial-de-gabinete do ministro da Guerra		1958		
Comandante do 1º Batalhão de Carros de Combate		1963		
Chefe de gabinete do ministro da Guerra		1966		Gen. Artur da Costa e Silva
Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República		1967		Gen. Jaime Portela de Melo
Comandante do Grupamento de Unidades-Escola na Vila Militar	Rio de Janeiro	1967		
Chefe o gabinete do ministro do Exército		1969		Gen. Aurélio de Lira Tavares
Chefe do gabinete do general Antônio Carlos Murici		1969		Gen. Antônio Carlos Murici
Comandante do Grupamento de Unidades-Escola	Rio de Janeiro	1972	1973	
Comandante a 4ª Região Militar	Juiz de Fora (MG)	1973	1974	
IV Divisão de Infantaria	Juiz de Fora (MG)	1973	1974	
Empossado na Secretaria Geral do Exército		1974		

Chefe do Departamento de Material Bélico do Exército		1977	1978	
Presidente da Indústria de Material Bélico (Imbel)		1978		
Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Comércio Exterior		1981	1982	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	José Luiz Coelho Netto			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Subcomandante do Centro de Informações do Exército (CIE)		1969	1974	
Serviu na Agência Central do SNI		1974	1979	
Comandante da 4 ^a Divisão do Exército	Belo Horizonte			

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Júlio Caetano Horta Barbosa			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:

Integrante da Comissão Rondon		1906	1910	Cândido Mariano da Silva Rondo
Engenheiro-chefe da Estrada de Ferro Norte do Brasil		1926		
Comandante do 1º Batalhão Ferroviário no Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	1930		
Comandante da 8ª Região Militar	Belém	1934		
vice-presidente do Clube Militar		1935		
Diretor de engenharia do Exército		1936		
Subchefe do Estado-Maior do Exército		1937	1938	
Presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP)		1938		
Vice-presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios		1939		
Integrante da Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes		1941		
Comandante da 2ª Região Militar		1944	1945	

Presidente Interino do Clube Militar		1951		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Júlio Perouse Pontes			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
serviu no 24º Batalhão de Caçadores (24º BC)	São Luís	1922		
Serviu no 29º BC	Natal	1922		
Serviu 26º BC	Belém	1924		
Serviu 29º BC	Natal	1925	1932	
Serviu no 21º BC		1934		
Serviu no 22º BC	João Pessoa	1934		
Adido à 7ª Região Militar (7ª RM)		1934		
Comandante no 24º BC		1937	1938	

comandante de batalhão no 18º Regimento de Infantaria (18º RI)	Salvador	1943		
Comandante no 4º Regimento de Infantaria	Duque de Caxias	1943	1945	
Adido no 2ª RM		1945		
Chefe de recrutamento 28ª Circunscrição de Recrutamento		1948	1952	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Jurandir de Bizarria Mamede**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Serviu no 22º BC	Paraíba			Coronel Maurício José Cardoso
Comandante da Brigada Policial de Pernambuco ficando no 29º Batalhão	Recife	1931	1937	
Integrante 3º Escalão	Itália	1944		Gen. Olímpio Falconière da Cunha
Chefe de operações do 11º RI	Itália	1944	1945	
Adido ao Estado-Maior do Exército		1946		

Chefe do curso de infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais				
Chefe da Seção de Blindados da Diretoria de Armas do Exército				
Integrante do grupo responsável pela organização da Escola Superior de Guerra		1948		Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias
Instrutor da ESG		1950		
Chefe da 6ª Circunscrição de Recrutamento		1955		
Comandante da 4ª Divisão de Cavalaria	Campo Grande	1960	1963	
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1963		João Goulart
Comandante da 8ª RM	Belém	1964	1965	
Comandante a 1ª Divisão de Infantaria na Vila Militar		1965		
Comandante do II Exército	São Paulo	1966	1967	
Chefe do Departamento de Produção e Obras do Exército		1967	1970	

Ministro do Superior Tribunal Militar (STM)		1970		
Presidente do Superior Tribunal Militar(STM)		1973	1975	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Léo Guedes Etchegoyen				
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome Leonidas Pires Gonçalves

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Instrutor do curso de artilharia da EEM				
Instrutor do de tática geral da EEM				
Comandante do I Grupo do 6º Regimento de Artilharia 75	Cruz Alta	1957		

Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)				
Adjunto do Gabinete Militar		1961		
Serviu na 3ª Seção da EME		1962		
Membro da comissão encarregada de rever a legislação sobre promoções de oficiais		1962		
Serviu no Estado-Maior do Exército		1964		Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco
Chefe da 3ª Seção	1ª Divisão de Infantaria	1964		
serviu no Gabinete Militar da Presidência da República	Brasília	1964		Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco
Adido militar junto à embaixada do Brasil na Colômbia	Colômbia	1964	1966	
Instrutor da ECEME				
Chefe da Divisão dos Futuros e Ex-Alunos da ECEME		1967		
Chefe do grupo de planejamento e coordenação de ensino da ECEME		1968		

Comandante do Regimento Deodoro	Itu (SP)	1969	1971	
Chefe do Quartel Regional	Campo Grande (MT)	1972	1973	
Subcomandante e subdiretor de ensino da ECEME		1973		
Chefe do Estado-Maior do I Exército		1974	1978	
Comandante da 4ª Brigada de Infantaria		1978		
Diretor de obras e cooperação		1979		
Comandante militar da Amazônia e da 12ª Região Militar		1980	1981	
Vice-chefe do Estado-Maior do Exército		1982		
Secretário de Economia e Finanças do Ministério do Exército		1982	1983	
Comandante do III Exército	Porto Alegre	1983		
Ministro do Exército		1985		

Ministro do Exército

Membro correspondente do centro de estudos estratégicos da Escola Superior de Guerra	Rio de Janeiro			
Membro da Associação Promotora de Estudos Econômicos e conselheiro do Conselho de Estratégia da Associação Comercial do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro			

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Mário Poppe de Figueiredo			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Adjunto da 4ª seção junto à Diretoria de Engenharia		1936	1938	
Transferido para o 2º Batalhão Ferroviário	Santa Maria (RS)	1938	1940	
Serviu na 7ª Região Militar (7ª RM)	Pernambuco	1942	1944	
Estagiário de quatro meses na Command and General Staff School	Estados Unidos	1944		
Servir no Estado-Maior do Exército (EME)	Rio de Janeiro	1944	1947	
Chefia da Seção de Tropas Aerotransportadas da Diretoria de Armas		1947		

Comandante do 2º Batalhão Ferroviário	Santa Maria (RS)	1947	1950	
Acessor militar da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos		1951	1955	
consultor da delegação brasileira à Reunião de Ministros da Fazenda	Petrópolis (RJ)	1954		
Adido militar na Escola Superior de Guerra		1955	1956	
Adjunto da Divisão Executiva do Departamento de Estudos da ESG				
presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP)		1956	1958	
Subchefe do Departamento de Provisão Geral		1958		
Diretoria de Armamento e Munições		1958	1959	
Comandante da Infantaria Divisionária da 7ª RM		1959		
Comandante do 31º Batalhão de Caçadores	Natal			
Comandante interino da 7ª RM		1959	1960	

Comandante da 7ª Divisão de Infantaria		1959	1960	
Comandante militar de Brasília	Brasília	1960		
Comandante da 11ª RM		1960	1961	
Comandante da 3ª Divisão de Infantaria	Santa Maria (RS)	1963		
Comandante do III Exército	Rio Grande do Sul	1964		
Diretor-geral de Engenharia e Comunicações				
Diretor-presidente da Companhia Minas da Passagem	Mariana (MG)			

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome

Nestor Souto de Oliveira

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Serviu no 8º Batalhão de Caçadores (8º BC)	São Leopoldo			
Serviu na 1ª Companhia de Metralhadoras		1921	1922	

Serviu no 7º BC	Porto Alegre	1922		
Comandante, ajudante e fiscal secretário da Companhia de Metralhadoras Pesadas do 8º Regimento de Infantaria (8º RI)	Porto Alegre	1922		
Ajudante-de-ordens do diretor do Colégio Militar de Porto Alegre	Porto Alegre	1923		
Instrutor e secretário do Colégio Militar de Porto Alegre	Porto Alegre	1923		
Comandante das 2ª e 3ª companhias e juiz de um conselho de Justiça permanente (1º RI)	Rio de Janeiro	1930		
Comando da 1ª Companhia (2º RI)	Rio de Janeiro	1930		
Assistente da 1ª Brigada de Infantaria	Rio de Janeiro	1933		
Chefe interino a 4ª Seção	Rio de Janeiro	1936	1938	
Delegado do governo federal à Convenção Nacional de Estatística				
Subcomandante do Batalhão de Guardas	Rio de Janeiro	1938	1939	
Adjunto da 1ª Subseção da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME)	Rio de Janeiro	1939		

Chefe do estado-maior regional 6ª Região Militar	Salvador	1939		
Comandante e chefe das 2ª e 3ª seções na 1ª Divisão de Cavalaria	Santiago do Boqueirão	1940		
Comandante 7º BC presidiu o conselho permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª RM	Porto Alegre	1941	1943	
Chefe da 2ª Seção da Inspetoria do 3º Grupo de Regiões Militares	Rio de Janeiro	1943		
Comandou o 8º RI	Cruz Alta	1943	1944	
Comandante do regimento, da guarnição e da Infantaria Divisionária do 4º RI	Duque de Caxias (RJ)	1944		
Adido militar à embaixada do Brasil no México	México	1945	1947	
Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)	Porto Alegre	1947	1948	
Chefe do estado-maior, subcomandante e comandante da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI)	Rio de Janeiro	1948	1949	
Adido militar de gabinete do Estado-Maior do Exército (EME)		1949		
Chefe do estado-maior da Zona Militar Centro (II Exército)	São Paulo	1949		

Adido à secretaria geral do Ministério da Guerra		1949	1950	
Adido à secretaria geral do Ministério da Guerra		1949	1950	
Comandante da 4ª DI e da 4ª RM	Belo Horizonte	1950	1951	
Comandante e diretor de Ensino do Exército na AMAN	Resende (RJ)	1951	1952	
Diretor de Instrução do Ministério da Guerra	Rio de Janeiro	1952		
Comandante da 6ª DI	Rio de Janeiro	1956		
Comandante da 1ª RM	Rio de Janeiro	1958	1959	
Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército		1959	1960	
Comandante do I Exército	Rio de Janeiro	1960	1961	
Embaixador extraordinário e plenipotenciário em Damasco	Síria			

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Newton Cruz**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Auxiliar de instrutor da Artilharia da Costa (EAC)				
Instrutor da Artilharia da Costa (EAC)				
Comandante do Forte Tamandaré		1951	1954	
Comandante da 1ª Seção do I Exército		1958		
Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)		1961	1962	
Comandante da 3ª Seção do I Exército		1962	1963	
Instrutor da Escola e Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME)		1963	1964	
Adjunto do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação		1964		
Adjunto do Serviço Nacional de Informações (SNI).		1964	1967	
Comandante do Regimento Floriano (1º RO-105), na Vila Militar	Guanabara	1969		

Adido militar das forças armadas junto à embaixada do Brasil na Bolívia	Bolívia	1970	1973	
Diretor de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos		1973	1974	
Chefe do gabinete da SNI		1975	1976	
Comandante da Artilharia Divisionária — 4ª DE	Pouso Alegre (MG)	1976		
Chefe da Agência Central do SNI		1977	1983	
Comandante Militar do Planalto (CMP) e a 11ª Região Militar	Brasília			
Vice-chefe do Departamento Geral do Pessoal (DGP)		1984		
Filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS)		1985		
Candidatou-se a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro		1986		
Candidatou-se ao governo do estado do Rio de Janeiro, na legenda do Partido Social Democrático (PSD)		1994		
Candidatou-se à prefeitura do Rio de Janeiro		1996		

filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro		1997		
Candidatou-se à Câmara dos Deputados		1998		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Nilo Caneppe Silva**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF)		1969	1973	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Octávio Costa			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Assistente do general Orlando Geisel no Estado- Maior do Exército				Gen. Orlando Geisel
Comandante do Centro de Estudos de Pessoal do Exército		1968	1969	
Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (ERP) da Presidência da República				

Subchefe de gabinete do ministro do Exército		1974	1978	
Comandante da 6ª Região Militar	Salvador			
Diretor do Departamento de Extensão e Especialização do Exército		1980		
Subchefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército		1981		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome

Odílio Denis

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Missão especial para o Nordeste	Nordeste			coronel Manuel Onofre Muniz Ribeiro
Serviu no 56º BC	Rio de Janeiro			Coronel Otávio de Azeredo Coutinho
Instrutor da Escola Militar de Realengo	Rio de Janeiro	1918		
Comandante da Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar	Rio de Janeiro	1930	1931	
Comandante da 2ª RM	São Paulo	1932		Gen. Daltro Filho

Comandante do 111º Batalhão	São Paulo	1933		Gen. Daltro Filho
Oficial-de-gabinete		1934	1935	Gen. Góis Monteiro
Comandante do 18º BC				
Chefe a 3ª Seção do Estado-Maior	Rio Grande do Sul			Gen. Daltro Filho
Comandante o 7º BC	Rio Grande do Sul	1937		Gen. Daltro Filho
Comandante o 1º BC	Petrópolis	1938	1940	Getúlio Vargas
Comandante do Batalhão de Guardas da capital da República				
Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal		1940	1946	Ministério da Justiça
Ocupou a secretaria geral do Ministério da Guerra		1946	1946	
Comandante a 8ª RM	Belém	1946		Pres. Dutra
Comandante da 3ª Divisão de Infantaria	Santa Maria (RS)			

Comandante da 1ª Divisão de Infantaria	Rio de Janeiro	1946	1948	
Comandou a 2ª RM	São Paulo	1949		
Comandante da Zona Militar Centro		1949		
Chefe do Departamento Geral de Administração do Exército		1950		
Comandante da Zona Militar Sul	Rio Grande do Sul	1952		
Comandante da Zona Militar Leste (antecessora do I Exército)		1954		
Ministro da Guerra		1960		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Orlando Geisel			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Comandante de Bateria na Guarnição de Cachoeira do Sul	Rio Grande do Sul			
Serviu como subcomandante do 6º Regimento de Artilharia Montada	Cruz Alta (RS)			

Subcomandante do 3º Grupo Independente de Artilharia	Bagé (RS)	1931	1932	
Comandante de bateria do combate á Revolução Constitucionalista de São Paulo	São Paulo	1932		
Instrutor adjunto da Escola de Estado- Maior		1938	1940	
Instrutor da Escola de Estado-Maior		1938	1940	
Comandante do 1º Grupo de Obuses 155		1946	1947	
Adjunto na 3ª Seção do Estado Maior Geral (EMFA)		1947	1949	
Adjunto do adido militar em Washington	Estados Unidos	1950	1952	
Chefe do gabinete da Diretoria de Motomecanização		1952		
Diretor de ensino da Escola de Estado-Maior		1953	1955	
Comandante do 1º Grupo de Canhões Automáticos		1955	1956	
À disposição do gen. Antônio José de Lima Câmara		1955		Gen. Antônio José de Lima Câmara

Subcomandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1956	1957	
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)		1956	1957	
À disposição do Ministério da Fazenda				
Chefe do estado-maior do I Exército	Rio de Janeiro	1959	1960	Odílio Denis
Comandante do estado-maior do I Exército		1960	1961	
Comandante da I Divisão de Infantaria e da Guarnição da Vila Militar	Rio de Janeiro	1964		
Presidente da Comissão Especial de Reversão do Exército		1964		
Comandante da 1º RM		1964		
Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército		1965	1966	
Comandante do III Exército	Rio Grande do Sul	1966		
Chefe do Estado-Maior do Exército		1966	1968	

Chefe do(EMFA)		1968		
Chefe do(EMFA)				
Ministro do Ministério do Exército		1969	1974	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Oswaldo Cordeiro de Farias**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Adido militar Departamento de Pessoal da Guerra				
Integrou o comando revolucionário de Minas Gerais	Minas Gerais			Cel Aristarco Pessoa
Oficial-de-gabinete do ministro da Guerra		1930	1931	Gen. José Fernandes Leite de Castro
Chefe de polícia do estado de São Paulo	São Paulo	1931		Interventor militar Manuel Rabelo
Adido militar ao Departamento de Pessoal da Guerra	Rio de Janeiro	1932		
Integrante do destacamento do setor sul das forças legalistas	São Paulo	1932		Gen. Valdomiro Castilho de Lima

Chefe da polícia paulista	São Paulo	1932	1933	
Estagiário na subchefia do Estado-Maior do Exército (EME)	Rio de Janeiro	1936		
Chefe da Seção de Motorização do EME	Rio de Janeiro	1937		
Chefe do estado-maior da 5ª RM	Curitiba	1937		
Interventor no Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul			
Integrante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE)		1943		Gen. João Batista Mascarenhas de Moraes
Comandante da Artilharia Divisionária da FEB	Itália	1944		
Chefe do EME		1945		
Adido militar à embaixada do Brasil na Argentina	Argentina	1946	1947	
Comandante da 5ª RM	Curitiba			
Presidente da Comissão de Elaboração do Regulamento da Escola Superior de Guerra (ESG)		1949		

Primeiro comandante da Escola Superior de Guerra		1949	1952	
Comandante da Zona Militar Norte	Recife	1952		
Governador de Pernambuco	Pernambuco	1955	1958	
Presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos	Whashington	1958	1961	
Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)		1961		
Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR)		1964	1966	
Diretor-executivo do grupo empresarial de João Santos				

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Osvino Ferreira Alves			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Comandante do 1º Grupo de Artilharia Pesada	São Cristóvão			
Comandante da 3ª Divisão de Infantaria	Santa Maria (RS)			

Comandante do III Exército	Porto Alegre	1961		
Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército				
Comandante do I Exército	Rio de Janeiro	1961		
Comandante do III Exército		1962	1963	
Presidente da Petrobras		1964		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Raimundo Rodrigues Barbosa**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
comandante da 8ª Região Militar	Belém	1924		
Comandante da 6ª Região Militar	Salvador	1931		
Interventor Federal na Bahia	Bahia	1931		
Chefe do Estado-Maior do Exército		1935		

Ministro do Superior Tribunal Militar (STM)		1938	1943	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Rodrigo Otávio Jordão Ramos			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
serviu no 1º Batalhão de Engenharia	Rio de Janeiro	1930		
Presidente da delegação brasileira à Conferência Internacional de Telefonia, Telegrafia e Radio comunicações	Caíro	1938		
Representante do Estado-Maior do Exército (EME) no Conselho Ferroviário Nacional		1946		
Comandante do 2º Batalhão Ferroviário	Rio Negro	1952		
Subchefe do Gabinete Militar		1954		
Ministro da Viação e Obras Públicas		1955		
Comandante do 1º Grupamento de Engenharia	Natal	1955		
serviu no Departamento de Vias de Transporte do Ministério da Guerra		1956		

Comandante do 1º Batalhão Ferroviário	Bento Gonçalves	1956		
chefe da assessoria técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas		1964		Juarez Távora
Chefe da 7º RM		1964		
comandante da 8ª RM	Belém	1964		
Presidente do Conselho Ferroviário Nacional		1964	1965	
Subchefe do Exército no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)		1965		
Comandante Militar da Amazônia	Manaus	1969		
Chefe do Departamento de Produção e Obras do Exército		1970		
comandante da ESG		1971		
Chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército		1972		
ministro no Superior Tribunal Militar (STM)		1973		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome **Rubens Bayma Denis**

Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Ajudante-de-ordens	Rio de Janeiro			Odílio Denis
À disposição da Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional		1956	1957	
Comandante da 1ª Companhia de Guardas	Porto Alegre	1957		
Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais		1961		
Assessor chefe da Subchefia de Assuntos Psicossociais da Secretária Geral do Conselho de Segurança		1969		
Comandante do 1º Batalhão de Guardas	São Cristovão	1973	1976	
Comandante da Brigada de Infantaria Motorizada		1977		
Adido militar do Exército junto à embaixada brasileira na Itália	Roma	1979	1981	
Comandante da 4ª Brigada de Infantaria	Belo Horizonte	1982		

Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)		1984		
Diretor interno de Formação e Aperfeiçoamento do Exército				
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República		1985	1990	
Secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional		1985	1990	
Comandante da 6ª Divisão de Exército	Porto Alegre	1990		
Comandante militar do Sul		1991		
Comandante militar do Leste				
Ministro dos Transportes		1994		Itamar Franco

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

Nome	Sisene Sarmento			
Função exercida	Local	Chegada	Saida	Subordinado a:
Comandante à 21º BC	Garanhuns (PE)			

Comandante do 2º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria (RI) atuou nos combates em solo italiano. Integrante da FEB	Itália	1944	1945	
interventor federal no Amazonas	Amazonas	1946		
Chefe a 4ª Seção da Zona Militar Leste		1955	1956	
Chefe da 30ª Circunscrição de Recrutamento	Campo Grande	1956	1958	
Assessor militar da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos		1959	1961	Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias
secretário de Segurança do estado da Guanabara		1961		
Comandante da 2ª Brigada Mista e Guarnição Corumbá (MS)	Mato Grosso	1962	1964	
Chefe-de-gabinete do Ministro da Guerra Artur da Costa e Silva		1964	1965	Gen. Artur da Costa e Silva
Comandante da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF)	Oriente Médio	1965	1966	
Diretor-geral de Material Bélico do Exército		1966	1967	
Comandante do II Exército	São Paulo	1967	1968	

Comandante do I Exército	Rio de Janeiro	1968	1971	
Ministro do Superior Tribunal Militar (STM)		1971	1977	
Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena)		1977		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro pós 30.

